



EMANUEL MANGUEIRA CARVALHO

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR:
A PRODUÇÃO ACADÊMICA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS
PAULISTAS DE 1990 A 2012.**

Campinas, SP.
2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EMANUEL MANGUEIRA CARVALHO

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR:
A PRODUÇÃO ACADÊMICA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS
PAULISTAS DE 1990 A 2012.**

ORIENTADOR: Prof. Drº Sílvio A. Sánchez Gamboa

Dissertação apresentada à Comissão do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração em Filosofia e História da Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO EMANUEL MANGUEIRA CARVALHO
E ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR: SÍLVIO ANCÍZAR SÁNCHEZ GAMBOA

Assinatura do Orientador:

CAMPINAS, SP.

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

C253a Carvalho, Emanuel Manguiera, 1985-
Ações afirmativas no ensino superior : a produção acadêmica nas universidades estaduais paulistas de 1990 a 2012. / Emanuel Manguiera Carvalho. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Silvio Ancízar Sánchez Gamboa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Políticas públicas de ação afirmativa. 2. Estado da arte. 3. Condições de produção acadêmica. 4. Universidades e faculdades - São Paulo (Estado). I. Sánchez Gamboa, Silvio Ancízar, 1949-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Affirmatives actions in higher education : the academic production in São Paulo state universities of 1990 at 2012

Palavras-chave em inglês:

Public policy of affirmative action

State of the art

Conditions of academic production

Universities and colleges - São Paulo (State)

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Silvio Ancízar Sánchez Gamboa [Orientador]

Luis Enrique Aguilar

Joelma de Oliveira Albuquerque

Data de defesa: 12-08-2014

Programa de Pós-Graduação: Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR:
A PRODUÇÃO ACADÊMICA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS DE
1990 A 2012.**

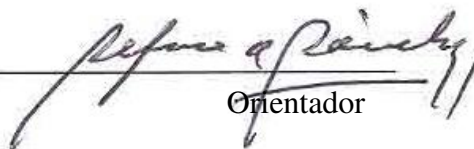
AUTOR: Emanuel Manguiera Carvalho

ORIENTADOR: Prof. Dr.º Sílvio Ancízar. Sánchez Gamboa

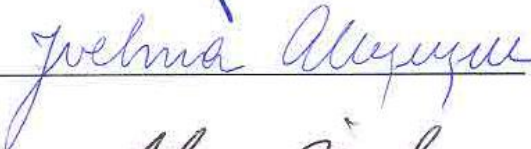
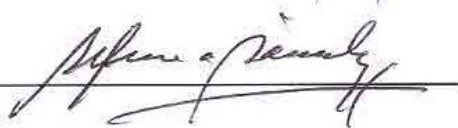
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por:
Emanuel Manguiera Carvalho e aprovada pela Comissão Julgadora .

Data: 12/08/2014.

Assinatura:


Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

CAMPINAS, SP.
2014

RESUMO

A pesquisa realizou um estudo sobre as produções acadêmicas nas universidades estaduais paulistas, a saber: USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e a UNESP (Universidade Estadual Paulista “Julho de Mesquita Filho”) sobre as teses e as dissertações, e os seus respectivos resumos, que pesquisaram sobre a temática das ações afirmativas. Inicialmente, foram realizados os primeiros estudos com o objetivo de definir o significado de “ações afirmativas”. Na sequência foram apresentadas leis que puderam ser interpretadas como sendo de ação afirmativa, consoante a definição previamente elaborada, com a finalidade de identificar quais foram as necessidades e, quais são as políticas de ações afirmativas que emergiram no período de 1990 a 2012. Na sequência da pesquisa foi realizado um “Estado da Arte” com o objetivo de localizar as teses e dissertações que seriam objetos de pesquisa. Para isso, foram feitas buscas bibliográficas nas bibliotecas digitais da USP, da Unicamp e da Unesp com o objetivo de identificar e localizar as produções acadêmicas. Na busca bibliográfica foram localizados TCC, dissertações, teses, teses de livre docência, livros, artigos, resumos, e-books, CD-Rom, DVD-Vídeo e fita-vídeo que totalizam 209 produções acadêmicas. As teses e as dissertações juntas totalizam 46 produções acadêmicas, o que também representa o total de 46 resumos. A opção de estudar as teses e as dissertações justifica-se porque estes trabalhos estão disponíveis em PDF nas bibliotecas digitais e, os resumos, além de disponíveis no Banco de Tese da CAPES também puderam ser pesquisados nas bibliotecas digitais. Assim, foi realizada novas buscas bibliográficas com o objetivo de localizar as teses e as dissertações. Após essa busca foram localizados todos os 46 resumos e apenas 34 trabalhos completos, sendo 22 dissertações e 12 teses do total de 46 produções acadêmicas. Na USP foi localizada 10 dissertações e 4 teses; na Unicamp foram localizadas 7 dissertações e 5 teses; e na Unesp foram localizadas 5 dissertações e 3 teses. Depois de localizar as teses e as dissertações foi construído um instrumento de análise. A epistemologia justificou o porquê da necessidade de construir um instrumental e este foi criado com as definições de ações afirmativas, apresentados no capítulo 1. Foi utilizado também o “software” WebQDA que ajudou na sistematização das informações das teses e das dissertações. Desse modo, com o instrumento foi possível identificar na produção da USP que as dissertações pesquisaram temáticas relativas ao ensino superior, a discriminação racial, étnica e a inclusão social; as teses pesquisaram sobre o ensino superior, discriminação racial e inclusão social. Na Unicamp, as dissertações pesquisaram temáticas relativas ao ensino superior, a estudos de gêneros e inclusão social; as teses pesquisaram sobre o ensino superior, discriminação racial e deficiência física. Na Unesp as dissertações pesquisaram sobre o ensino superior, discriminação racial e inclusão social; as teses pesquisaram sobre o ensino superior e inclusão social. Com o “software” WebQDA foi identificado os autores mais citados sendo destacado 5 autores, pois estes foram citados nas produções acadêmicas da USP, da Unicamp e da Unesp.

PALAVRAS-CHAVE: Ação afirmativa; Estado da arte; Produção acadêmica; Universidades paulistas.

ABSTRACT

The research achieved a study on the academic productions in three universities in the state of São Paulo, namely: USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) and the UNESP (Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho") on the thesis and dissertations, and their respective abstracts, which researched about of affirmative action. Initially, the first studies were performed aiming to define the meaning of "affirmative action". After was exhibited the laws that could be construed as affirmative action, according to the definition established previously, in order to identify what were the needs, and what was the affirmative action policies that emerged in the period 1990 to 2012. Following the survey was conducted a "state of the art" in order to locate theses and dissertations that would be researched. For this, bibliographic searches were done in digital libraries of USP, of UNICAMP and of UNESP aiming to identify and locate the academic productions. In the bibliographic search were located TCC, dissertations, theses, dissertations free teaching, books, articles, abstracts, e-books, CD-Rom, DVD-Video and video-tape totaling 209 academic productions. Theses and dissertations together totaling 46 academic productions, which also represents the total of 46 abstracts. The option of studying theses and dissertations is justified because these works are available in PDF in the digital libraries and the abstracts, could be available at the Bank of Thesis CAPES, or be searched in the digital libraries. Thus, new bibliographic search was conducted in order to locate theses and dissertations. After this search were located all 46 abstracts and 34 full papers only, had been 22 dissertations and 12 theses the 46 academic productions. In the USP were located 10 dissertations and theses 3; in the Unicamp were located 7 dissertations and theses 5; in the UNESP were located 5 dissertations and theses 3. After locating the theses and dissertations was build an analytical tool. Epistemology justified explains why the need to build instruments and this was created with the definitions of affirmative action, presented in Chapter 1. Also was used the "software" WebQDA who helped systematize the information of theses and dissertations. Thus, with the instrument was identified in the production of USP that dissertations researched topics related to higher education, the racial, ethnic and social inclusion; the theses researched on higher education, racial discrimination and social inclusion. At Unicamp, the dissertations researched topics related to higher education, the study of gender and social inclusion; the theses researched on higher education, racial discrimination and disability. At UNESP the dissertations researched on higher education, racial discrimination and social inclusion; the theses researched on higher education and social inclusion. With the "software" WebQDA was identified the authors more cited being highlighted five author, because these were cited in the academic productions USP, UNICAMP and UNESP.

Keywords: Affirmative action; State of the art; Academic production; São Paulo state universities.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	XVII
LISTA DE TABELAS.....	XIX
LISTA DE SIGLAS.....	XXI
 INTRODUÇÃO.....	 01
 1. AS AÇÕES AFIRMATIVAS.....	 06
1.1 Definições.....	06
1.2 As ações afirmativas e seus desdobramentos na legislação brasileira.....	13
1.3 As ações afirmativas e seus desdobramentos no Ensino Superior brasileiro.....	16
1.4 As ações afirmativas na USP, Unicamp e Unesp: seus programas e desdobramentos.....	21
1.5 O debate das ações afirmativas para o Ensino Superior: apresentando alguns pontos das discussões.....	25
 2 O ESTADO DA ARTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DE CARÁTER BIBLIOGRÁFICOS.....	 29
2.1 O levantamento bibliográfico.....	34
2.2 As teses e as dissertações.....	39
2.3 As teses e as dissertações da USP.....	44
2.4 As teses e as dissertações da UNICAMP.....	47
2.5 As teses e as dissertações da UNESP.....	49
2.6 Resultados com apoio na leitura dos resumos.....	51
 3 OS ESTUDOS DE CARÁTER EPISTEMOLÓGICO.....	 60
3.1 A epistemologia e suas contribuições para a análise da produção do conhecimento.....	60
3.2 As contribuições do WebQDA para a análise da produção do conhecimento.....	67
3.3 Resultados com o apoio do WebQDA.....	68
3.4 A análise da produção do conhecimento: proposta de instrumento de análise para as teses e as dissertações.....	84
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 110
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 115
 ANEXO 1.....	 125
ANEXO 2.....	134
ANEXO 3.....	162

Dedico este trabalho aos meus pais, José Carvalho dos Santos
e Esmeralda Manguiera dos Santos;

Aos meus irmãos, Edmilson José Manguiera Carvalho e
Joselene Maria Manguiera Carvalho;

A minha companheira, Psicóloga e Professora
Andréia Silva da Mata,

Pelo convívio, alegria, incentivo, apoio e amor
que foram dedicados a mim. Por tudo o que
nós já conversamos e iremos conversar.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Sílvio Ancízar Sánchez Gamboa, pela confiança, orientação, paciência e pela forma compreensível com a qual tratou as minhas limitações. Agradeço, também, a oportunidade de enveredar os primeiros passos na pesquisa científica.

À professora Dr^a Márcia Chaves-Gamboa, por propiciar a experiência de pesquisa dentro de um extenso coletivo de pesquisadores.

Aos professores, Dr. Luís Enrique Aguilar, Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan pelas críticas e sugestões que foram apresentadas no exame de qualificação.

À professora Dr^a. Theresa Maria de Freitas Adrião, pela oportunidade de participar do Programa de Apoio Didático – PAD – e conhecer um pouco da dinâmica da docência no Ensino Superior.

Aos amigos em especial da disciplina Atividade Programada de Pesquisa – APP-2012 – da Faculdade de Educação da Unicamp, do grupo de pesquisa PAIDEIA e no curso de graduação em Pedagogia da Unicamp de 2008.

Aos amigos conquistados no EPISTEF/Nordeste pela experiência e troca de aprendizagem.

À coordenação e ao secretariado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, por atenderem e orientarem prontamente as minhas dúvidas e solicitações.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo financiamento cedido a esta pesquisa.

E, por fim, a todas as pessoas que de forma direta ou indireta ajudaram neste trabalho, e para não correr o risco de esquecer o nome de alguém estendo a todas elas o meu reconhecimento e a minha gratidão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Gráfico do total da produção acadêmica localizada no levantamento bibliográfico da USP, da Unicamp e da Unesp.....	38
Figura 2:	Gráfico do total de teses e de dissertações sobre ações afirmativas, em nível de formação do pesquisador.....	40
Figura 3:	Gráfico representativo da evolução da produção de teses e dissertações.....	43
Figura 4:	Instrumento de caracterização da produção acadêmica.....	86
Figura 5:	Caracterização da produção acadêmica da USP.....	89
Figura 6:	Caracterização da produção acadêmica da USP.....	90
Figura 7:	Caracterização da produção acadêmica da Unicamp.....	91
Figura 8:	Caracterização da produção acadêmica da Unicamp.....	92
Figura 9:	Caracterização da produção acadêmica da Unesp.....	93
Figura 10:	Caracterização da produção acadêmica da Unesp.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Total da produção acadêmica da USP, Unicamp e Unesp sobre ações afirmativas caracterizada por tipo de produção	37
Tabela 2:	Apresentação em ordem cronológica das teses e das dissertações por instituição, tipo de trabalho e nome do autor.	41
Tabela 3:	Total da produção de teses e de dissertações e seus autores da USP por faculdade, ano e total de produção	44
Tabela 4:	Títulos das teses e das dissertações da USP e seus autores, por ordem cronológica	45
Tabela 5:	Produção de teses e de dissertações da Unicamp por faculdade, ano e total de produção	47
Tabela 6:	Títulos de teses e das dissertações da Unicamp e seus autores, por ordem cronológica	48
Tabela 7:	Total da produção de teses e de dissertações da Unesp por faculdade, ano e total de produção	49
Tabela 8:	Títulos das teses e das dissertações da Unesp e seus autores, por ordem cronológica.....	50
Tabela 9:	Descrição dos cursos de graduação e IES de formação dos pesquisadores e suas respectivas IES da pós-graduação e tipo de produção acadêmica.	52
Tabela 10:	Levantamentos dos métodos de pesquisa empregados nas teses e nas dissertações da Unesp, da Unicamp e da USP verificados pela leitura dos resumos.....	57
Tabela 11:	Teses e dissertações da USP, da Unicamp e da Unesp localizadas e não localizadas na biblioteca digital.....	59
Tabela 12:	Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da Unesp. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.	70
Tabela 13:	Referências bibliográficas dos autores mais citados nas teses da Unesp. Identificação da tese com base no Anexo 1.	72
Tabela 14:	Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da Unicamp. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.....	74
Tabela 15:	Referências bibliográficas dos autores mais citados nas teses da Unicamp. Identificação da tese com base no Anexo 1.	77
Tabela 16:	Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da USP. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.	78
Tabela 17	Referências bibliográficas dos autores mais citados nas teses da USP. Identificação da tese com base no Anexo 1.	82

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

ATHENA - Banco de Dados Bibliográficos da UNESP.

BASE ACERVUS - Banco de Dados Bibliográficos da UNICAMP.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CGB - Coordenadoria Geral de Bibliotecas.

COMVEST – Comissão Permanente para os Vestibulares.

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

DEDALUS - Banco de Dados Bibliográfico da USP.

DEA – Diretoria de Ensino Agrícola.

DEM – Democratas.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

FEI - Centro Universitário FEI.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

FUVEST – Fundação Universitária para o Vestibular.

IES – Instituição de Ensino Superior.

INCLUSP – Programa de Inclusão Social da USP.

LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC – Ministério da Educação.

PAAIS – Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social.

PASUSP – Programa de Avaliação Seriada da USP.

PDF – Portable Document Format.

PIMESP – Programa de Inclusão Social com Mérito no Ensino Superior.

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

ProFis – Programa de Formação Interdisciplinar Superior.

ProUni – Programa Universidade para Todos.

PRG – Pró – Reitoria de Graduação.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

SBU - Sistema de Bibliotecas da Unicamp.

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SIBi - Sistema Integrado de Bibliotecas Universidade de São Paulo.

Sisu – Sistema de Seleção Unificada.

STF – Supremo Tribunal Federal.

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense.

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

UFPE – Universidade Federal do Pernambuco.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

UMESP – Universidade Metodista de São Paulo.

UnB – Universidade de Brasília.

UNEB – Universidade do Estado da Bahia.

UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

USP - Universidade de São Paulo.

WEBQDA – Web Qualitative Data Analysis.

INTRODUÇÃO

A necessidade de compreender as atuais políticas educacionais, que envolvem as problemáticas relacionadas ao acesso ao Ensino Superior, vem sendo objeto de estudos de diversas áreas de conhecimento. Dentre elas podem ser citadas, por exemplo, a política, a sociologia, a economia e a antropologia. Entretanto, a visão a partir do campo da filosofia da educação parece apenas incipiente.

O campo da filosofia da educação possibilita outra perspectiva de compreensão das problemáticas relacionadas ao acesso ao Ensino Superior. Isso porque a filosofia da educação pode ser entendida como “reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre os problemas que a realidade educacional apresenta” (SAVIANI, 1980. p. 29).

A problemática da exclusão social e das políticas de inclusão que se referem ao acesso ao Ensino Superior estão implícitas nas políticas de ações afirmativas e se constituem como objeto da filosofia e, particularmente, do campo da educação. A prática da reflexão filosófica que problematiza a realidade educacional considera as diversas dimensões da formação humana o que possibilita uma visão não segmentada, que procura articular os diversos campos do conhecimento. Nesse sentido, justifica-se o porquê dessa pesquisa estar vinculada ao campo da política e da filosofia da educação.

A história mostra que o contexto brasileiro é permeado pela exclusão social e que ela perdura com o passar das décadas. No tocante ao acesso ao Ensino Superior, as tentativas de superar a exclusão social têm emergido por intermédio das políticas públicas que são apresentadas como políticas de ações afirmativas e são passíveis de serem objetos de pesquisa.

No Brasil, enquanto o ensino primário e o secundário eram extremamente restritos e envolviam interesses particulares e/ou localizados, pois, na maioria das vezes, as famílias contratavam preceptores para educar os seus filhos, o Ensino Superior foi preocupação específica dos governos. Desse modo, para atender aos interesses da elite, caberia ao governo investir e manter apenas o Ensino Superior.

Após a Proclamação da República, que aconteceu em 1889, fortaleceu-se o interesse em ampliar o Ensino Superior. Nesse sentido, observa-se que começam a ser aprovadas leis que regulamentavam a educação no Brasil. Cita-se aqui, como exemplo, a Reforma Carlos Maximiliano aprovada em 1915, que, em seu texto, regulamenta que “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de

Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito”. (RIBEIRO, 2007. p.93). Essa medida possibilitou a unificação das escolas que, naquele momento, ofereciam cursos em nível superior, e a formação das universidades.

Alguns anos mais tarde, especificamente no dia 11 de abril de 1931, seria promulgado o decreto nº 19.851, que criava o estatuto das universidades brasileiras. A primeira universidade a ser construída, consoante este decreto, “é a Universidade de São Paulo, implementada pelo governo de São Paulo em 1934”. (ARANHA, 1997. p. 201)

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) surgiria mais tarde, sendo criada pela lei nº 7.655 de 28 de dezembro de 1962¹. A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) seria criada apenas em 1976, regulamentada pela lei nº 952 de 30 de janeiro de 1976².

Desse modo, nota-se que o interesse pela educação começou a ser direcionado para a construção e a possível ampliação do ensino superior no Brasil. Essa reforma, além de gerar privilégios, produziu exclusão social, haja vista que, na época em que fora aprovada, poucas pessoas tinham o acesso à educação básica. Desse modo é fácil imaginar quem realmente teria o acesso ao Ensino Superior. Assim, observa-se que, com o passar das décadas, entre as mudanças políticas que começam a acontecer na sociedade brasileira, uma delas é a expansão do Ensino Superior.

Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil e, somente a partir do ano 2000, emergiriam as primeiras discussões sobre a necessidade de implantações de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. A polêmica provocada sobre a implantação ou não de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas, além de objeto de discussão, tornou-se objeto de várias pesquisas o que viabilizou o desenvolvimento de teses, dissertações, artigos, entre outras publicações acadêmicas a respeito do assunto.

Desse modo, esta pesquisa toma como objeto de estudo as produções acadêmicas - teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCC), livros e artigos de jornais e revistas - presentes nos acervos das bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) que têm como escopo as discussões sobre as ações afirmativas. A escolha pelas fontes

¹ Fonte: <http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia/criacao-unicamp> Acesso em 26 ago. 2013.

² Fonte: <http://www.unesp.br/apresentacao/historico.php> Acesso em 26 ago. 2013.

localizadas nessas universidades prende-se ao fato dessas Instituições de Ensino Superior (IES) serem consideradas as principais instituições públicas de ensino superior do estado de São Paulo.

Essas instituições disponibilizam o acesso ao acervo de sua produção acadêmica, por meio da rede mundial de computadores, também conhecida como “internet”. As produções acadêmicas, - as teses e as dissertações - que serão objetos de estudo, estão disponíveis nas respectivas bibliotecas digitais de cada uma dessas universidades cujo acesso é possível pela rede mundial de computadores.

Nesse sentido, e considerando que as discussões sobre ações afirmativas foram objetos de estudos e geraram produção acadêmica, apresentam-se as problemáticas que norteiam esta pesquisa. Elas estão expressas nas seguintes questões: 1- Qual a produção acadêmica da USP, da Unicamp e da Unesp sobre as ações afirmativas? 2- Quais as temáticas privilegiadas nessa produção sobre as políticas de ações afirmativas? 3 - Quais os balanços, as tendências e os rumos dessa produção? 4 – Quais os métodos dessas pesquisas? 5- Quais os autores mais citados que abordam sobre as ações afirmativas? 6 - Quais as concepções de ações afirmativas nessas produções? 7 - Quais as relações das ações afirmativas e as concepções de inclusão social desenvolvidas na referida produção? 8 - Quais as controvérsias, os debates e as polêmicas desenvolvidas nessa produção?

Essas questões ficam mais bem expressas na seguinte pergunta síntese: O que se tem pesquisado e de que tratam as pesquisas sobre ações afirmativas na USP, na Unicamp e na Unesp? As problemáticas de pesquisa apresentadas desdobram-se nos seguintes objetivos:

Objetivos gerais: caracterizar e descrever as produções acadêmicas localizadas no acervo das bibliotecas digitais da USP, da Unicamp e da Unesp que têm como objetos de estudo as ações afirmativas. Para tanto pretende-se selecionar as teses e as dissertações localizadas nesse mapeamento; sistematizar e registrar os resumos das teses e das dissertações localizadas; e desenvolver um instrumento para finalizar a realização desta pesquisa.

Objetivos específicos: identificar a quais institutos ou faculdades pertencem as teses e as dissertações; destacar as palavras-chave que mais apareceram; apontar as principais temáticas abordadas pelas teses e pelas dissertações que podem surgir como desdobramento das ações afirmativas; destacar o que foi privilegiado como objeto/método de estudo pelas pesquisas selecionadas por amostragem dentre as teses e as dissertações; identificar os autores mais citados nessas produções, possibilitando, assim, realizar um balanço da produção; abordar as principais concepções de ações afirmativas.

Por conseguinte, não se pode esquecer de que um estudo sobre essas produções acadêmicas pode contribuir para vários questionamentos e, consequentemente, abrir a possibilidade para novas problematizações. Esse estudo exige, primeiramente, uma revisão bibliográfica e terá início com o estado da arte o que, posteriormente, possibilitará realizar de um estudo mais aprofundado que permite alcançar todos os objetivos propostos por essa pesquisa. O estado da arte é um método que permite a organização de diversas fontes bibliográficas que abordam uma determinada temática, assunto ou área do conhecimento.

Nesta pesquisa, sobre a produção acadêmica, o objeto de estudo se delimita nas dissertações, teses, artigos, livros, e-books, etc. Nesse sentido, foi localizado o universo empírico da produção acadêmica que trata das ações afirmativas na USP, na Unicamp e na Unesp. Após ser realizado esse levantamento bibliográfico, foram selecionadas as teses e as dissertações que serão objetos de análises mais aprofundadas.

Assim, esta pesquisa foi estruturada para ser apresentada em três capítulos, a saber: no primeiro capítulo foi feito um estudo sobre as ações afirmativas, buscando, inicialmente, apresentar algumas definições que delimitam o universo de compreensão no campo dos direitos humanos e as situações de exclusão e inclusão social. Ainda, no mesmo capítulo, foram abordadas outras definições apresentadas na legislação brasileira no período de 1990 a 2012, visando identificar o perfil de ações afirmativas contempladas pelas leis.³

Em seguida foram abordados os conteúdos específicos expostos nas leis que regulamentaram as ações afirmativas para o acesso ao Ensino Superior e, posteriormente, os conteúdos dos programas de ação afirmativas da USP, da Unicamp e da Unesp. Este capítulo fornece dispositivos para a seleção de palavras-chave relativas às “ações afirmativas” para realizar as buscas nos *sites* das bibliotecas digitais da USP, da Unicamp e da Unesp.

O segundo capítulo apresenta algumas considerações a respeito do “estado do conhecimento ou da arte” que embasaram esse estudo, assim como os procedimentos para a realização do levantamento bibliográfico na USP, Unicamp e Unesp, por meio de seus canais de comunicação disponíveis na internet.

No terceiro capítulo, são abordados sobre a epistemologia com o objetivo de fundamentar a construção de um instrumento de análise, e o “WebQDA” programa de apoio à pesquisa. Para responder às perguntas apresentadas no terceiro capítulo foi realizada a leitura da introdução das

³ A fonte para esta busca foi o site do Palácio do Planalto, a saber: <http://www2.planalto.gov.br>.

teses e das dissertações que foram localizadas e também dos capítulos que abordavam sobre as ações afirmativas.

O estudo é considerado inicial dado os limites do estado da arte, e suscita outras possibilidades para a continuidade da pesquisa sobre o tema. A sua importância radica na constituição de bases para os estudos aprofundados sobre os assuntos abordados.

1. AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Antes de abordar as definições de ações afirmativas é preciso destacar que esta pesquisa não visa criticar, discutir ou debater sobre as ações afirmativas. Mas sim, apresentar algumas definições de ações afirmativas, que foram abordadas no decorrer do trabalho.

Dada à amplitude do tema, é preciso deixar claro que a abordagem realizada sobre as ações afirmativas não tem por objetivo esgotar todo o conteúdo acerca do assunto, e reconhece-se que um posterior estudo aprofundado sobre este tema poderá ser realizado com base nos resultados desta pesquisa.

Este capítulo realizou um estudo sobre as ações afirmativas, apresentando, inicialmente, uma definição para o termo. Em seguida, fundamentado nestas definições, fez-se um levantamento de algumas leis que foram criadas no contexto brasileiro de 1990 a 2012, possíveis de serem interpretadas como sendo de políticas de ações afirmativas. A partir destas leis foi possível observar que necessidades de políticas de ações afirmativas emergiram no período em questão, sendo possível contextualizá-lo.

Para finalizar o capítulo, foi abordado sobre as leis de políticas de ações afirmativas, para o Ensino Superior, do Estado do Rio de Janeiro e da Bahia, pois estes estados são os pioneiros em desenvolverem políticas públicas, para o acesso ao ensino superior, sendo abordado também os programas de ações afirmativas desenvolvidos na USP, na Unicamp e na Unesp.

1.1 Definições.

Antes de delinear uma definição de ações afirmativas para esta pesquisa é necessário dizer que “As ações afirmativas tiveram visibilidade quando foram implementadas pelo governo dos Estados Unidos da América, com a promulgação das Leis dos Direitos Civis (1964), após intensa pressão dos grupos organizados da sociedade civil”. (SILVA, 2003. p.65)⁴. Porém, outros países,

⁴ Para maiores esclarecimentos fica a indicação ao leitor: “SILVA, Luiz Fernando Martins da. Ação afirmativa e cotas para afro-descendentes: algumas considerações sociojurídicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A editora, 2003. p.59-73.

anterior à década de 1960 e mesmo antes dos Estados Unidos da América, já viviam a experiência de políticas de ações afirmativas.

Segundo Adesky⁵, em seu artigo “Ações afirmativas e igualdade de oportunidades”,

As políticas de ação afirmativa não se limitam aos países ocidentais nem foram inventadas *stricto sensu* nos Estados-Unidos. Na Índia, em 1919 e 1935, os britânicos desenvolveram duas reformas eleitorais que estabeleceram um sistema de representação parlamentar para promover certas castas assim como as mulheres e as minorias cristã, muçulmana e sikh. Em 1948, no momento da sua independência, a Índia introduziu um sistema de cotas que ampara as “classes atrasadas” para garantir-lhes acesso a empregos públicos e às universidades. (ADESKY, s/d. p.4, grifo do autor).

O autor ressalta a importância de se olhar o contexto de cada sociedade em que se pretende adotar uma política de ação afirmativa.

Nas democracias ocidentais, a experiência norte-americana de *affirmative action* é apontada como um modelo de referência para os outros países. Contudo, a realidade particular de cada sociedade acaba estimulando a busca de soluções específicas. Na Grã-Bretanha, por exemplo, desde a sua concepção, as políticas públicas são obrigadas a levar em consideração as necessidades reais e específicas dos diferentes grupos sociais e culturais. No Canadá, a ação afirmativa deve procurar, de uma forma abrangente, alcançar níveis de representação e participação de pessoas portadoras de deficiência e de minorias étnicas no mercado de trabalho que sejam equitativos se comparados com os níveis existentes da população em geral. (ADESKY, s/d. p.3-4.).

É pertinente colocar essa informação ao leitor, pois este capítulo do trabalho busca uma possível compreensão para “ação afirmativa” e, desse modo, mesmo de forma breve, é importante citar que muitos países vivem ou vivenciaram políticas de ações afirmativas. Nesse sentido, utiliza-se o termo “política de ações afirmativas” como o resultado dos programas de ação afirmativa desenvolvida em patamar político. Segundo Adesky,

No plano político, os programas de ação afirmativa resultam da compreensão cada vez maior de que a busca de uma igualdade concreta deve realizar-se não mais somente pela aplicação geral das mesmas regras de direito para todos, mas também através de medidas específicas que levam em consideração as situações particulares de minorias e de membros pertencentes a grupos em desvantagem. (ADESKY, s/d. p.5).

⁵ Jacques d’Adesky é economista, doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP. Atualmente é pesquisador do Centro de Estudos das Américas da Universidade Candido Mendes. Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4796217A7> Acesso em: 06 fev. 2014.

Isso porque, em sociedades tidas como democráticas, há a exigência de tratar as pessoas de forma igual como cidadãos, porém, há sociedades em que o tratamento de forma igualitária entre as pessoas não acontecem. Isso ocorre porque ainda não se tem entendido e aceitado que as diferenças existentes entre as pessoas, quer seja de religião, etnia, raça, nacionalidade, sexo, não deve ser motivo para que haja discriminação entre os pares.

Na busca de uma definição para ação afirmativa que possa nortear esta pesquisa e também cumprir com os objetivos proposto para este trabalho, é abordada a definição dada por Gomes. Para o autor,

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2003. p.21).

A definição apresentada por Gomes está dentro de uma perspectiva de ação afirmativa sob o viés da constitucionalidade. Nesse sentido, abordar as ações afirmativas é importante para entender que elas surgem para assegurar, principalmente, os direitos garantidos em leis.

Contudo, essa definição não fica restrita simplesmente a uma compreensão constitucional, ou sob o aspecto jurídico. O mesmo autor amplia a possibilidade de interpretação dessa abordagem, permitindo uma relação entre o contexto social, e as necessidades de outras políticas que emergem para superar os conflitos presentes neste mesmo contexto social.

A relação com o contexto social, segundo o autor, permite identificar que as necessidades específicas que emergiram ou emergem, em determinado momento histórico, são diversas e não estão restritas unicamente às necessidades de políticas de ações afirmativas. Assim, para ampliar a concepção dessa definição, Gomes diz que

As ações afirmativas constituem, pois, um remédio de razoável eficácia para esses males. É indispensável, porém, uma ampla conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas de maior expressão acerca da absoluta necessidade de se eliminar ou de se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias, notadamente as minorias raciais. (GOMES, 2003. p.23)

Nessa perspectiva, observa-se que o debate sobre as ações afirmativas gira em torno da necessidade de combater as discriminações existentes na sociedade. As abordagens realizadas até o momento permitem ampliar esse leque de interpretações. As necessidades que emergem dos próprios contextos, e que são diferentes em cada momento ou período histórico, possui cada uma delas suas particularidades e, ao mesmo tempo, exige que sejam tomadas novas medidas para saná-las.

Atualmente as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2003. p.27).

Desse modo, observa-se a possibilidade de expandir a concepção de ação afirmativa. Mais adiante, o autor apontará que

As ações afirmativas têm como objetivo não apenas coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo, eliminar os *efeitos persistentes* (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar. (GOMES, 2003. p.30, grifo do autor).

As definições, aqui apresentadas remetem, principalmente, a uma possível responsabilidade por parte do governo em implementar políticas públicas para as ações afirmativas. Contudo, é possível afirmar, conforme o próprio autor mostra, que as políticas públicas para as ações afirmativas não é responsabilidade exclusiva do governo, mas também, da sociedade.

Para aprofundar a compreensão acerca do tema, é preciso apresentar a concepção de ação afirmativa de outros autores que, além de aumentar as possibilidades de interpretação, ampliam também os seus objetivos. Entretanto, a abordagem privilegiará tão somente os argumentos sobre as políticas públicas de ações afirmativas para o acesso ao Ensino Superior, conforme apresentado na introdução desta pesquisa.

Segundo Piovesan, as ações afirmativas

Constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre

outros grupos. As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social. (PIOVESAN, 2005. p.49).

Recorre-se também a Fonseca, para aprimorar as reflexões sobre o leque de abrangência das políticas de ações afirmativas. Segundo o autor,

As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remedir um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros. (PIOVESAN, 2005. apud FONSECA, 2009. p.106).

Nas definições apresentadas por Fonseca e Piovesan é possível notar outro elemento importante das ações afirmativas que é o seu caráter temporário, ou seja, essa é uma política pública que pode deixar de ser utilizada.

Outros autores, tais como Altafin, que tratam sobre as ações afirmativas no que diz respeito ao Ensino Superior, oferecem definições específicas para o contexto do mundo do trabalho.

O termo ação afirmativa refere-se a política e procedimentos obrigatórios e voluntários desenhados com o objetivo de combater a discriminação no mercado de trabalho e também de retificar os efeitos de práticas discriminatórias exercidas no passado pelos empregadores. Da mesma forma que no caso das leis anti-discriminatórias, o objetivo da ação afirmativa é tornar a igualdade de oportunidades uma realidade, através de um “nivelamento de campo”. [...] A ação afirmativa corresponde a qualquer medida que aloca bens (benefícios) – tais como o ingresso em universidades, empregos, promoções, concursos públicos, empréstimos comerciais e o direito de comprar e vender terra – com base no pertencimento a um grupo específico, com o propósito de aumentar a proporção de membros desse grupo na força de trabalho, na classe empresarial, na população estudantil universitária e nos demais setores nos quais esses grupos estejam atualmente sub representado em razão de discriminação passada ou recente. (ALTAFIN, 2011. p.13).

Por conseguinte, a abordagem realizada até o momento permite mostrar as contribuições que as ações afirmativas trazem para se fazer cumprir os direitos sociais. Esta abordagem permite também interpretar a ampliação da concepção de ação afirmativa para o contexto educacional. É, mediante o conteúdo apresentado até momento, que se justifica a utilização da palavra-chave "ação afirmativa", como a principal palavra-chave desta pesquisa.

A escolha dessa palavra-chave é importante porque com ela foi possível realizar o levantamento bibliográfico e, consoante as suas definições, pôde-se determinar critérios para classificar se o assunto estudado na produção acadêmica poderia ser interpretado como sendo de ações afirmativas. Antes de apresentar o recorte educacional particularmente, no que se refere ao acesso ao Ensino Superior, é necessário mostrar como se dão as ações afirmativas no contexto brasileiro.

Para observar as ações afirmativas no contexto brasileiro, no período proposto para esta pesquisa, optou-se por identificar as leis criadas de 1990 a 2012 e que tratam das ações afirmativas. As definições de ações afirmativas, apresentadas nessa pesquisa, foram utilizadas como critérios para identificar se o teor da lei é passível de ser interpretado como sendo de ações afirmativas.

A opção por observar as leis do período de 1990 a 2012 surge, primeiramente, como uma alternativa para se olhar o contexto histórico desse período uma vez que a recente literatura sobre as ações afirmativas, dentro do contexto brasileiro, não permite observar as ações afirmativas a partir de uma perspectiva da história.

Esta opção justifica-se ainda por se entender que a sociedade brasileira é uma sociedade capitalista, e que

Na medida em que esse tipo de sociedade constitui, como seu elemento regulador, um Estado, conseqüentemente capitalista, a “política econômica” impulsionada por esse Estado, tendo em vista o desenvolvimento e a consolidação da ordem capitalista, favorecerá os interesses privados sobre os interesses da coletividade. Configura-se, assim, o caráter anti-social da “política econômica” cujos efeitos, entretanto, contraditoriamente, atuam no sentido de desestabilizar a ordem capitalista em lugar de consolidá-las. Para contrabalançar esses efeitos é que se produz, no âmbito do Estado, a “política social”, abrangendo ações nas áreas da saúde, previdência e assistência social, cultura, comunicações e educação. (SAVIANI, 2002. p.1-2).

Nesse sentido, é fácil perceber que as políticas públicas que emergem de uma sociedade capitalista estão permeadas de interesses, sobretudo, por interesses econômicos. A educação não passa ilesa desses interesses que permeiam uma sociedade capitalista, gerando reflexos, inclusive, no Ensino Superior. Isso porque

Os efeitos da determinação estrutural própria da forma social capitalista sobre a política educacional como modalidade da política social que é tratada separadamente da política econômica e a esta subordinada. Com isso a política social acaba sendo considerada

invariável e reiteradamente como um paliativo aos efeitos anti-sociais da economia, padecendo das mesmas limitações e carências que aqueles efeitos provocam na sociedade como um todo. (SAVIANI, 2002. p.3).

Por conseguinte, está claro que os interesses econômicos norteiam as mudanças que acontecem dentro de uma sociedade capitalista. E entre essas mudanças encontram-se aquelas referentes às políticas educacionais e sociais, que podem ser originadas tanto pela sociedade civil quanto pela política.

Não é de se estranhar, pois, que as necessidades sociais, ao serem levadas em conta seja pela sociedade civil através, por exemplo, da imprensa, seja pela sociedade política cujos encaminhamentos configuram a política social, sempre são analisadas sob o crivo da “relação custo-benefício”. Assim, os direitos sociais conquistados a duras penas pelo povo brasileiro hoje são classificados como “custo Brasil”. As carências da educação, saúde ou segurança são consideradas seja diretamente como custos, na medida em que impedem, retardam ou tornam mais onerosos os investimentos no desenvolvimento econômico, seja como custos para a sociedade que, através do Estado, terá que investir recursos para supri-las. E o Estado, submetido a essa mesma lógica, tenderá a atrofiar a política social, subordinando-a, em qualquer circunstância, aos ditames da política econômica. Está aí a raiz das dificuldades por que passa a política educacional. As medidas tomadas pelo governo, ainda que partam de necessidades reais e respondam com alguma competência a essas necessidades, padecem de uma incapacidade congênita para resolvê-las. Isto porque a lógica que as preside as torna presas de um círculo vicioso eivado de paradoxos. (SAVIANI, 2002. p.4).

Considerando essas conjunturas que permeiam o contexto brasileiro, conforme se pode observar com Saviani, é que se apresentam as leis que podem ser interpretadas como reguladoras das políticas de ações afirmativas.

É prudente recuperar, conforme anunciado no início desse capítulo, que esta pesquisa não visa realizar uma análise sobre as leis que podem ser interpretadas como sendo de ações afirmativas. Mas sim, apresentar como elas são importantes indicadores das necessidades sociais e educacionais que emanaram do contexto social, podendo assim ser observado quais foram às necessidades de políticas de ações afirmativas que surgiram entre 1990 a 2012.

Nesse sentido, concorda-se com Saviani (2002) que, sendo as leis, reflexos e resultados de necessidades que emergem em uma determinada sociedade, elas nascem carregadas de interesses. Interesses esses que são dados pelo perfil da sociedade na qual a lei emana, e, no caso dessa pesquisa, é no contexto capitalista, permeado por todos os seus interesses e contradições.

1.2 As ações afirmativas e seus desdobramentos na legislação brasileira.

Nesse tópico pretende-se apresentar um panorama sobre as leis brasileiras que acabaram privilegiando as políticas públicas para ações afirmativas, enfocando aquelas que foram criadas entre 1990 a 2012. Toma-se como início o ano de 1990, época em que foram localizadas as primeiras produções no levantamento bibliográfico, já o ano de 2012 foi escolhido, considerando-se a necessidade de encerrar o levantamento bibliográfico e iniciar as análises.

Entender o contexto que vai de 1990 a 2012 é importante porque permite visualizar mudanças que aconteceram na sociedade brasileira, nessa época. As leis, que serão aqui apresentadas, permitem compreender quais foram às necessidades de cada política de ações afirmativas e em que medida elas emergiram neste período.

Apesar de se tratar de um período de pouco mais de duas décadas, é importante registrar que, no contexto brasileiro, antes mesmo da promulgação, em 5 de outubro de 1988, da atual Constituição da República Federativa do Brasil, já tinham acontecido algumas tentativas de implementar leis cujo objetivo era assegurar a reserva de vagas, também entendido, como cotas.

Esse é o caso, por exemplo, da lei nº 5.465 de 3 de julho de 1968⁶ conhecida como “Lei do Boi”, conforme pode ser observado em seu artigo primeiro.

Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio. (BRASIL, 1968).

Nota-se, então, que antes mesmo da promulgação da atual Constituição Federal de 1988, o Brasil já experimentava, ao menos no âmbito da legislação, a possibilidade de implementar uma política de ação afirmativa.

⁶ Esta lei, conhecida como “Lei do Boi” foi revogada pela lei nº 7.423 de 17 de dezembro de 1985. Está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7423-17-dezembro-1985-368024-norma-pl.html> Acesso em: 04 abr. 2013.

Porém, antes de avançar com os estudos proposto, é preciso esclarecer que a “Lei do Boi”, dado o momento em que ela foi elaborada, surge também com outros objetivos, para além da reserva de vagas para os agricultores e para os seus filhos. Segundo Sobral,

Quando o MEC assumiu o ensino agrícola através da Diretoria de Ensino Agrícola - DEA em 1967, determinadas políticas foram marcantes para a época, dentre elas podemos destacar a “Lei do boi” que perdurou cerca de 16 anos e a expansão da filosofia “escola-fazenda”, que ainda hoje norteia as Escolas Agrotécnicas Federais. (SOBRAL, 2005. p. 26).

Para o autor, em seus estudos referentes ao ensino técnico agrícola, “no ensino agrícola, políticas públicas foram implementadas no período com possíveis objetivos de tentar impedir o êxodo rural crescente e dinamizar a agricultura nacional”. (SOBRAL, 2005. p. 28)⁷.

Entretanto, se faz pertinente apresentar o estudo de Sobral com a finalidade de apontar que a “Lei do Boi” surge para atender a interesses que estavam além da garantia de vagas nos cursos. Conforme fora anunciado no início do capítulo, este estudo não tem como objetivo realizar aqui um estudo aprofundado sobre as ações afirmativas, e muito menos sobre as leis que tratam de ações afirmativas.

Depois de registrar esta primeira tentativa de reserva de vagas, é dado continuidade ao estudo proposto para atender ao objetivo de realizar um panorama das leis que podem ser interpretadas como sendo de ações afirmativas.

Após a promulgação da atual Constituição Federal, outras leis, cujos objetivos estão em consonância com a definição das ações afirmativas, vieram a serem aprovadas. No ano seguinte após a promulgação da Constituição Federal, foi aprovada a lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que viria para tratar sobre a reserva de vagas para deficientes físicos nos concursos públicos. A seguir segue sua ementa

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. (BRASIL, 1989).

⁷ Faz-se aqui a sugestão de leitura da tese “A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense” cuja autoria é de Francisco José Montório Sobral. O material está disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000358583> Acesso em: 30 jan. 2014.

Destaca-se, nessa lei, a alínea d, inciso III, do artigo 2º que fala sobre a garantia de acesso ao mercado de trabalho do deficiente físico, conforme segue,

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

III - na área da formação profissional e do trabalho

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regule a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, 1989).

A lei, acima citada, está regulamentada pelo decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, e deste decreto destaca-se o artigo 37, parágrafo 1º e 2º, conforme segue

Art. 37. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulta em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. (BRASIL, 1999).

Em 1997, foi aprovada a lei nº 9.504, que, ao estabelecer as normas para as eleições, passou a garantir a reserva de vagas, para as mulheres, nos assentos das casas legislativas, conforme é possível observar no artigo destacado a seguir

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009*). (BRASIL, 1997).

Além dessa lei, é importante e, ao mesmo tempo pertinente, apresentar também a lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995, destacando o parágrafo 3º do artigo 11, que determina a participação das mulheres nos partidos políticos no tocante às eleições em nível municipal, conforme segue

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres. (BRASIL, 1995).

Em síntese, é possível destacar que, no decorrer da década de 1990 começam a emergir, de forma mais significativa, leis que buscam assegurar os direitos sociais, na perspectiva das ações afirmativas. Essas leis procuram especificar como alguns direitos podem ser usufruídos. A seguir, serão apresentadas as leis sobre as ações afirmativas que se referem especificamente ao Ensino Superior.

1.3 As ações afirmativas e seus desdobramentos no Ensino Superior brasileiro.

A partir da década de 2000, as discussões sobre as ações afirmativas para o Ensino Superior ganham um destaque especial. Contudo, é importante lembrar que o termo “ações afirmativas”, quando se refere ao acesso ao Ensino Superior, passou a ser empregado de duas formas, sendo elas as “cotas raciais” e as “cotas sociais”⁸, sendo que o último pode englobar critério de mérito e/ou carência.

As propostas de ações afirmativas por cotas raciais foram as primeiras experiências que se observam nas legislações que abordam o acesso ao Ensino Superior público. Porém, essas experiências ficaram restritas a alguns estados brasileiros.

⁸ No decorrer desse trabalho podem ser utilizadas expressões como “cotas raciais”, “cotas sociais”. Assim, quando se mencionar sobre “cotas raciais” entende-se a “reserva de 50% das vagas nas universidades federais para alunos que fizeram ensino médio em escolas públicas. Parte desses 50% será reservada a negros ou indígenas estudantes de escolas públicas” (ALTAFIN, 2011. p.40). “outro tipo de cota é o social decorrente de carência e que pode abranger brancos e pretos. A raça não é o predominante, mas, sim, a carência que limita o mérito”. (ALTAFIN, 2011. p.40).

Em 2001, o estado do Rio de Janeiro, cujo governador era Anthony Garotinho, aprovou a lei nº 3.708 de 9 de novembro de 2001⁹, que implementava as ações afirmativas por cotas raciais. Seu artigo primeiro diz

Art. 1º - Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. (RIO DE JANEIRO, 2001).

Evidencia-se, assim, que o estado do Rio de Janeiro é o pioneiro, em adotar políticas públicas de ações afirmativas para o acesso ao Ensino Superior por meio de cotas. Alguns anos mais tarde, outros estados também o fizeram, como, na Bahia, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB); e, em Brasília, a Universidade de Brasília (UnB)

Em 20 de julho de 2002, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio da Resolução nº 196/2002, segue o mesmo caminho, reservando 40% das suas vagas de todos os cursos de graduação e pós-graduação para afrodescendentes (pretos e pardos) (UNEB, 2002). Posteriormente, em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) também propôs e efetivou reserva de vagas para negros. (STROISCH, 2012. p. 36).

Em 2004, surgiria o projeto de lei nº 3.627/04, da então deputada federal Nice Lobão. O projeto trazia uma proposta inovadora para aquele momento, como é possível notar na ementa e no artigo primeiro do referido projeto, a seguir:

Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências.

Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2004).

⁹ Está lei foi revogada pela lei nº 4.151 de 4 de setembro de 2003. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/e50b5bf653e6040983256d9c00606969?OpenDocument> Acesso em: 16 abr. 2013.

Em 2008 foi aprovada a lei nº 5.346 de 11 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/1b96527e90c0548083257520005c15df?OpenDocument> Acesso em: 16 abr. 2013, que revoga a lei acima citada.

Essa última lei encontra-se em vigor conforme consta no site da ALERJ. Entretanto, essas leis são apresentadas aqui, com a finalidade de situar um panorama sobre as primeiras leis que abordaram sobre as ações afirmativas no que se refere ao acesso ao Ensino Superior.

Esse projeto de lei é a primeira tentativa de estender às universidades públicas federais, a obrigatoriedade de implementar políticas de ações afirmativas por cotas. Nesse sentido, é possível avançar nessa pesquisa, pois é possível notar que as políticas de ações afirmativas por cotas implementadas inicialmente nas universidades estaduais, bem como a proposta de lei 3.627/04, estão abrangidas pela definição de ação afirmativa abordada nesta pesquisa.

No entanto, as políticas de ações afirmativas que tiveram o foco voltado para o acesso ao Ensino Superior, durante a primeira década dos anos 2000, geraram outros desdobramentos. Pode-se citar, por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)¹⁰ em 2003, pela lei nº 10.678 de 23 de maio de 2003.

Contudo, essas mudanças não ficaram limitadas à criação da SEPPIR. A lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) também passou por mudanças¹¹, como mostram os artigos a seguir:

Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, público e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura Afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

¹⁰ Ainda nesse mesmo ano seria aprovado o Decreto nº 4.886 de 20 de novembro de 2003. Essa lei aprovou a construção da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR. A PNPIR passa a ser de responsabilidade da SEPPIR, conforme traz o artigo 3º do decreto “art. 3º. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial fica responsável pela coordenação das ações e a articulação institucional necessárias à implementação da PNPIR”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4886-20-novembro-2003-497663-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 05 abr. 2013.

Para mais informação sobre a secretaria, suas finalidades e legislações, vide o leitor em: <http://www.seppir.gov.br/sobre> Acesso em: 05 abr. 2013.

A SEPPIR “nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro.” (SEPPIR, 2013).

¹¹ Durante o ano de 2003, acontece outra mudança interessante que se refere à Educação Básica. A lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 altera os conteúdos dos artigos 26-A, 79-A e 79-B da lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Nesse sentido, o artigo 26-A passou a ter o seguinte texto: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” O artigo 79-A foi vetado e o artigo 79-B foi acrescentado tendo a seguinte redação: “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 05 abr. 2013.

Todavia, em 2008 seria aprovada outra lei que novamente alteraria a redação do artigo 26-A da LDBEN e também a redação do parágrafo primeiro desse artigo. Esta é a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. O artigo 26-A passou a ter o seguinte texto, depois da aprovação desta lei: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em: 05 abr. 2013.

Assim, nota-se que as mudanças na LDBEN passam a assegurar não apenas a história e a cultura afro-brasileira, mas também, a história e cultura indígena, nas escolas públicas e privadas.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Artigo acrescido pela Lei nº 10.639, de 9/1/2003 e com nova redação dada pela Lei nº 11.645, de 10/3/2008). (LDB, 1996).

Art. 79-B O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência negra’ (Artigo acrescido pela lei nº 10.639 de 9/1/2003). (BRASIL, 1996).

Consoante com o que foi apresentado até aqui, é possível inferir que é durante a primeira década dos anos 2000 que surgem novas propostas para as políticas de ações afirmativas, para o Ensino Superior. Todavia, é preciso destacar que isso aconteceu não somente por iniciativa das universidades públicas, mas também por parte do governo que viabilizou a criação, por exemplo, do Programa Universidade para Todos (ProUni)¹² em 2004, pela Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004, regulamentada pela lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.

Para ser contemplado pelo ProUni, o candidato deve participar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a concessão das bolsas está condicionada ao desempenho do candidato no exame do ENEM e à sua renda familiar. Este programa oferece bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de Ensino Superior que possuam ou não fins lucrativos.

A bolsa parcial pode variar de 50% a 25% de desconto nas mensalidades dos cursos. O programa apresenta também a possibilidade de as bolsas serem pagas em dinheiro, para os alunos dos cursos integrais. No ano de 2010, é criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010¹³.

É regido atualmente pela Portaria Normativa nº 21 de 5 de novembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 06 de novembro de 2012. Dessa portaria destacam-se os artigos primeiro e segundo, conforme segue

¹² Apresso-me em indicar ao leitor o livro da Fabiana Costa intitulado “ProUni: o olhar dos estudantes beneficiários.” São Paulo, SP: Editora Michelotto, 2010. que é resultado da sua dissertação de mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-SP.

O programa ProUni possui um *site* no portal do MEC, disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140 Acesso em: 16 abr. 2013.

¹³ “O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), criado e gerenciado pelo Ministério da Educação desde 2010, é um processo seletivo para entrada de novos alunos em instituições públicas de Ensino Superior que utiliza, exclusivamente, a nota do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) como critério de seleção.” Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/acesso-a-universidade/sisu> Acesso em: 09 abr. 2013.

Para situar o leitor, há também o site do sisu no portal do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/> Acesso em: 08 abr. 2013.

Art. 1º O Sistema de Seleção Unificada - Sisu, sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010, passa a ser regido pelo disposto nesta Portaria.

Art. 2º O Sisu é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem. (BRASIL, 2012).

No ano de 2012, ocorrem duas tomadas de decisões que foram extremamente importantes, e é preciso destacá-las aqui. A primeira refere-se a decisão unânime dos ministros do Supremo Tribunal Federal em considerar, em 26 de abril de 2012, após dois dias de discussão, que o sistema de cotas raciais é constitucional.

Segundo a Folha UOL¹⁴, publicada no dia 26 de abril de 2012, “O julgamento, que terminou por volta das 20h, tratou de uma ação proposta pelo DEM contra o sistema de cotas da UnB, que reserva 20% das vagas para autodeclarados negros e pardos.” (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

A segunda decisão ocorreu alguns meses depois, quando a atual Presidente da República aprovou a lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012¹⁵, também conhecida como “Lei de cotas”. A seguir destacam-se aqui a sua ementa, o artigo primeiro e o terceiro, conforme segue:

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (BRASIL, 2012).

Art.3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por cursos e turno por autodeclarados pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saber/1082098-stf-decide-por-unanimidade-que-sistema-de-cotas-e-constitucional.shtml> Acesso em: 17 abr. 2013.

¹⁵ Esta lei está regulamentada pelo Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm Acesso em: 17 abr. 2013. E, também, pela Portaria MEC nº 18 de 11 de outubro de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf Acesso em: 17 abr. 2013.

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescente deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

Nessa ordem de considerações, observa-se que, na última década, aconteceram mudanças significativas nas leis brasileiras, e que foram elaboradas novas leis que contemplaram as políticas de ações afirmativas. Essas mudanças não ficaram restritas exclusivamente ao acesso ao Ensino Superior, mas elas atingiram, inclusive, a formação de currículo da educação básica, conforme foi possível perceber na abordagem realizada neste trabalho sobre a LDBEN.

A seguir serão abordados sobre os programas de ações afirmativas desenvolvidos em universidades públicas do estado de São Paulo, a saber, USP, Unicamp e Unesp. Esta abordagem é importante, pois é a produção acadêmica dessas instituições que será objeto de estudo desta pesquisa.

1.4 As ações afirmativas na USP, na Unicamp e na Unesp: seus programas e desdobramentos.

O pioneirismo de algumas universidades públicas em adotar políticas de ações afirmativas por cotas serviu de impulso para que outras universidades também se posicionassem e, até mesmo, criassem as suas próprias políticas de ação afirmativa.

A Unicamp, no ano de 2004, criou, após a aprovação pelo conselho universitário, o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS). Ele

é o primeiro programa de ação afirmativa sem cotas implantado em uma universidade brasileira. Instituído em 2004 após aprovação no Conselho Universitário da Unicamp, o PAAIS visa estimular o ingresso de estudantes da rede pública na Unicamp ao mesmo tempo que estimula a diversidade étnica e cultural. O aspecto mais importante do PAAIS é a adição de pontos à nota final dos candidatos no vestibular. (COMVEST, 2013).

Observa-se que a Unicamp desenvolveu sua própria política de ação afirmativa. O PAAIS se vale de pontuações adicionais a serem incluídas apenas na segunda fase do vestibular, para além da nota final do candidato. O programa funciona assim:

Os estudantes que optarem pelo PAAIS na inscrição para o vestibular receberão automaticamente 30 pontos a mais na nota final, ou seja, após a segunda fase. Candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas terão, além dos 30 pontos adicionais, mais 10 pontos acrescido à nota final. (COMVEST, 2013).

Para o programa “são consideradas escolas públicas aquelas mantidas pela administração municipal, estadual ou federal”. (COMVEST, 2013). Há, ainda, outra exigência importante que é o aluno ter cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública.

Em 2010, a Unicamp criou o Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFis)¹⁶. “ProFIS, ou Programa de Formação Interdisciplinar Superior, é o novo curso piloto de ensino superior da UNICAMP voltado aos estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas de Campinas.” (PRG-UNICAMP, 2013).

Aprovado em 2010, o ProFis constitui uma das respostas da universidade em relação à inovação curricular e a igualdade no acesso e permanência no ensino superior. [...] Além de criar uma nova forma de ingresso na universidade pública, o ProFis visa oferecer aos estudantes uma visão geral do conhecimento universitário, antes de se decidirem por uma carreira específica. Para isso, durante dois anos os alunos cursam disciplinas de caráter amplo, em todas as áreas do conhecimento. São cursos especialmente organizados para que os estudantes adquiram uma formação cultural e científica, além de se prepararem para escolher a sua área específica de formação acadêmica e profissional. Após esses dois anos iniciais, os alunos podem escolher um curso de graduação na Unicamp para ingressar sem necessidade de prestar o vestibular. (JORNAL DA UNICAMP, 2013. p.4).

Porém, é necessário destacar que o programa possui uma forma de seleção diferente e um número de vagas especificado, conforme segue,

A seleção de estudantes para as 120 vagas do curso não é feita através do vestibular, mas com base nas notas do ENEM. Para cada escola pública de ensino médio do município de Campinas é garantida uma vaga. (PRG-UNICAMP, 2013).

Esse programa disponibiliza recursos financeiros e bolsas de estudos para os alunos beneficiados. Isso porque,

¹⁶ Disponível em: <http://www.prg.unicamp.br/profis/> Acesso em: 17 abr. 2013.

No intuito de viabilizar a permanência dos alunos e a conclusão dos cursos, o programa oferece uma ampla rede de assistência estudantil que inclui bolsa de estudo no valor de R\$ 400,00 mensais, auxílio transporte no valor de R\$ 132,00 e ajuda de custo com a alimentação dentro do campus. [...] Desta forma o curso busca não só possibilitar a equidade no acesso, mas principalmente a permanência no ensino superior. (JORNAL DA UNICAMP, 2013. p.4).

A USP também elaborou uma política de ação afirmativa intitulada “Programa de Inclusão social da USP” (INCLUSP)¹⁷ voltado para os egressos das escolas públicas de todo o País. Esse programa insere pontuações adicionais na nota do vestibular do candidato, contudo essa bonificação é válida somente para os alunos que participam, anteriormente, do Programa de Avaliação Seriada da Universidade de São Paulo (PASUSP), e essa pontuação pode chegar a 8% sobre a nota obtida pelo candidato na prova.

Uma ação importante do INCLUSP é o Sistema de Pontuação Acrescida (Artigos 15 e 16 da Resolução, reproduzidos às páginas 42-43 deste Manual). Nesse sistema, todos os estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas da rede pública do Brasil – e que não tenham se inscrito no PASUSP em 2012 – poderão optar por acréscimo nas notas da 1ª e 2ª fases do Vestibular, que poderá chegar a 8% (Bônus INCLUSP), calculado com base na nota da prova da 1ª fase (PF) do presente exame, conforme as seguintes expressões:

a) Bônus INCLUSP (em %) = 8, se PF > 60.

b) Bônus INCLUSP (em %) = $4 + [4 \times (PF - 22)] / 38$, se $27 \leq PF \leq 60$. (FUVEST, 2013).

A relação do Includp com o PASUSP ocorre porque este último visa ampliar a presença de alunos das escolas públicas do estado de São Paulo na USP. Por meio do PASUSP, o desempenho dos alunos é medido de acordo com as provas aplicadas pela Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), que converte em bônus, a ser utilizado no vestibular, pelo INCLUSP.

Podem participar do PASUSP alunos de 3º ano e, desde 2011, o programa foi também estendido a alunos de 2º ano com o intuito de estimular nesses alunos o interesse pela USP e aproximá-los do processo de seleção (vestibular). Alunos que participam do PASUSP no 2º e 3º anos podem obter até 15% de bônus no vestibular, dependendo da pontuação obtida nas provas da FUVEST. O bônus de 15% é distribuído da seguinte maneira:

¹⁷ Disponível em:

<http://fuvesthomologa.pta.com.br/portal/Fuvest/conteudo.aspx?nCdsite=3&nCdConteudo=32&nCdCategoria=73&nCdMenu=190&nCdMenuGuia=190> Acesso em: 17 abr. 2013.

- até 5% para alunos do 2º ano
- até 10% para alunos do 3º ano. (PRG-USP, 2013)

A Unesp não possui ainda uma política de ação afirmativa a exemplo da Unicamp e da USP, e de outras universidades federais abordadas nesse trabalho. Segundo informações obtidas do *site* do “Terra Notícias”, no item educação, do dia 13 de março de 2013,

A Unesp tem interesse em fazer a inclusão. [...] Iremos fazer isso nos próximos três anos. Essa é uma decisão da nossa universidade", disse Durigan. Embora a proposta de destinar 50% das vagas para negros e alunos de escolas públicas, gradualmente a partir de 2014, tenha partido do governador Geraldo Alckmin em parceria com os reitores, cada instituição tem liberdade de decidir se vai ou não adotar as cotas. (TERRA, 2013).

Ainda, segundo informações do artigo, no final de 2012, o governo do estado de São Paulo teria proposto para a Unesp um programa de inclusão social denominado Programa de Inclusão Social com Mérito no Ensino Superior (PIMESP). Entretanto esse programa não foi acatado e nem aprovado pela referida universidade, contudo, segundo a mesma fonte de informação, o Pimesp estaria previsto para ser implementado no decorrer dos próximos três anos.

Conforme já foi abordado, embora a Unesp não possua um programa de ação afirmativa a exemplo da USP, da Unicamp, e de outras universidades federais, ela vem realizando esforços para implementar políticas na perspectiva das ações afirmativas.

Isso é o que se pode observar com a Resolução Unesp nº 43, de 27 de agosto de 2013¹⁸, que passa a vigorar a partir do vestibular para o ano de 2014. Destacam-se, a seguir, os artigos desta resolução que permitem confirmar a inferência feita no parágrafo anterior:

Artigo 5º - O Concurso Vestibular Unesp 2014 será realizado por dois sistemas de inscrição: o Sistema Universal - SU e o Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública - SRVEBP.

Parágrafo único - Todos os candidatos que se inscreverem para o Concurso Vestibular Unesp 2014 estarão concorrendo pelo Sistema Universal, independentemente de atenderem as condições de inscrição no Sistema de Reservas de Vagas para Educação Básica Pública.

VAGAS

Artigo 6º - Em cada curso de Graduação serão destinadas, no mínimo, 15% das vagas oferecidas aos estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas ou a Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas.

¹⁸ Disponível em: http://vestibular.unesp.br/pdf/2014/resolucao_UNESP_43-2013.pdf Acesso em: 04 set. 2013.

§ 1º - O Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública é definido pela destinação de vagas à população específica, que atenda o caput do Artigo 6º.

§ 2º - Das vagas destinadas ao Sistema de Reservas de Vagas para Educação Básica Pública, em cada curso, 35% serão destinadas aos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas.

§ 3º - As frações decorrentes do cálculo do número de vagas, de que trata o § 2º, só serão arredondadas para o número inteiro subsequente quando maiores ou iguais a 5 (cinco). (UNESP, 2013. p.2)

Em síntese, é possível notar que a USP, a Unicamp e a Unesp possuem também políticas de ação afirmativa, embora diferentes das implementadas nas universidades federais que foram abordadas nesta pesquisa.

1.5 O debate das ações afirmativas para o Ensino Superior: alguns pontos das discussões.

Não é objetivo deste capítulo criticar ou discutir quais seriam as ações afirmativas mais viáveis para o acesso ao Ensino Superior mas sim, apresentar e recuperar argumentos e opiniões que nortearam os debates sobre as ações afirmativas, para o Ensino Superior, entretanto não se tem como meta esgotar o debate ou o estudo acerca do assunto.

Nesse sentido, são apontados, a seguir, alguns pontos polêmicos do debate sobre as ações afirmativas por cotas para o Ensino Superior. Cumpre reiterar que foram poucas as universidades federais que adotaram as ações afirmativas por cotas, assim como, foram poucas também, as universidades estaduais que optaram por uma política de ações afirmativas por cotas¹⁹.

As universidades estaduais do estado de São Paulo, objeto de pesquisa desse trabalho, optaram por cotas sociais, sob o argumento da valorização do mérito e da carência social. Está pesquisa não abordará o argumento acerca da inconstitucionalidade ou constitucionalidade das cotas raciais, haja vista ter o Supremo Tribunal Federal reconhecido, em 26 de abril de 2012, por unanimidade a constitucionalidade das cotas raciais e dessa decisão compartilha esse trabalho.

Convém esclarecer ao leitor que, os debates aconteceram em vários âmbitos, por exemplo, nos ambientes universitários, nos movimentos sociais, inclusive na mídia. Porém, para este trabalho, será feito o esforço de apresentar esses elementos para o conhecimento do leitor sem,

¹⁹ Apenas para situar que as universidades estaduais as quais se faz menção são a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que já foram abordadas.

entretanto, buscar esgotar ou explanar outros pontos de vista para os argumentos a serem apresentados, mas sim, recuperá-los.

Entende-se também que cada um dos argumentos a serem apresentados na sequência exigiriam estudos específicos, o que demandaria mais tempo, e iria para além das condições técnicas propostas nos objetivos desta pesquisa.

Com relação às políticas de cotas, os posicionamentos contrários assim se manifestam:

Dizem que é impossível implementar cotas para negros no Brasil, porque é difícil definir quem é negro no País por causa da mestiçagem, tendo como consequência a possibilidade da fraude por parte dos alunos brancos que, alegando sua afrodescendência pelo processo de mestiçagem, ocuparia o espaço destinado às verdadeiras vítimas do racismo. (MUNANGA, 2003. p. 122).

Mais adiante, o mesmo autor argumenta em defesa das cotas,

Não vejo a necessidade de recorrer, seja ao exame da árvore genealógica dos autodeclarados negros, seja ao exame científico por meio de teste de DNA. Se constatar, depois de algum tempo de experiência, que a maioria dos alunos pobres beneficiados pela política de cotas é composta de alunos brancos pobres falsificados em negros, será então necessário reavaliar os critérios até então adotados. De qualquer modo, os recursos investidos não seriam perdidos, pois teriam sido aproveitados por um segmento da população que também necessita de políticas públicas diferenciadas. Uma definição pelos critérios científicos dificultaria qualquer proposta de ação afirmativa em benefício de qualquer segmento, pois muitos que se dizem negros podem ser portadores dos marcadores genéticos europeus. (MUNANGA, 2003. p. 122-123).

Outros intelectuais se posicionaram manifestando suas opiniões acerca do assunto. Nesse sentido, para Guimarães

Um dos argumentos mais fortes usados, no Brasil, contra a adoção de políticas que levem em conta a identidade racial dos indivíduos é de ordem prática: não haveria fronteira raciais bem definidas no País. O argumento, me parece, é melhor como efeito discursivo, desarmando os adversários pelo apelo ao senso comum e às representações consensuais de si mesmo, que como apelo substantivo ou racional. (GUIMARÃES, 2003. p. 209-210).

Quando se trata de um debate sobre cotas raciais, esse argumento, a princípio, pode parecer ser o mais difícil de conseguir um consenso. Há várias vozes a debater o assunto com diferentes

opiniões. Contudo, ainda explorando Munanga o autor aborda outro argumento que foi muito problematizado no auge das discussões de ações afirmativas por cotas raciais conforme segue:

Outros argumentos contra a política de cotas recorrem ao fato do abandono dessa política nos Estados Unidos, por não ter ajudado no recuo da discriminação racial entre brancos e negros naquele país e por ter sido aproveitado apenas aos membros da classe média afro-americana, deixando intocada a pobreza dos guetos. (MUNANGA, 2003. p. 123).

Mais adiante o autor irá afirmar que

Deixar de discutir cotas em nossas universidades porque não deram certo nos Estados Unidos, como dizem os argumentos contra, é uma estratégia fácil para manter o *status quo*. As cotas, se forem aprovadas por alguns Estados como já está sendo aplicada no Rio de Janeiro e na Bahia, deveriam, antes de serem aplicadas, passar por uma nova discussão dentro das peculiaridades do racismo à brasileira, cruzando os critérios de "raça" e de "classe" e respeitando a realidade demográfica de cada Estado da União. (MUNANGA, 2003. p. 123-124, grifo do autor).

A crítica sobre o possível desempenho dos alunos cotistas, também foi um outro argumento de grande relevância e fortemente presente nos debates.

Os responsáveis pelas universidades públicas dizem que o ingresso de negros nas universidades pelas cotas pode levar a uma degradação da qualidade e do nível do ensino, porque eles não tem as mesmas aquisições culturais dos alunos brancos. Mas, acredito que, mais do que qualquer outra instituição, as universidades têm recursos humanos capazes de minimizar as lacunas dos estudantes oriundos das escolas públicas pelas propostas de uma formação complementar. (MUNANGA, 2003. p. 127).

Dentro dessa mesma perspectiva, novamente Guimarães diz

Um outro argumento muito usado, principalmente por professores das universidades públicas, contra as políticas de ação afirmativa para negros é que a flexibilização do sistema de ingresso poderia acarretar uma perda de qualidade do ensino e de excelência das universidades. Para não dizer que acho esta opinião preconceituosa, direi que não conheço os dados em que ela pode estar baseada. Com que notas se ingressa normalmente, nas universidades brasileiras? Essas notas variam de curso para curso? Há uma nota mínima de aprovação? (GUIMARÃES, 2003. p. 212).

Por conseguinte, é preciso lembrar que as cotas não surgem para substituir o vestibular. Os candidatos, que se autodeclararam com direito a concorrer pelo sistema de cotas, fariam o vestibular e teriam suas provas corrigidas e avaliadas, com a diferença de que as provas seriam classificadas separadamente, sendo respeitada a reserva para as cotas dos cursos das universidades. "Dessa forma, serão respeitados, os méritos e garantida a excelência no seio de um universo específico". (MUNANGA, 2003. p. 128).

Nessa ordem de considerações, espera-se, neste capítulo, situar o leitor no contexto dos pontos mais polêmicos dos debates sobre as “ações afirmativas”, e sobre as definições para essa expressão que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

2. O ESTADO DA ARTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DE CARÁTER BIBLIOGRÁFICO

As pesquisas conhecidas como estado do conhecimento ou da arte são

definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002. p. 258).

O estado da arte, ou estado do conhecimento, são pesquisas que permitem a organização de diversas fontes bibliográficas, pois

As pesquisas de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento (chamadas, usualmente, de pesquisas do “estado da arte”), são recentes, no Brasil, e são, sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingindo pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. Essa compreensão do “estado do conhecimento” sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições e a determinação de lacunas ou vieses. (SOARES; MACIEL, 2000. p. 9).

Apesar do caráter inventariante do estado da arte ou estado do conhecimento esse se constitui de grande importância para as pesquisas, porque

Embora recentes, os estudos de “estado da arte” que objetivam a sistematização da produção numa determinada área do conhecimento já se tornaram imprescindíveis para apreender a amplitude do que vem sendo produzido. (ROMANOWSKI; ENS, 2006. p.39).

Aqui é preciso deixar claro que o estado da arte ou do conhecimento não tem como objetivo avaliar a maneira como foram realizadas as pesquisas localizadas em um levantamento bibliográfico, mas sim, obter informações tendo como ponto de partida as produções acadêmicas.

O interesse por pesquisas que abordam "estado da arte" deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia. (ROMANOWSKI; ENS, 2006. p. 38-39).

Nesse sentido, é importante lembrar que para a realização do estado da arte, é importante que esteja muito bem delimitado como serão realizadas as buscas pelas produções acadêmicas. Isso porque, essa etapa da pesquisa, ou seja, o levantamento bibliográfico, faz com que o pesquisador seja

Sustentado e movido pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema. (FERREIRA, 2002. p. 259).

Desse modo, a compreensão da produção acadêmica pode implicar em olhar os mais variados aspectos passíveis de serem identificados com o levantamento bibliográfico. Permite observar o crescimento de uma produção em um determinado período, bem como conhecer a localização das produções que são objetos de estudo. Esse é um procedimento importante porque

Os objetivos favorecem compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações. Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição das tendências do campo de formação de professores. (ROMANOWSKI; ENS, 2006. p.39).

Dentro dessa mesma perspectiva, o estado da arte ou do conhecimento permite também

Fazer um balanço do conhecimento [...] identificar temas de pesquisas que carecem de desenvolvimento e tentar avançar na compreensão das questões postas pelas relações sociais concretas é um trabalho que se impõe principalmente no caso brasileiro, onde as conquistas democráticas são incipientes e a cidadania é pouco mais que uma concepção

formal, em decorrência do que a oferta educacional tem sido insuficiente e inadequada. (KUENZER, 1987. p. 5 e 6).

Pode-se observar, consoante os autores abordados até o momento, que "esses trabalhos não se restringem a identificar a produção, mas a analisá-las, categorizá-las e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas". (ROMANOWSKI; ENS, 2006. p.39).

Isso porque

O pesquisador do “Estado da Arte” tem dois momentos bastante distintos. Um, primeiro, que é aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. Nesse caso, há um certo conforto para o pesquisador, pois ele lidará com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa. Ele poderá visualizar, nesse momento, uma narrativa da produção acadêmica que muitas vezes revela a história da implantação e amadurecimento da pós-graduação, de determinadas entidades e de alguns órgãos de fomento de pesquisa em nosso país. Nesse esforço de ordenação de uma certa produção de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; diversificam-se os locais de produção; em algum tempo ou lugar ao longo de um período.

Um segundo momento, é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção imaginando as tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. (FERREIRA, 2002. p. 265).

Nessa perspectiva é possível inferir que o estado da arte é um passo importante para muitas pesquisas o que conduz a concordar com Soares e Maciel quando as autoras afirmam que as pesquisas do estado da arte ou do conhecimento não podem terminar (Soares; Maciel, 2000. p.5). As autoras justificam-se, explicando que

A primeira razão é que a identificação, caracterização e análise do “estado do conhecimento” sobre determinado tema é fundamental no movimento ininterrupto da ciência ao longo do tempo. Assim, da mesma forma que a ciência se vai construindo ao longo do tempo, privilegiando ora um aspecto ora outro, ora uma metodologia ora outra, ora um referencial teórico ora outro, também a análise, em pesquisas de “estado de conhecimento” produzidas ao longo do tempo, deve ir sendo paralelamente construída, identificando e explicitando os caminhos da ciência, para que se revele o processo de construção do conhecimento sobre determinado tema, para que se possa tentar a integração de resultados e, também, identificar duplicações, contradições e, sobretudo, lacunas, isto é, aspectos não estudados ou ainda precariamente estudados, metodologias de pesquisa pouco exploradas.

A segunda razão para que pesquisas de “estado do conhecimento” tenham caráter permanente, isto é, não tenham um término, é que, num país como o nosso, em que as fontes de informação acadêmica são poucas e precárias, sobretudo no que se refere a teses e dissertações, o banco de dados que forçosamente se constitui como subproduto desse tipo de pesquisa precisa manter-se atualizado, dada a sua grande relevância para pesquisadores e estudiosos. (SOARES; MACIEL, 2000. p. 6).

Por conseguinte, o estado da arte é importante, pois “esses estudos são justificados por possibilitarem uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área.” (ROMANOWSKI; ENS, 2006. p.41).

Para esta pesquisa, o estado da arte se faz importante porque permite localizar e identificar a produção científica que aborda a temática das ações afirmativas. Possibilita, sobretudo, o agrupamento de informações que serão localizadas construindo assim uma importante fonte de dados o que é facilitador para o desenvolvimento desta pesquisa. Afinal,

Os estudos de tipo estado da arte permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura. (HADDAD, 2000. p.4).

A localização dessa produção é necessária, porque facilita visualizar primeiramente o que tem sido produzido no período delimitado para essa pesquisa, sendo o primeiro passo visualizar o que a produção acadêmica pode nos indicar antes de avançar para uma análise mais aprofundada sobre determinada produção acadêmica.

Um levantamento e uma revisão do conhecimento produzido sobre o tema é um passo indispensável para desencadear um processo de análise qualitativa dos estudos produzidos nas diferentes áreas do conhecimento. Este tipo de estudo caracteriza-se por ser descritivo e analítico. (ROMANOWSKI; ENS, 2006. p.43)

E visualizando a possibilidade de avançar em estudos mais aprofundados é que foram localizados todos os resumos das teses e das dissertações. Esses resumos foram analisados neste trabalho, com a perspectiva de mostrar indicadores que são peculiares da temática das ações afirmativas, mesmo alguns deles não apresentando os objetivos propostos, os métodos utilizados e os resultados obtidos que foram utilizados na pesquisa, e até mesmo aqueles que não

explicavam com clareza o que havia sido realizado na pesquisa. Entretanto, concorda-se com Ferreira (2002) quando a autora aborda sobre a leitura dos resumos.

É possível afirmar o que se tem falado sobre determinado tema ou área de conhecimento, em nosso país, num certo período, a partir só da *leitura dos resumos*? Um resumo poderia ser lido como parte de um todo? Que relação poderia ser feita entre cada resumo e o trabalho que lhe deu origem? É possível um olhar metonímico para cada resumo? Buscando respostas para essas interrogações, entre outras saídas já encontradas por outros pesquisadores, enveredamos por uma: levar em consideração a natureza do material que temos em mãos. (FERREIRA, 2002. p. 266 – 267. Grifos da autora).

É nesse sentido que os resumos foram considerados para a análise, afinal, na busca pelas produções acadêmicas nas bibliotecas digitais foi exigido o uso de palavra-chave para selecionar as teses e dissertações, e a palavra-chave utilizada é relativa a temática, ou seja, “ação afirmativa”. Desse modo, toda a produção acadêmica selecionada já passara por um primeiro filtro que foi a busca por palavras-chave.

Este é o momento mais apropriado para esclarecer que a produção acadêmica, ou a produção científica. Aqui compreende-se que produção acadêmica é o resultado da relação entre o sujeito e o objeto.

A produção científica é uma construção que serve de mediação entre o homem e a natureza, uma forma desenvolvida da relação ativa entre o sujeito e o objeto, na qual o homem, como sujeito ativo, veicula a teoria e a prática, o pensar e o agir, num processo cognitivo-transformador da natureza. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2009. p.101).

Isso porque, “a própria ciência, como produto da ação do homem, é tida como uma categoria histórica, um fenômeno em contínua evolução inserido no movimento das formações sociais”. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2009. p.101). Assim, a produção acadêmica, aqui compreendida nas teses e nas dissertações, foi objeto de estudos nessa pesquisa com a finalidade de responder ao maior número de questões possíveis da pesquisa. As teses e as dissertações estão mais bem expressas no Anexo 1 deste trabalho.

Desse modo e com base no referencial teórico citado até agora, inicia-se o estudo da produção acadêmica, a respeito das políticas de ações afirmativas, valendo-se do estado da arte. Utilizando esse método foram elaborados os Anexos 1 e 2 da pesquisa. Este registro apresenta

toda a produção acadêmica relativa à temática das ações afirmativas, localizada na USP, na Unicamp e na Unesp.

Antes de avançar para o próximo item desta pesquisa é preciso esclarecer que as informações que serão apresentadas a seguir, bem como, os resultados obtidos nesta etapa da pesquisa está pautada pelo critério do estado da arte e também pela leitura dos resumos das teses e das dissertações que foram localizadas na busca bibliográfica.

2.1 O levantamento bibliográfico

Tendo como critério o estado da arte para realizar o levantamento bibliográfico, inicialmente foi acessado o *site* das bibliotecas da USP, da Unicamp e da Unesp. O *site* da biblioteca da USP é o (<http://www.usp.br/sibi/>)²⁰. Após acessar este *site* foi acionando o *link* biblioteca virtual e, em seguida, “DEDALUS”, que abre a seguinte página: (<http://200.144.190.234/F>). Depois de abrir essa página, foi possível realizar as buscas bibliográficas no acervo da USP.

Na Unicamp, o acesso se deu primeiro pelo site (<http://www.sbu.unicamp.br/portal/>). Depois de abrir a página, foi acionado o *link* “catálogo on-line” que direciona a outra página que é (<http://acervus.unicamp.br>). Nesta nova página é possível realizar buscas pelo acervo bibliográfico da Unicamp.

Quanto à Unesp, o acesso foi feito inicialmente no *site*: (<http://www.unesp.br/portal#!/cgb/rede-de-bibliotecas>), na sequência foi selecionado o item “Catálogo Athena” que direciona para a seguinte página, (<http://portal.biblioteca.unesp.br/portal/athena>). Após abrir essa página, deve-se selecionar o item “acervo geral” que direciona para a página: (http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F/?func=find-b-0&local_base=UEP01) que possibilita o acesso ao acervo bibliográfico da Unesp.

Para realizar o estado da arte, que atendesse a proposta dessa pesquisa, houve a necessidade de escolher uma palavra-chave para nortear o levantamento bibliográfico. Isso porque, a base de

²⁰ "O que são o SIBiUSP e o SibiNet? O SIBiUSP é o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, que oferece prioritariamente suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão de docentes, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação da USP. O SIBiUSP integra 43 bibliotecas de faculdades distribuídas em seis *campi* universitários, com acervo total de mais de 6 milhões de volumes." Disponível em: <http://www.usp.br/sibi> Acesso em 01 mar. 2013

dados das bibliotecas digitais, da USP, da Unicamp e da Unesp, exigem a utilização dos filtros de buscas, por meio de um título específico ou de palavras-chave.

A palavra-chave selecionada foi "ação afirmativa", pelo fato de ser a principal palavra-chave desta pesquisa e também pelo seu amplo significado, conforme apresentado no primeiro capítulo. Após a escolha da palavra-chave, a tarefa seguinte consistiu em localizar, nos *sites* das bibliotecas a produção acadêmica, o que também possibilita o acesso ao banco de teses e de dissertações de cada instituição.

O *site* dessas bibliotecas possuem registros que exercem as mesmas funções dos antigos catálogos existentes nas bibliotecas. Apresenta ainda uma vantagem adicional que é a possibilidade de busca integrada o que facilita localizar o acervo de todas as bibliotecas existentes nos diversos institutos e faculdades dentro de um ambiente universitário.

O estado da arte é um método importante utilizado nesta pesquisa, pois vai além da sistematização de dados e de informações. Este método, como poderá ser observado consoante os resultados apresentados, não está limitado exclusivamente a uma metodologia quantitativa, ele permite iniciar e realizar algumas análises qualitativas. Nessa perspectiva da análise qualitativa, inicia-se a apresentação dos resultados encontrados no levantamento bibliográfico, cujos resultados foram sistematizados na Tabela 1.

Em síntese, o critério de busca utilizado para localizar as produções acadêmicas consistiu em acessar o *site* das bibliotecas da USP, da Unicamp e da Unesp. Para realizar as buscas, após acessar o *site*, foi escolhida a palavra-chave “ação afirmativa”, considerando as suas definições, conforme apresentado no capítulo anterior. Na sequência, foram selecionadas as produções acadêmicas que abordavam sobre as possíveis temáticas das ações afirmativas.

Os resultados desse levantamento bibliográfico foram organizados em ordem cronológica, e as produções localizadas foram inicialmente caracterizadas pelo seu tipo de produção, ou seja, se era tese, dissertação, TCC, resumos, artigos, livros, etc.

Após a caracterização, foi realizada a descrição das produções acadêmicas, e, para isso, foram privilegiados os seguintes itens, a saber: nome do autor; título do trabalho; ano de publicação; número de chamada/ registro; unidade; e disponível em²¹. O levantamento

²¹ Esse item foi inserido com o objetivo de registrar a fonte de acesso e, em seguida, o dia em que foi realizado o acesso porque algumas produções, por exemplo, TCC, dissertações, teses e alguns artigos, apresentaram a possibilidade de acesso via internet.

bibliográfico, localizando a produção acadêmica acerca da temática das ações afirmativas, compõe os Anexos 1 e 2²² deste trabalho.

Com este levantamento bibliográfico foi possível responder à primeira questão dessa pesquisa que é: qual a produção acadêmica da USP, da Unicamp e da Unesp sobre as ações afirmativas? E chegou-se ao seguinte resultado: a produção acadêmica da USP, da Unicamp e da Unesp constam de nove (9) Trabalhos de Conclusão de Curso TCC; trinta (30) dissertações; dezesseis (16) teses; cento e quatorze (114) livros; dois (2) resumos; um (1) CD-ROM; vinte e cinco (25) artigos; nove (9) *e-books*; um (1) pós-doutorado. O total é de 209 produções.

A Tabela 1 possibilita uma melhor visualização desses números e de toda a produção acadêmica.

²² O levantamento bibliográfico foi dividido em dois anexos, sendo que, no Anexo 1 sobre as teses e as dissertações da USP, da Unicamp e da Unesp e, no Anexo 2 as demais produções, por exemplo, TCC, pós-doutorados, resumos, artigos, livros, etc, dessas instituições. Esta divisão justifica-se devido ao fato de que no capítulo três, as teses e dissertações foram objetos de estudo desta pesquisa.

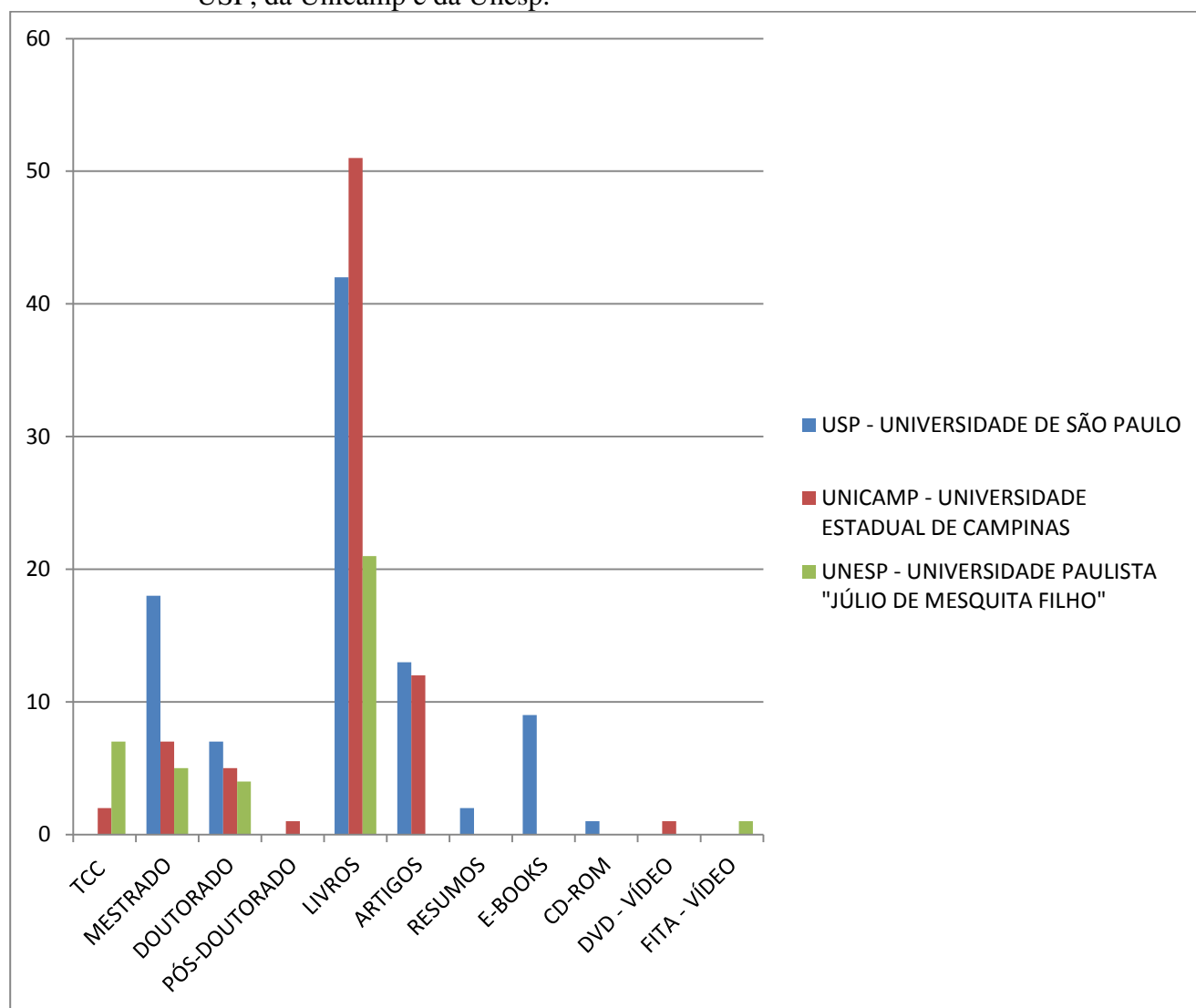
Tabela 1. Total da produção acadêmica da USP, da Unicamp e da Unesp sobre ações afirmativas caracterizada por tipo de produção

Tipo de Produção	Universidades Públicas Paulistas			Total	%
	USP	Unicamp	Unesp		
	Qtde	Qtde	Qtde		
TCC	0	2	7	9	4,3%
Dissertação	18	7	5	30	14,4%
Tese	7	5	4	16	7,7%
Tese de Livre docência	0	1	0	1	0,5%
Livros	42	51	21	114	54,5%
Artigos	13	12	0	25	12,0%
Resumos	2	0	0	2	1,0%
E-Books	9	0	0	9	4,3%
CD-Rom	1	0	0	1	0,5%
DVD - Vídeo	0	1	0	1	0,5%
Fita - Vídeo	0	0	1	1	0,5%
Total por instituição	92	79	38	209	100%

Fonte: Resultado do levantamento bibliográfico feito nas bibliotecas da USP, da Unicamp e da Unesp.

Na sequência, a Figura 1 propicia visualizar as informações da tabela acima em forma de gráfico, para caracterizar melhor a comparação das produções entre as IES.

Figura 1 – Gráfico do total da produção acadêmica localizada no levantamento bibliográfico da USP, da Unicamp e da Unesp.



Fonte: Resultado do levantamento bibliográfico feito nas bibliotecas da USP, da Unicamp e da Unesp.

Nesse levantamento bibliográfico, observa-se que as amostras mais significativas foram os livros, os artigos e as teses e as dissertações. Os livros, publicados com a temática das ações afirmativas, representam o total de 54,5% das produções como pode ser observado na Tabela 1. Os livros não serão utilizados para esta pesquisa, porque, mesmo tendo uma representação significativa, eles não estão disponíveis em *Portable Document Format* (PDF) na biblioteca

digital. Analisar este material exigiria a ida à biblioteca de cada uma das instituições, onde eles foram localizados, o que seria inviável para ser realizado em uma pesquisa em nível de mestrado.

Os artigos totalizam 12% do total do levantamento bibliográfico. Esse material não está disponível por completo na biblioteca digital, e o acesso a ele, também implicaria ir a cada biblioteca onde fora localizado, sendo inviável analisá-los nesse momento. Desse modo, eles também não foram selecionados para a análise.

2.2 As teses e as dissertações

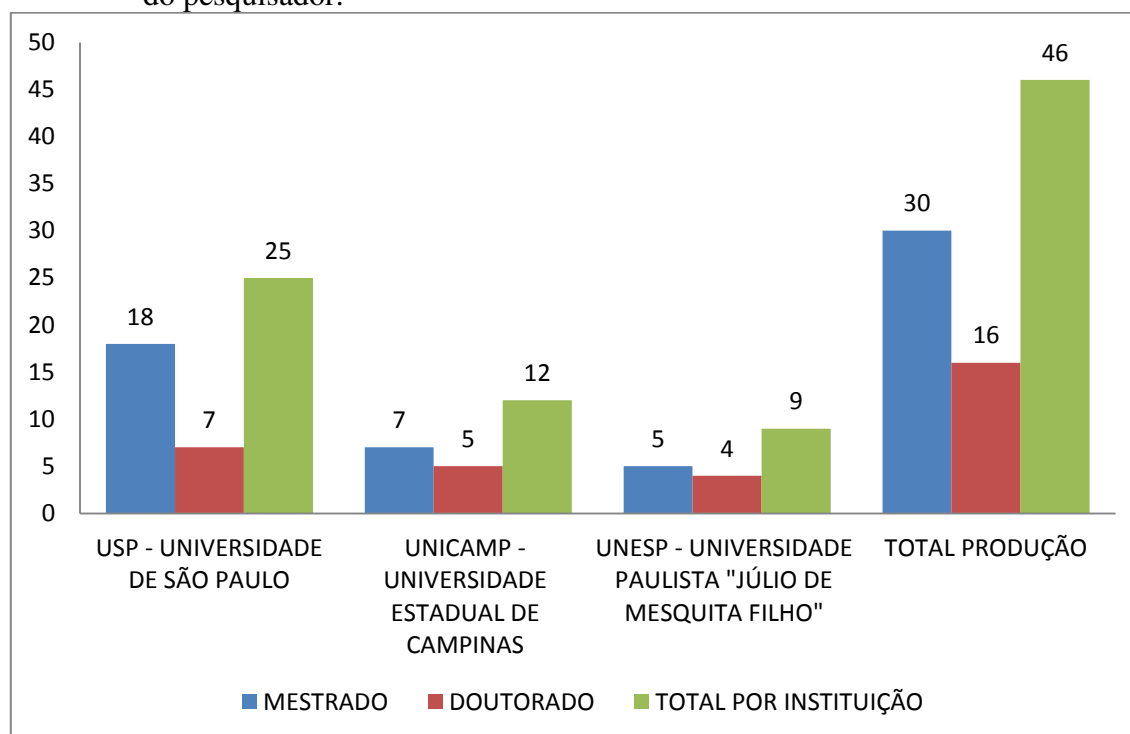
Com a perspectiva de atingir os objetivos da pesquisa foram selecionadas as teses e as dissertações²³ localizadas no levantamento bibliográfico. Como é possível visualizar na Tabela 1, foram 30 dissertações e 16 teses, num total de 46 produções, o que corresponde ao total de 22,1% de todo o levantamento bibliográfico.

Ambas correspondem à segunda amostra mais significativa de todo o levantamento bibliográfico. Elas foram selecionadas, porque é possível, por intermédio da biblioteca digital, localizá-las e acessá-las na íntegra em PDF.

Na sequência, a Figura 2 possibilita a melhor visualização das teses e das dissertações.

²³ Vide o leitor o Anexo 1 deste trabalho que permite a melhor visualização das teses e das dissertações, e também a identificação pelo item (disponível em:) quais foram as teses e as dissertações que estão disponíveis em PDF nas bibliotecas digitais.

Figura 2 – Gráfico do total de teses e dissertações sobre ações afirmativas, em nível de formação do pesquisador.



Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da USP, da Unicamp e da Unesp.

O passo seguinte consistiu em localizar e em caracterizar os resumos dessas produções. Para tanto, seguiram-se os seguintes passos: A primeira tentativa foi por meio do acesso ao banco de teses da CAPES pelo endereço (<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>). Depois de localizada a página, foi acessado o item resumo, na tentativa de obter os resumos das teses e das dissertações.

Para responder à próxima problemática e atingir mais objetivos específicos dessa pesquisa, a caracterização privilegiou os seguintes itens, a saber: título, autor, resumo, palavras-chave, e fonte²⁴.

Realizadas as primeiras buscas, constatou-se que algumas teses e dissertações datadas de 2011 e de 2012, localizadas na biblioteca da USP, da Unicamp e da Unesp, não foram localizadas no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse sentido, e tentando viabilizar a realização dessa etapa da pesquisa, optou-se por obter os resumos diretamente das dissertações e das teses, e essa busca se deu por intermédio do acesso

²⁴ Vide o leitor o Anexo 3 deste trabalho o qual contém os resumos das teses e das dissertações.

das respectivas bibliotecas digitais de cada IES que também permite o acesso ao resumo das teses e das dissertações.

A sistematização do resumo possibilita que esta pesquisa avance, pois com os dados localizados foi elaborada a próxima tabela, que será apresentada a seguir. A Tabela 2, que privilegiou a identificação dos seguintes itens: ano; IES; tipo de trabalho; e autor; auxilia a visualização cronológica das teses e das dissertações.

Tabela 2. Apresentação em ordem cronológica das teses e das dissertações por instituição, tipo de trabalho e nome do autor.

Continua ...

Ano	IES	Tipo de Trabalho	Autor
2000	USP	Dissertação	Paulo Lucena de Menezes
2000	USP	Dissertação	Sabrina Moehlecke
2002	USP	Tese	Paula Cristina da Silva Barreto
2003	USP	Dissertação	João Galvão Bacchetto
2004	USP	Dissertação	Denise Pasello Valente Novais
2004	USP	Tese	Sabrina Moehlecke
2004	Unicamp	Dissertação	Carolina Cantarino Rodrigues
2005	Unicamp	Tese	Edwiges Pereira Rosa Camargo
2005	Unicamp	Dissertação	Vinícius Gaspar Garcia
2006	USP	Dissertação	Cibelle Linero Goldfarb
2006	USP	Dissertação	Maria Inês Nunes Kasai
2006	USP	Tese	Daniela Ribeiro Ikawa
2006	USP	Tese	Paulo Lucena de Menezes
2006	UNESP	Dissertação	Leonardo Borges da Cruz
2007	UNESP	Dissertação	Letícia Passos de Melo Sarzedas
2008	USP	Dissertação	Fernanda Vieira Guarnieri
2008	Unicamp	Dissertação	Rafael Pimentel Maia
2008	Unicamp	Tese	Janaina Speglish de Amorin Carrico
2008	UNESP	Tese	Regina Luiza Marcondes de Arruda Lima
2009	USP	Dissertação	Luiz Antônio Calazans
2009	USP	Dissertação	Maria Letícia Puglisi Munhoz
2009	USP	Dissertação	Luiza Barros Rozas
2009	USP	Dissertação	Maria do Socorro da Silva
2009	USP	Dissertação	Edilza Correia Sotero
2009	Unicamp	Dissertação	Fabiane Teixeira de Jesus Marques
2009	Unicamp	Tese	Kassandra da Silva Muniz
2009	UNESP	Dissertação	Diego da Costa Vitorino
2009	UNESP	Dissertação	Fernanda Furtado Camargo

Tabela 2. Apresentação em ordem cronológica das teses e das dissertações por instituição, tipo de trabalho e nome do autor.

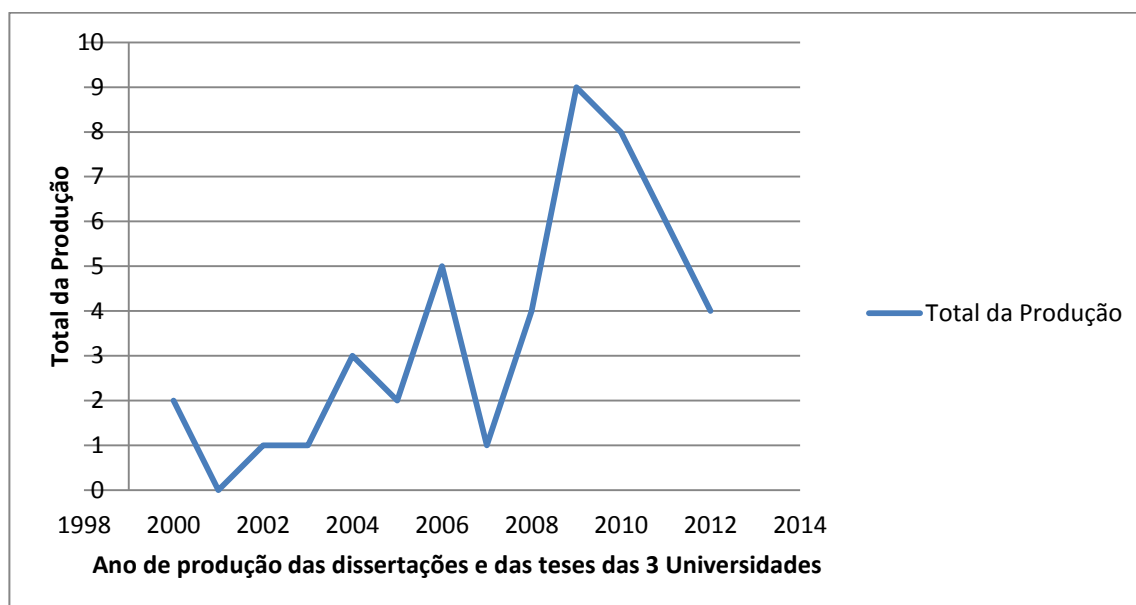
Continuação.

2010	USP	Dissertação	Ricardo Ferracini Neto
2010	USP	Dissertação	Estela Waksberg Guerrini
2010	USP	Tese	Milton Linhares
2010	USP	Tese	Sylvia da Silveira Nunes
2010	Unicamp	Tese	Vinícius Gaspar Garcia
2010	UNESP	Dissertação	Maria Luisa da Costa Fogari
2010	UNESP	Tese	Marcilene Garcia de Souza
2010	UNESP	Tese	Bas'lele Malomalo
2011	USP	Dissertação	Fernando Peixoto de Araújo Neto
2011	USP	Dissertação	Luis Felipe Mendonça Cruz
2011	USP	Dissertação	Camila Magalhães Carvalho
2011	Unicamp	Dissertação	Kátia Cristina Norões
2011	Unicamp	Tese	Carolina Cantarino Rodrigues
2011	UNESP	Tese	Antônio de Assis Cruz Nunes
2012	USP	Dissertação	Marla Andressa de Oliveira Santos.
2012	USP	Tese	Francisco Jatobá de Andrade
2012	Unicamp	Dissertação	Mariângela Mattos Ávila
2012	Unicamp	Dissertação	Adriana Stroisch

Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da USP, da Unicamp e da Unesp.

Nessa tabela é possível observar que três (3) pesquisadores estudaram a temática das ações afirmativas tanto no Mestrado quanto no Doutorado, a saber: Paulo Lucena de Menezes; Sabrina Moehlecke e Carolina Cantarino Rodrigues. Os dois primeiros pesquisadores se formaram na USP e o último na Unicamp. A Figura 3 destaca a evolução da produção acadêmica a partir do ano 2000 até 2012.

Figura 3. Gráfico representativo da evolução da produção acadêmica.



Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da USP, da Unicamp e da Unesp.

Os dados da Figura 2 propiciam observar que a USP apresenta um número maior de teses e dissertações sobre as ações afirmativas em relação à Unicamp e à Unesp. Percebe-se, também, de acordo com a Tabela 2 que a produção mais antiga entre as teses e as dissertações está datada do ano 2000, e elas são duas dissertações que pertencem à USP. Nota-se também que a primeira produção da Unicamp e da Unesp estão datadas de 2004 e 2006, respectivamente e ambas são dissertações.

A Figura 3 evidencia, que, a partir do ano de 2002 até 2012, houve ao menos uma produção acadêmica sobre ações afirmativas, concluída. Nota-se que a partir de 2004, ocorre um aumento significativo da produção acadêmica que se mantém crescente, apesar de apresentar alguns picos de quedas dentro do mesmo período. Isso pode ter ocorrido em função do tempo de formação do Mestrado e do Doutorado, ou seja, dois e quatro anos, respectivamente.

Na sequência serão exploradas as produções acadêmicas por IES de Ensino Superior que foram objetos de estudo dessa pesquisa.

2.3 As teses e as dissertações da USP

O total de teses e dissertações da USP é igual a 25 e a maior parte delas está localizada na Faculdade de Direito, conforme pode ser visto na Tabela 3. É na Faculdade de Direito e na Faculdade de Educação que foram realizadas as primeiras produções sobre a temática das ações afirmativas.

Tabela 3. Total de produção de teses e dissertações da USP por faculdade, ano e total de produção.

Faculdade	Total de produção por Ano										Total da Produção		
	2000	2002	2003	2004	2006	2008	2009	2010	2011	2012	Dis	Tese	TT
Faculdade de Direito	1			1	3		4	2	3		12	2	14
Faculdade de Educação	1		1	1						1	3	1	4
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas		1			1	1	1	1		1	3	3	6
Instituto de Psicologia								1			0	1	1
Totais por Ano	2	1	1	2	4	1	5	4	3	2	18	7	25

Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da USP.

No total, as teses e as dissertações localizadas na USP estão distribuídas da seguinte forma entre as faculdades e institutos, a saber: na Faculdade de Direito foram localizadas quatorze (14) produções; na Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas, seis (6) produções; na Faculdade de Educação, quatro (4) produções; e uma (1) produção, no Instituto de Psicologia. O destaque nesta IES fica para a Faculdade de Direito cujo total de quatorze (14) produções estão distribuídos entre doze (12) dissertações e duas (2) teses.

A Tabela 4 mostra ao leitor os títulos das teses e das dissertações da USP.

Tabela 4. Títulos das teses e das dissertações das USP e seus autores por ordem cronológica.

Continua ...

Ano	Tipo de Trabalho	Autor	Título
2000	Dissertação	Paulo Lucena de Menezes	A ação afirmativa no direito Norte-Americano
2000	Dissertação	Sabrina Moehleck	Proposta de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior.
2002	Tese	Paula Cristina da Silva Barreto	Racismo e anti-racismo na perspectiva de estudantes universitários de São Paulo.
2003	Dissertação	João Galvão Bacchetto	Cursinho pré-vestibular alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior.
2004	Dissertação	Denise Pasello Valente Novais	Discriminização da mulher e direito do trabalho da proteção à promoção da igualdade.
2004	Tese	Sabrina Moehleck	Fronteira da igualdade no ensino superior: excelência e justiça racial
2006	Dissertação	Cibelle Linero Goldfarb	As pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: uma análise do sistema de cotas no Brasil e das peculiaridades do contrato de trabalho
2006	Dissertação	Maria Inês Nunes Kasai	Cor pobreza e ação afirmativa: o projeto geração XXI (SP, 1999/2006).
2006	Tese	Daniela Ribeiro Ikawa	Concepção de ser humano e direito à redistribuição: o caso da ação afirmativa.
2006	Tese	Paulo Lucena de Menezes	Reserva de vagas para a população negra e o acesso ao ensino superior: uma análise comparativa dos limites constitucionais existentes no Brasil e nos Estados Unidos da América.
2008	Dissertação	Fernanda Vieira Guarnieri	Cotas universitárias: perspectivas de estudantes em situação de vestibular.
2009	Dissertação	Luiz Antônio Calazans	Algumas considerações sobre o racismo institucional, discriminação racial e políticas de ação afirmativa no Brasil.
2009	Dissertação	Maria Letícia Puglisi Munhoz	Diversidade, relações raciais e educação em direitos humanos.
2009	Dissertação	Luiza Barros Rozas	Cotas para negros nas Universidade públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira - por uma compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade.

Tabela 4. Títulos das teses e das dissertações das USP e seus autores por ordem cronológica.

Continuação.

2009	Dissertação	Maria do Socorro da Silva	Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil.
2009	Dissertação	Edilza Correia Sotero	Negros no ensino superior: trajetória e expectativas de estudantes de administração beneficiados por política de ação (ProUni e Cotas) em Salvador.
2010	Dissertação	Ricardo Ferracini Neto	A violência doméstica contra a mulher em seus aspectos criminológicos.
2010	Dissertação	Estela Waksberg Guerrini	Ações afirmativas para negros nas universidades públicas brasileiras: o caso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (2001-2008).
2010	Tese	Milton Linhares	Políticas públicas de inclusão social na América Latina: ações afirmativas no Brasil e México.
2010	Tese	Sylvia da Silveira Nunes	Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil.
2011	Dissertação	Fernando Peixoto de Araújo Neto	Estudos de combate à discriminação racial como modo de ação afirmativa dos direitos fundamentais no âmbito laboral.
2011	Dissertação	Luis Felipe Mendonça Cruz	Ações afirmativas e o princípio de igualdade.
2011	Dissertação	Camila Magalhães Carvalho	Por uma perspectiva crítica de direitos humanos: o caso das cotas para a população negra no acesso ao ensino superior público.
2012	Dissertação	Marla Andressa de Oliveira Santos.	O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade de Zumbi dos Palmares.
2012	Tese	Francisco Jatobá de Andrade	Classe, raça e ação afirmativa: a política de inclusão social numa universidade pública de Pernambuco.

Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da USP.

A seguir, há um balanço das palavras-chave que foram identificadas com os resumos e, entre parênteses, o número de vezes que isso ocorreu. É importante lembrar ao leitor que essa mesma sequência será adotada ao serem apresentadas as palavras-chave da produção da Unicamp e da Unesp.

Na produção da USP as palavras-chave foram: ação afirmativa (8); afro-descendente (1); ambiente de trabalho (1); anti-racismo(1); classe (1); cotas (2); cotas universitárias (1); cursinho

(1); cursos pré-vestibular (1); desigualdade (1); desigualdades sociais (1); direito (1); direito do trabalho (1); direito do trabalho discriminação no emprego (1); direitos humanos (3); discriminação racial (3); descriminalização da mulher (1); discurso (1); educação (2); ensino superior (6); exclusão (1); igualdade (4); justiça (1); justiça racial (1); justiça social (1) negros (4); norte americano (1); Pernambuco (1); pertencimento racial (1) políticas públicas (2); proteção (1); prouni (1) raça (1); racismo (2); racismo institucional (1); relações sociais (1); trajetória educacional (1); universidade pública (1); vestibular (1); violência doméstica (1).

2.4 As teses e as dissertações da Unicamp.

As teses e dissertações da Unicamp totalizam 12 produções. A Tabela 5 apresenta as produções por ano e sua distribuição pelas faculdades e por institutos.

Tabela 5. Produção de teses e dissertações da Unicamp por faculdade, ano e total de produções.

Faculdade	Total de produção por ano							Total da Produção		
	2004	2005	2008	2009	2010	2011	2012	Dis	Tese	TT
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1					1		1	1	2
Faculdade de Educação		1	1			1	2	3	2	5
Instituto de Economia		1			1			1	1	2
Instituto de Matemática Estatística e Computação Científica			1					1	0	1
Instituto de Estudos da Linguagem				2				1	1	2
Totais por Ano	1	2	2	2	1	2	2	7	5	12

Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da Unicamp.

Na Unicamp, as produções localizadas estão distribuídas da seguinte maneira: cinco (5) na Faculdade de Educação; duas (2) no Instituto de Estudos da Linguagem; duas (2) no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; duas (2) no Instituto de Economia e uma (1) no Instituto de Matemática Estatística e Ciência da Computação. O destaque fica para a Faculdade de Educação, com o total de cinco (5) produções distribuído em três (3) dissertações e duas (2) teses.

Na sequência, a Tabela 6 apresenta os títulos e autores das teses e das dissertações.

Tabela 6. Títulos das teses e das dissertações da Unicamp e seus autores, por ordem cronológica.

Ano	Tipo de Trabalho	Autor	Título
2004	Dissertação	Carolina Cantarino Rodrigues	Política de ação afirmativa e o embate entre representações sobre as relações raciais no Brasil.
2005	Tese	Edwiges Pereira Rosa Camargo	O negro na educação superior: perspectiva das ações afirmativas.
2005	Dissertação	Vinícius Gaspar Garcia	Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente.
2008	Dissertação	Rafael Pimentel Maia	Análise do desempenho dos alunos da Unicamp do vestibular a conclusão utilizando o U-estatísticas.
2008	Tese	Janaina Speglish de Amorin Carrico	Tapete vermelho para elefante branco: o embate entre as diferenças dos alunos da Universidade.
2009	Dissertação	Fabi Jesus	Quem é negro no Brasil? Uma análise discursiva de artigos que versam sobre a adoção de cotas em universidades públicas.
2009	Tese	Kassandra da Silva Muniz	Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil.
2010	Tese	Vinícius Gaspar Garcia	Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho.
2011	Dissertação	Kátia Cristina Norões	Cotas raciais ou sociais? Trajetória, percalços e conquistas na implementação de ações afirmativas no ensino superior público (2001-2010).
2011	Tese	Carolina Cantarino Rodrigues	Entre corpos, tempo e sujeitos: ciência e política improvisando identidades.
2012	Dissertação	Mariângela Mattos Ávila	O significado das cotas para estudantes negros do Instituto Federal de Santa Catarina: Campus São José.
2012	Dissertação	Adriana Stroisch	A permanência e o êxito dos alunos cotistas dos cursos superiores do campo de São José do Instituto Federal de Santa Catarina (2009-2010).

Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da Unicamp.

Na busca por “resumos”, na produção da Unicamp, as palavras-chave identificadas foram: ação afirmativa (3); análise do discurso (1); ciência (1); cotas raciais (2); democracia (1); democracia racial (1); desempenho acadêmico (1); desigualdades social-Brasil (1); diferença (1); diferenças (1); educação (2); educação inclusiva (1); ensino superior (3); essencialização (1); estatística não paramétrica (1); identidade nacional (1); identificação (1); inclusão (1); intelectuais (1); medidas de diversidade (1); mercado de trabalho (2); mito (1); movimento negro (1); negros (2); pessoas com deficiência (1); política (1); políticas públicas (2); política pública de ação afirmativa (1); programação de ação afirmativa (3); raça (2); racismo (1); relações raciais (1); universidade (1).

2.5 As teses e as dissertações da Unesp

A Unesp, entre as universidades estudadas, é a que tem o menor número de produções. É a instituição que começa a apresentar produções a partir do ano de 2006.

Tabela 7. Total da produção de teses e dissertações da Unesp por ano e faculdade.

Faculdade	Total da produção por ano						Total da Produção		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Dis	Tese	TT
Faculdade de Filosofia de Marília	1					1	1	1	2
Faculdade de Ciências e Letras de Assis		1					1	0	1
Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia			1				0	1	1
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara				2	2		2	2	4
Faculdade de História, Direito e Serviço Social					1		1	0	1
Totais por Ano	1	1	1	2	3	1	5	4	9

Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da Unesp.

Como pode ser observado na tabela anterior, as produções da Unesp estão distribuídas da seguinte forma entre suas faculdades, a saber: quatro (4) na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara; uma (1) na Faculdade de História Direito e Serviço Social de Franca; duas (2) e na

Faculdade de Filosofia de Marília; uma (1) na Faculdade de Ciências e Letras de Assis e uma (1) na Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia de Franca. As produções da Faculdade de Ciências e letras de Araraquara estão distribuídas em duas (2) dissertações e duas (2) teses.

A seguir, a Tabela 8 elenca os títulos das teses e das dissertações localizadas na Unesp.

Tabela 8. Títulos das teses e das dissertações da Unesp e seus autores, por ordem cronológica.

Ano	Tipo de Trabalho	Autor	Título
2006	Dissertação	Leonardo Borges da Cruz	Anti-racismo em Marília: trajetória e perspectivas de luta do movimento negro atual.
2007	Dissertação	Letícia Passos de Melo Sarzedas	Criança negra e educação: um estudo etnográfico na escola.
2008	Tese	Regina Luiza Marcondes de Arruda Lima	Cotas: uma política de inclusão
2009	Dissertação	Diego da Costa Vitorino	O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG Fonte (Araraquara-SP) à luz dos debates sobre o racismo e cultura negra.
2009	Dissertação	Fernanda Camargo Furtado	Cursinhos pré-vestibulares populares e o caso da Unesp: alguns condicionantes à sua criação e transformação.
2010	Dissertação	Maria Luisa da Costa Fogari	Serviço social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes.
2010	Tese	Marcilene Garcia de Souza	Ações afirmativas e inclusão de negros por "Cotas raciais" nos serviços públicos do Paraná.
2010	Tese	Bas'lele Malomalo	Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009).
2011	Tese	Antônio de Assis Cruz Nunes	O sistema de cotas para negros na universidade federal do maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense.

Fonte: Levantamento bibliográfico da biblioteca da Unesp.

Foram localizadas as seguintes palavras-chave da produção da Unesp: ações afirmativas (2); afrodescendentes (1); anti-racismo (1); avaliação (1); criança negra (1); cultura nacional (1);

cultura negra (1) cursinho pré-vestibulares (1); desenvolvimento (1); educação (1); movimento negro (1); multiculturalismo (1); negro (1); perspectiva de luta (1); política social (1); políticas públicas (1); população negra (2); ProUni (1).

2.6 Resultados com apoio na leitura dos resumos

Com os dados, em especial os das Tabelas 4, 6 e 8, juntamente com a leitura dos resumos, é possível responder à segunda questão proposta para esta pesquisa: quais as temáticas privilegiadas nessa produção sobre as políticas de ações afirmativas?

Na produção da USP, no tocante às dissertações, as principais temáticas que perpassaram as ações afirmativas foram; as cotas raciais; a violência doméstica; a discriminação racial; as relações raciais sob o viés dos direitos humanos; as cotas para negros em universidades públicas; as pessoas com deficiência em relação ao emprego; a relação dos cursinhos pré-vestibulares. Já nas teses, os temas versaram sobre as políticas públicas para inclusão social; o racismo contra negros; os estudos localizados especificamente nas IES; a abordagem sobre o racismo; e os estudos comparativos.

Na Unicamp, as dissertações contemplaram a questão da identidade dos negros; a questão de raça e gênero; as cotas raciais e sociais; e os estudos relacionados a cotas de outras instituições. As teses abordaram temas sobre pessoas com deficiência e mercado de trabalho; estudos sobre o negro no ensino superior e sobre os alunos no ensino superior.

Na produção da Unesp, as temáticas encontradas foram: os estudos sobre cursos pré-vestibulares; o estudo do sistema de cotas de outra instituição; o racismo em Marília; as crianças negras; e as ações afirmativas por cotas raciais.

Considerando, ainda, a localização dos resumos de todas as teses e dissertações da USP, da Unicamp e da Unesp, as palavras-chave que mais apareceram foram: programa de ação afirmativa/ ações afirmativas (16); população negra/ negros (10); ensino superior (8); racismo institucional/ racismo (7); política/ política pública (7); cotas/ sistema de cotas/ cotas universitárias/ cotas raciais (6); educação (4); direitos humanos (3); igualdade (3); justiça/ justiça social (3); raça (3); direito do trabalho (2); discriminação racial (2); inclusão (2); desigualdade/ desigualdade sociais (2); anti-racismo (2); mercado de trabalho (2).

Destaca-se ainda do levantamento bibliográfico que todas as teses e as dissertações identificadas na Unicamp estão disponíveis na sua biblioteca digital. Entre a produção acadêmica da Unesp, apenas uma tese, localizada no levantamento bibliográfico não está disponível na biblioteca digital. Na USP, 8 das 18 dissertações e 3 das 7 teses não estão disponíveis na biblioteca digital. Assim, doze (12) trabalhos não foram localizados na íntegra em PDF nas bibliotecas digitais da USP e da Unesp.

Cabe destacar que, ao se constatar que a maior parte da produção acadêmica das teses e das dissertações da USP está na área do direito, surgiu outra indagação: qual a formação dos pesquisadores que estudam sobre as ações afirmativas?

Para responder a essa pergunta foi acessado o “Currículo Lattes” disponível na plataforma do CNPq. Isso foi possível porque, para elaborar a caracterização da produção acadêmica dos Anexos 1 e 2, um dos requisitos foi identificar o autor dos trabalhos. Com essa informação em mãos, foi realizada a busca pelos seus “Currículos Lattes”.

A Tabela 9 foi elaborada visando identificar os cursos de graduação dos pesquisadores que escreveram tese ou dissertação sobre a temática das ações afirmativas. Cabe esclarecer que a IES apresentada na tabela é referente à instituição na qual o pesquisador fez a graduação.

Tabela 9. Descrição dos cursos de graduação e IES de formação dos pesquisadores e suas respectivas IES da pós-graduação e tipo de produção acadêmica.

Continua...

Curso	IES da Graduação	Qtde	IES da Pós-graduação	Produção Acadêmica
Ciências Econômicas	Unicamp	1	Unicamp	Dissertação
Ciências Sociais	Unesp	2	Unesp	Dissertação
Ciências Sociais	UFBA	1	USP	Dissertação
Ciências Sociais	UFPR	1	Unesp	Tese
Ciências Sociais	UFPE	1	USP	Tese
Ciências Sociais	USP	1	USP	Dissertação
Direito	USP	5	USP	Dissertação
Direito	UNB	1	USP	Tese
Direito	UFBA	1	USP	Dissertação
	Centro Universitário			
Direito	UNIJORGE	1	USP	Dissertação
Direito	NC	1	USP	Dissertação
Educação Física e Adm. Pública	USP e FGV	1	USP	Dissertação

Tabela 9. Descrição dos cursos de graduação e IES de formação dos pesquisadores e suas respectivas IES da pós-graduação e tipo de produção acadêmica.

Continuação.

Centro Universitário				
Engenharia	FEI	1	USP	Tese
Estatística	Unicamp	1	Unicamp	Dissertação
Letras	UFPE	1	Unicamp	Tese
Letras e Pedagogia	UFSC	1	Unicamp	Dissertação
Pedagogia	Unesp	1	Unesp	Dissertação
Pedagogia	PUC Campinas	1	Unicamp	Tese
Pedagogia	UFMA	1	Unesp	Tese
Pedagogia	UMESP	1	Unicamp	Dissertação
Pedagogia	USP	1	Usp	Dissertação
Psicologia	USP	2	USP	Dissertação
Psicologia	Unesp	1	Usp	Tese
Psicologia	Unesp	1	Unesp	Dissertação
Serviço Social	UFSC	1	Unicamp	Dissertação
Serviço Social e Pedagogia	Centro Universitário Barão de Mauá e COC	1	Unesp	Dissertação
Sociologia e Ciência Política	Unicamp	2	Unicamp	1 Dissertação, 1 Tese

Fonte: Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/> Acesso em: 16 out. 2013

É preciso esclarecer que nos currículos de dez (10) pesquisadores não consta a graduação ou a instituição onde eles a teriam feito. Cabe ressaltar que esses pesquisadores registraram a IES na qual obtiveram o título de mestre ou doutor, mesmo sem ter informado a graduação. Durante a busca dos currículos, dois (2) pesquisadores não foram localizados na Plataforma Lattes mesmo ambos tendo o título de doutor. É visível, na Tabela 9, que a graduação a que pertence a maioria dos pesquisadores sobre ações afirmativas das teses e das dissertações, é da área das ciências humanas.

Nesse sentido, com todos os dados apresentados até aqui, provenientes do estado da arte, é possível inferir que o estudo sobre as ações afirmativas possui caráter multidisciplinar, pois foi objeto de estudo em várias subáreas dentro da grande área das ciências humanas. Constatou-se ainda, mesmo que de forma tímida, que houve uma produção, cuja temática das ações afirmativas foi objeto de estudos da área de exatas, conforme pode ser observado na produção acadêmica da Unicamp.

Na sequência pode-se avançar para responder a mais uma questão proposta para esta pesquisa, a saber: quais os balanços, as tendências e os rumos dessa produção?

Iniciamos a resposta pela USP destacando que como balanço da produção, das teses e das dissertações, a maioria foram defendidas na Faculdade de Direito da USP em relação às outras Faculdades e Institutos. Além disso, a USP detém o maior número de produção acadêmica em relação a Unicamp e a Unesp, conforme pode ser observado na tabela 1.

A tendência dessas produções, ou seja, das teses e das dissertações apontam para todos os possíveis temas que podem ser considerados sobre as ações afirmativas. Essa constatação é importante, porque entre os anos de 2000 e 2010 as ações afirmativas ganharam destaque porque foram discutidas no tocante ao acesso ao Ensino Superior, e como já fora abordado, as ações afirmativas não se restringem apenas ao acesso ao Ensino Superior.

Contudo, as teses e as dissertações localizadas nesse período não privilegiaram apenas as ações afirmativas quanto ao acesso ao ensino superior conforme a tendência daquele momento, mas também, foram localizadas pesquisas abordando temas como: a descriminalização da mulher; a pessoa portadora de deficiência e a relação de emprego; a violência doméstica contra a mulher; o estudo sobre o preconceito, enfim, a produção perpassou por vários outros temas que podem ser interpretados como sendo de ações afirmativas.

Sobre os rumos dessa produção, ousamos dizer que elas tendem a intensificar as pesquisas sobre ações afirmativas no que se refere ao acesso e à permanência no Ensino Superior. Isso porque, a maioria das dissertações identificadas abordam os assuntos que são inerentes ao ensino superior, e como há uma grande possibilidade destes pesquisadores continuarem a estudar sobre o mesmo assunto em nível de doutorado, é possível que haja um aumento nas teses que abordem sobre as ações afirmativas no ensino superior.

Quanto a Unicamp, a maioria das teses e das dissertações está no acervo da Faculdade de Educação e a Unicamp detém o segundo maior número de produções acadêmicas sobre as ações afirmativas. No tocante as tendências às teses e as dissertações da Unicamp também abordaram sobre temáticas que se referem às ações afirmativas e que não estão restritas apenas ao acesso ao ensino superior. Na Unicamp foram localizadas pesquisas que tratavam de temas como: questão de raça e gênero na desigualdade social brasileira; pessoas com deficiência e o mercado de trabalho além dos que se referem ao acesso e à permanência no Ensino Superior.

No que se refere aos rumos há uma grande possibilidade de haver um aumento nas teses e nas dissertações que tratam das temáticas das ações afirmativas voltadas para o ensino superior,

uma vez que a maioria das dissertações da Unicamp, que são objetos de estudos desta pesquisa, trata dessa temática.

Na Unesp a maior parte da produção está localizada na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. A Unesp possui o menor número de produção acadêmica em relação a Unicamp e a USP, porém, do total seu total de produção acadêmica, apenas duas produções tem proposta de estudo voltado para as ações afirmativas no que se refere ao ensino superior.

No que se refere as tendências as produções da Unesp são as mais diversificadas, apresentando estudo inclusive sobre a visão que a escola tem da Criança negra. Este trabalho recebe o título de “Criança negra e educação: um estudo etnográfico na escola.” É uma dissertação de autoria de Letícia Passos de Melo Sarzedas, do ano de 2007. Entre os temas abordados na produção acadêmica da Unesp destacamos aqui: estudos sobre o movimento negro do município de Marília-SP; estudos sobre o cursinho pré-vestibular da ONG Fonte; Cotas para o serviço público no Estado do Paraná.

Quanto aos rumos da produção da Unesp é difícil realizar alguma inferência haja vista que a maior parte das teses e das dissertações trata das mais diversas temáticas que podem ser abrangidas como sendo de ações afirmativas. Diferentemente da USP e da Unicamp, a Unesp não apresenta um número grande de pesquisas sobre ações afirmativas que versam sobre o acesso e à permanência no Ensino Superior. Assim, fica difícil inferir alguma informação sobre os rumos da produção de teses e dissertações da Unesp.

Antes de dar sequência em responder as questões desta pesquisa, abordaremos sobre a leitura dos resumos que foi crucial para responder a próxima questão proposta para este trabalho. Iniciamos a abordagem lembrando que foram localizados todos os resumos das teses e das dissertações, com as buscas realizadas, tanto nas bibliotecas digitais da USP, Unicamp e Unesp quanto no banco de tese da CAPES.

A leitura dos resumos é importante para esta pesquisa porque permite observar uma síntese da tese e da dissertação, ou seja, em geral espera-se que o resumo de uma pesquisa acadêmica contenha o problema de pesquisa ou objetivos; a metodologia de pesquisa; os resultados e as conclusões da pesquisa.

Notamos no decorrer da leitura dos resumos que alguns deles não contêm a maioria desses elementos. A maior parte dos resumos apresentaram os objetivos, método utilizado pela pesquisa, a metodologia, ou seja, a forma como foi utilizado o método e os resultados das mesmas. Alguns anunciaram a fundamentação teórica do trabalho, porém, a maioria dos resumos não

apresentaram esses elementos, com exceção dos objetivos da pesquisa, elemento este que foi possível de ser identificado em todos os resumos.

Há ainda outro destaque a ser considerado sobre a leitura dos resumos. Apesar dos resumos pertencerem a IES diferentes, muitos deles são iniciados já anunciando os objetivos da pesquisa com exceção para dois resumos de produções da USP. Esclarecemos aqui que o nosso objetivo não é julgar a forma como os resumos foram construídos, pelos seus respectivos autores, mas sim apresentar o que foi constatado na leitura dos resumos que estão devidamente registrado no anexo 3 desta pesquisa.

Aqui é pontuada esta observação para justificar que, dado a ausência de informações como objetivo; metodologia; resultados e considerações finais nos resumos optamos, neste trabalho, com o objetivo de responder as problemáticas de pesquisa, em fazer a leitura na íntegra das introduções das teses e das dissertações que foram localizadas em PDF. Lembramos aqui que muitas produções não estavam disponível para acesso em PDF, mesmo constando o registro da tese e da dissertação no acervo das bibliotecas.

A questão de número 4 será respondida buscando identificar no texto dos resumos as técnicas de coletas de dados e/ou informações da pesquisa, buscando identificar qual o método da pesquisa. A pergunta de número 4 que é: “Quais os métodos dessas pesquisas?” foi respondida com a leitura realizadas dos resumos. A leitura foi sistematizada em uma planilha excel, sendo destaca o item método. Este foi obtido dos resumos que apresentavam essas informações de forma explícita e outros foram inferidos, com relação aos resumos que traziam o método de forma implícita.

A opção de identificar os métodos pelos resumos justifica-se pelo fato que, durante o período proposto para a realização do levantamento bibliográfico, consoante o cronograma do projeto de pesquisa, foi possível localizar os resumos de todas as teses e as dissertações, ao passo que não obtivemos o mesmo êxito no tocante a localização dos textos completos das teses e das dissertações.

Tabela 10. Levantamentos dos métodos de pesquisa empregados nas teses e nas dissertações da Unesp, da Unicamp e da USP identificados pela leitura dos resumos.

Métodos utilizados nas pesquisas	Unesp		Unicamp		USP		Total	%
	Dissert.	Tese	Dissert.	Tese	Dissert.	Tese		
Análise documental	1	0	2	1	6	1	11	24%
Entrevista estruturada ou semi	1	2	2	1	3	0	9	20%
Análise estatística (quantitativo)	0	0	1	0	1	1	3	7%
Estudos comparativos	0	0	0	0	1	1	2	4%
Métodos não identificados	2	2	2	3	7	3	19	41%
Diário de campo	1	0	0	0	0	0	1	2%
Método quantitativo e qualitativo	0	0	0	0	0	1	1	2%
Total	5	4	7	5	18	7	46	100%

Fonte: Leitura dos resumos localizados no levantamento bibliográfico.

Na tabela acima apresentamos o resultado quantitativo obtido do levantamento dos métodos de pesquisa utilizados nas teses e nas dissertações da Unesp, da Unicamp e da USP, separados por instituição e tipo de trabalho acadêmico. Este levantamento foi realizado por meio da leitura dos resumos que compõem o Anexo 3 deste trabalho. Como critério de análise para esta parte da pesquisa foram computados os métodos cuja identificação estivesse claramente citada no texto do resumo. Os casos em que pairou a dúvida, ou mesmo a ausência desta informação, foram classificados como “Métodos não identificados”.

Ao analisar as informações contidas na Tabela 10 é possível observar que, entre os métodos de pesquisa empregados nas três instituições, o método identificado como Análise Documental norteou 24% dos trabalhos realizados, sendo a sua maior ocorrência nas dissertações da USP com 6 trabalhos. Na Unicamp e na Unesp este método também foi o mais empregado nas dissertações do que nas teses.

A Entrevista Estruturada e Semi-Estruturada constitui-se em uma forma de coleta de dados cuja análise das informações obtidas emprega algum modelo de análise qualitativa. Este método foi identificado em 20% dos trabalhos por intermédio dos resumos lidos. As pesquisas que compõem a amostra deste estudo apresentam a mesma distribuição de trabalhos em cada uma das instituições pesquisadas. Ao analisar a quantidade de trabalhos desta natureza entre as teses e

dissertações observa-se que este método foi mais encontrado nas dissertações apresentando um total de 6 trabalhos.

Os trabalhos que empregaram a Análise Estatística (método quantitativo) mostrou-se não ser o método muito utilizado, pelos menos, não em pesquisas com o tema das Ações Afirmativas no que se refere as produções da USP, da Unicamp e da Unesp. Nas produções acadêmicas apenas 3 trabalhos adotaram essa forma de análise de dados, sendo predominante o uso nos trabalhos da USP que apresentou o total de 2 trabalhos.

O que mais chama a atenção no levantamento dos métodos de pesquisas utilizados nas pesquisas sobre as ações afirmativas, por intermédio da leitura dos resumos, é que 41% destes não traziam claramente ou sequer citavam qual o método empregado no respectivo estudo. Ao todo foram 19 trabalhos com a ausência desta informação. A USP apresentou um total de 10 trabalhos em que não foi possível identificar o método de pesquisa.

No entanto, ao se comparar o número de teses e dissertações sem a identificação do método em relação ao número total de trabalhos por instituição, verifica-se que 60% das teses da Unicamp, 50% das teses da Unesp e 43% das teses da USP apresentaram esse problema. As dissertações da Unesp, da USP e da Unicamp apresentaram percentuais mais modestos em relação a ausência da informação sobre o método em seus resumos com índices apurados em 40%, 39% e 29%, respectivamente.

Nota-se que na produção da USP predomina as pesquisas de análise documental e é possível inferir que isso acontece porque a maior parte da produção acadêmica da USP conforme apresentado neste capítulo, é da Faculdade de Direito o que justifica o predomínio desse método de pesquisa de caráter hermenêutico. Na Unicamp a quantidade de pesquisas que utilizaram entrevistas e análise documental é igual, e na Unesp há a predominância de pesquisas que utilizaram entrevistas estruturadas ou semiestruturada. Apesar da maioria das pesquisas estarem dentro da área da humanidade essas produções nos apresentam as perspectiva metodológica predominante em cada área do conhecimento dentro das ciências humanas.

Durante a realização do levantamento bibliográfico, observou-se um grande esforço das universidades, USP, Unicamp e Unesp em divulgar amplamente os resultados de suas pesquisas, em especial as teses e as dissertações. Isso se deve à possibilidade de disponibilizar os resultados de suas pesquisas realizadas na pós-graduação, em PDF na biblioteca digital. Na sequência apresentamos de forma sucinta o total de teses e de dissertações que foram localizadas em PDF, na USP, na Unicamp e na Unesp.

Tabela 11. Teses e dissertações da USP, da Unicamp e da Unesp localizadas e não localizadas na biblioteca digital.

Tipo de Trabalho	Instituição de Ensino							
	Unesp		Unicamp		USP		Localizado Total	Não Localizado Total
	Localizado	Não Localizado	Localizado	Não Localizado	Localizado	Não Localizado		
Dissertação	5	0	7	0	10	8	22	8
Tese	3	1	5	0	4	3	12	4
Sub-total	8	1	12	0	14	11	34	12
Total de teses e dissertações por instituição	9		12		25		46	

Fonte: Teses e dissertações do anexo 1.

Conforme pode ser observado na tabela acima foram localizadas 34 produções acadêmicas sendo 22 dissertações e 12 teses. Observa-se que 12 produções acadêmicas, sendo 8 dissertações e 4 teses, não estavam disponível em PDF. O destaque fica para a USP que apresenta nesse levantamento bibliográfico o maior número de teses e dissertações não localizadas e para a Unicamp que apresentou disponível em PDF todas as teses e as dissertações localizadas no levantamento bibliográfico.

Nesse sentido, daremos continuidade ao desenvolvimento desta pesquisa apoiado na leitura das teses e das dissertações que foram localizadas em PDF nas bibliotecas digitais da USP, da Unicamp e da Unesp²⁵. Com isso, busca-se viabilizar a continuidade dos estudos proposto nesta pesquisa que serão apresentados no próximo capítulo.

Assim, o terceiro capítulo, a seguir apresenta uma abordagem epistemológica, a fim de esclarecer os caminhos a serem percorridos que permitam responder às outras perguntas propostas para esta pesquisa.

²⁵ Vide o leitor, no Anexo 1 desta pesquisa, na descrição das teses e das dissertações o item: “disponível em” que contém o endereço eletrônico das produções acadêmicas que foram localizadas em PDF nas bibliotecas digitais, durante a realização do levantamento bibliográfico desta pesquisa.

3. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS: PROPOSTA DE ANÁLISE.

Conforme anunciado na introdução deste trabalho, neste capítulo será dada continuidade às análises realizadas no segundo capítulo desta pesquisa. Em linhas gerais, a essência do capítulo anterior consiste no estado da arte sobre a produção acadêmica a respeito das ações afirmativas cujos dados obtidos nesse levantamento bibliográfico já tornaram possíveis responder a algumas problemáticas propostas e, também, atingir alguns objetivos gerais e específicos.

Nesse sentido, daremos continuidade ao desenvolvimento desta pesquisa apoiado na leitura das teses e das dissertações que foram localizadas em PDF consoante tabela 11 do capítulo anterior. A leitura desses trabalhos foi pontual, contemplando os seguintes tópicos da estrutura do trabalho, a saber: a introdução; o capítulo que abordou especificamente sobre as ações afirmativas; e as referências bibliográficas.

Abordaremos neste capítulo sobre a epistemologia que tem por finalidade amparar teoricamente a construção do instrumento de análise, proposto para esta pesquisa. Será abordado também sobre o “WebQDA” (*Web qualitative data analysis*) que é um “*software*” desenvolvido para dar suporte a análises de pesquisas desenvolvida na área de humanidade. Com o apoio deste programa foi possível sistematizar algumas informações das teses e das dissertações que permitiram continuar o desenvolvimento do trabalho.

3.1 A epistemologia e suas contribuições para a análise da produção do conhecimento.

Para se continuar pesquisando sobre a produção acadêmica de um assunto atual e, sobretudo, polêmico, faz-se necessário apresentar a base teórica que fundamenta a análise proposta para este terceiro capítulo da pesquisa, e, para isso, recorre-se a fundamentação da epistemologia.

A análise irá considerar o referencial teórico sobre as ações afirmativas, apresentado no primeiro capítulo, articulando-o com a epistemologia. Com essa articulação espera-se responder ao maior número possível de questões dessa pesquisa e atingir os objetivos específicos, anunciados na introdução deste trabalho.

Assim, para seguir com o desenvolvimento da pesquisa é necessário definir o que se entende por epistemologia. O ponto de partida para buscar essa definição é a definição que está contida no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Ali consta que palavra “epistemologia” significa,

reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, esp. nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerente, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo; teoria do conhecimento. (HOUAISS, 2001. p.1181).

Hilton F. Japiassu em sua obra intitulada “*Introdução ao pensamento epistemológico*” nos diz que ““Epistemologia” significa, etimologicamente, discurso (*logos*) sobre a ciência (*episteme*)”. (JAPIASSU, 1975. p.19. Grifos do autor). Entretanto, o autor apresenta mais definições para o termo fundamentando-se, principalmente, nas possibilidades de estudos que são característicos da abordagem epistemológica. Segundo o autor

Por *epistemologia*, no sentido bem amplo do termo, podemos considerar o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. Haveria, assim, três tipos de epistemologia:

- *Epistemologia global* (geral), quando se trata do saber globalmente considerado, com a virtualidade e os problemas do conjunto de sua organização, quer sejam “especulativos”, quer “científicos”.

- *Epistemologia particular*, quando se trata de levar em consideração um campo particular do saber, quer seja “especulativo”, quer “científico”.

- *Epistemologia específica*, quando se trata de levar em conta uma disciplina intelectualmente constituída em unidade bem definida do saber, e de estudá-la de modo próximo, detalhado e técnico, mostrando sua organização, seu funcionamento e as possíveis relações que ela mantém com as demais disciplinas. (JAPIASSU, 1975. p.16. Grifos do autor).

Sánchez Gamboa anuncia que

A epistemologia é uma palavra que designa a filosofia das ciências, porém com um sentido mais preciso. Não é uma teoria geral do saber ou teoria do conhecimento que seria objeto da gnosiologia, nem é um estudo dos métodos científicos que seria objeto da metodologia, mas é parte da filosofia que se ocupa especialmente do estudo crítico da ciência em seu detalhamento prático, isto é, da ciência como produto e como processo; nesse sentido, é um estudo fundamentalmente *a posteriori*. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007. p.27. Grifo do autor).

Assim, “verifica-se que a epistemologia, que é uma reflexão sobre a ciência” (BLANCHÉ, 1975. p.13), é um método importante para estudar a produção científica e, por conseguinte, para realizar estudos sobre a produção acadêmica. Entretanto, é preciso deixar claro que a epistemologia não tem por objetivo criticar, discutir, ou julgar as formas como as pesquisas científicas são realizadas ou os métodos por elas empregados.

Qualquer que seja a acepção que dermos ao termo “epistemologia”, a verdade é que ela não pode e nem pretende impor dogmas aos cientistas. Não pretende ser um sistema *a priori*, dogmático, ditando autoritariamente o que deveria ser o conhecimento científico. Seu papel é o de estudar a gênese e a estrutura dos conhecimentos científicos. Mais precisamente, o de tentar pesquisar as leis reais de produção desses conhecimentos. E ela procura estudar esta produção dos conhecimentos, tanto do ponto de vista lógico, quanto dos pontos de vista lingüístico, sociológico, ideológico, etc. Daí o seu caráter de disciplina *interdisciplinar*. (JAPIASSU, 1975. p.29. grifos do autor).

Para esta pesquisa, que toma como ponto de partida a análise das teses e das dissertações, a epistemologia surge como um método, para responder às questões norteadoras deste trabalho, pois analisar as teses e as dissertações significa estudar os resultados de pesquisas concluídas. O que significa dizer realizar estudos que são de caráter posterior, ou seja, *a posteriori*. (Sánchez Gamboa 2007. p.27). Nessa perspectiva, a epistemologia é oportuna para este trabalho porque ela

Não é, propriamente falando, o estudo dos métodos científicos, os quais pertencem à metodologia. Também não é uma síntese, ou uma antecipação conjectural das leis científicas (à maneira do positivismo ou do evolucionismo). Essencialmente, a epistemologia é o estudo crítico dos *princípios*, das *hipóteses* e dos *resultados* das diversas ciências. (JAPIASSU, 1975. p.20. Grifos do autor).

Entretanto, para avançar com a abordagem sobre os estudos caracterizados como epistemológico, é preciso destacar que a epistemologia está fortemente ligada com a história de uma determinada ciência ou produção do conhecimento. Isso porque, “a história oferece um bom meio de análise ao separar, pela data e pelas circunstâncias do seu aparecimento, os diversos elementos que contribuíram para formar pouco a pouco as noções e os princípios da nossa ciência.” (BLANCHÉ, 1975. p.46).

Desse modo, a epistemologia é um estudo crítico porque, além de ser uma reflexão que a ciência faz sobre si mesma no sentido de questionar suas origens, métodos e resultados, ela tem na história o seu apoio para estabelecer o seu processo de reflexão. Dessa forma,

Uma teoria das ciências só é epistemológica, porque a epistemologia é histórica. Assim, a *historicidade* é essencial ao objeto da ciência sobre o qual é estabelecida uma reflexão que podemos chamar de “filosofia das ciências” ou epistemologia. E a história das ciências, não sendo ela própria uma ciência, e não tendo por isso mesmo um objeto científico, é uma das funções principais da epistemologia. (JAPIASSU, 1975. p.24. Grifo do autor).

Na mesma perspectiva mais adiante Japiassu vai afirmar que

Interrogar-se sobre a história das ciências consiste em interrogar-se ao mesmo tempo sobre sua *finalidade*, sobre seus *destino*, sobre seu *porquê*, mas também sobre aquilo *pelo que* ela se interessa, de *quê* ela se ocupa, em conformidade com aquilo que ela *visa*. Sendo assim, a epistemologia não pode deixar de se interessar-se pela história das ciências. (JAPIASSU, 1975. p.24. Grifos do autor).

Nesse sentido e para reforçar a importância da história para a epistemologia, Blanché destaca que

Assim conduzida, a epistemologia distingue-se da história das ciências na medida em que esta história é, para ela, um meio e não um fim. Apoiada na história, a sua investigação é essencialmente crítica: o seu fim é discernir, graças aos ensinamentos fornecidos pelo estudo do seu passado, os elementos que concorrem para a formação da ciência e do próprio ideal científico. (BLANCHÉ, 1975. p.47).

Fica entendido até aqui que a epistemologia tem na história a sua base que permite realizar estudos de caráter crítico e reflexivo. Assim, é mais viável compreender o objeto de estudo da epistemologia, ao conhecer a estrita relação que ela possui com a história. Isso é importante para os estudos realizados em caráter posterior, principalmente, quando estes estudos são referentes à área da educação, pois “dado o caráter social e histórico dos fenômenos educativos, toda investigação sobre a educação deveria considerar a historicidade do fenômeno. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007. p.21)

Nessa ordem de considerações

E como as ciências nascem e evoluem em circunstâncias históricas bem determinadas, cabe à epistemologia perguntar-se pelas relações existentes entre a ciência e a sociedade, entre a ciência e as instituições científicas, entre as diversas ciências, etc. (JAPIASSU, 1975. p.29).

Consoante as definições supracitadas é que se justifica a importância do primeiro capítulo dessa dissertação cujo objetivo central é apresentar definição para ações afirmativas. A busca por definições da expressão “ação afirmativa” permitiu, primeiramente, a realização do levantamento bibliográfico, ou seja, o estado da arte, conforme apresentado no segundo capítulo dessa pesquisa.

Por conseguinte, possibilitou também visualizar, por meio de uma busca no *site* da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www2.camara.leg.br>, as leis criadas no período compreendido entre 1990 a 2012 que pudessem ser interpretadas como sendo de ação afirmativa conforme apresentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Esse levantamento permitiu observar como é que, no contexto brasileiro de 1990 a 2012, emergem as definições de ações afirmativas, pois, em consonância com as abordagens de Saviani, entende-se que as leis podem ser resultado das realidades e das necessidades dos contextos sociais presentes em uma determinada sociedade.

Concorda-se também com este autor que as leis não surgem exclusivamente por decorrência dessas necessidades. As leis na sociedade brasileira, conforme já fora abordado no primeiro capítulo desse trabalho, mas recuperamos aqui para situar o leitor, surgem permeadas, sobretudo, por interesses políticos o que faz com que as leis surjam com o intuito maior de atender a interesses de uma pequena parcela da população que pertence à elite, que atender ou sanar alguma necessidade ou mazela social.

Todavia, após recuperar essas informações é prudente retomar a abordagem realizada sobre a epistemologia para dar continuidade à proposta de desenvolvimento deste terceiro capítulo.

Conforme já relatado, a epistemologia é um estudo crítico e reflexivo. Contudo, a epistemologia possui um caráter mais flexível, porém não menos rigoroso, para se realizar pesquisa. Isso porque, é difícil pensar em realizar, estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados, de uma determinada área do conhecimento ou de um determinado assunto dentro de uma área do conhecimento, estando fundamentado em um método unívoco ou previamente estabelecido. “Portanto, o conceito de epistemologia não tem uma significação rigorosa e unívoca, com um conteúdo definitivo e aceito por todos os que se interrogam *como* se constitui uma teoria científica.” (JAPIASSU, 1975. p.28. Grifo do autor).

Nesse sentido, após apresentar as características dos estudos que são possíveis de serem realizados com o apoio teórico da epistemologia, ou seja, estudos críticos dos princípios, das

hipóteses e dos resultados, é possível avançar para apresentar o conceito de epistemologia. Assim,

O conceito de epistemologia é, pois empregado de modo bastante flexível. Segundo os autores, com seus pressupostos filosófico ou ideológicos, e em conformidade com os países e os costumes, ele serve para designar, quer uma *teoria geral do conhecimento* (de natureza mais ou menos filosófica), quer estudos mais restritos interrogando-se sobre a *gênese* e a *estrutura das ciências*, tentando descobrir as leis de crescimento dos conhecimentos, quer uma *análise lógica da linguagem científica*, quer, enfim, o exame das *condições reais de produção* dos conhecimentos científicos. (JAPIASSU, 1975. p.29. Grifos do autor).

Consoante os autores apresentados até o momento, é possível inferir que podem ser diversos os objetos de estudo passíveis de serem estudado com a epistemologia. Porém, é necessário esclarecer que a epistemologia, apresenta o que pode ser estudado dentro de uma ciência ou de uma área do conhecimento.

Entretanto, a forma de se elaborar esta reflexão crítica de uma pesquisa, para ser efetuado sobre os princípios, as hipóteses e os resultados, ou apenas sobre os princípios, ou apenas sobre as hipóteses ou apenas sobre os resultados, é constituído pelo pesquisador.

É o pesquisador quem elabora as indagações e problemáticas de pesquisas que emergem do mundo das necessidades por intermédio de sua observação. Problemáticas estas que ao ser elaboradas pelo pesquisador, pode ter como o mundo das necessidades, por exemplo, a produção acadêmica, de uma determinada área do conhecimento ou assunto específico. O pesquisador por sua vez encontra na epistemologia a sua possibilidade de elaborar um caminho para responder às suas inquietações, e que justificam o surgimento de novas pesquisas.

Na época actual a epistemologia parece com efeito escapar cada vez mais aos filósofos para passar para as mãos dos próprios cientistas. Esta progressiva tomada a cargo dos problemas epistemológicos pelos cientistas especializados é um dos traços da epistemologia contemporânea. Isto não acontece por efeito de uma moda passageira, mas porque as crises recentes que abalaram as diversas ciências e as revoluções por que tiveram de passar obrigaram aqueles que as praticavam a efectuarem um retorno aos seus princípios e a interrogarem-se sobre os seus fundamentos. (BLANCHÉ, 1975. p.22-23).

Dentro dessa perspectiva, mais adiante, Blanché vai tratar sobre os objetos de pesquisa da epistemologia e para o autor

Os problemas de epistemologia repartem-se naturalmente em dois conjuntos: os que têm um carácter geral, abrangendo a totalidade das ciências, e aqueles que são específicos de

um só grupo de ciências, mais ou menos extenso ou de uma só ciência, ou mesmo de um só ramo de uma ciência. (BLANCHÉ, 1975. p.59).

Assim, com o ensejo de apresentar a importância dos objetos de estudo da epistemologia para este capítulo, é que se aborda Bachelard, pois para o autor

Los diferentes problemas del pensamiento científico deberían pues recibir diferentes coeficientes filosóficos. En particular el balance de realismo y de racionalismo no sería el mismo para todas las nociones. En nuestra opinión las tareas precisas de la filosofía de las ciencias se plantearían al nivel de cada noción. Cada hipótesis, cada problema, cada experiencia, cada ecuación reclamaria su filosofía. (BACHELARD, 1989. p.28).

É dentro da perspectiva, que vem sendo esboçada até o momento, que as teses e as dissertações são entendidas como resultados das pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento. A opção por selecionar as teses e as dissertações por assunto, período ou temática específica, é resultado da opção de estudar, dentro da ciência e de toda a sua complexidade, uma área do conhecimento específica.

Para fundamentar os estudos de teses e dissertações que apresentam como temática as ações afirmativas, recorre-se aos estudos epistemológicos pois eles permitem “questionar criticamente a construção do objeto científico; quais os temas preferidos, pressupostos ideológicos, carência teóricas, vazios analíticos etc.” (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007. p.24).

Assim, a epistemologia ao propiciar uma proposta de estudos metódicos e reflexivos, já apresentada no decorrer deste capítulo, fundamenta a análise para esta etapa da pesquisa sobre as teses e as dissertações que abordam as ações afirmativas. Isso permite que a análise proposta para ser realizada neste trabalho se adéque as propostas de estudos que são abrangidos pela epistemologia, especialmente no que se refere à análise da produção do conhecimento.

Isso possibilita elaborar um recorte e apresentar que nesta pesquisa será feito um estudo com as teses e as dissertações, da USP, da Unicamp e da Unesp, que tratam da temática das ações afirmativas, porque nesta pesquisa entende-se que as teses e as dissertações são *os resultados* de pesquisas das mais diversas área do conhecimento. Afinal, a produção acadêmica que se propõe analisar aqui é uma parcela pequena de entre todas as teses e as dissertações existentes nos Programas Pós-Graduação dessas universidades.

3.2 As contribuições do WebQDA para a análise da produção do conhecimento.

O *software* proposto a ser utilizado nesta pesquisa, o WebQDA, é um programa que auxilia na análise qualitativa de pesquisas desenvolvidas na área das ciências humanas. Os benefícios desse programa consistem em auxiliar o pesquisador a organizar e a sistematizar as informações que serão utilizadas durante o desenvolvimento ou na conclusão da pesquisa.

O WebQDA (*Web Qualitative Data Analysis*) é um software de análises de dados qualitativos num ambiente colaborativo e distribuído. O WebQDA é um software destinado à investigação em ciências humanas e sociais e proporciona inúmeras vantagens na análise de dados qualitativos. Este é o primeiro software de análise de dados não-numéricos e não-estruturados num ambiente colaborativo e distribuído com base na internet. (SOUZA, COSTA, MOREIRA, 2011. p. 19, grifos dos autores).

O WebQDA não é o único programa de apoio à pesquisa existente para ser utilizado na área de humanidades, há outros programas como, por exemplo, o Nvivo, que também são utilizados para a análise de dados não numéricos. Ao se falar de análise de dados não numéricos, a caráter de exemplo, citamos aqui as pesquisas desenvolvidas com a utilização de entrevistas; documentos, por exemplo, de fontes primárias, ou oficiais, etc.

Assim como com o NVivo, Atlas.ti e MaxQDA, podemos usar o WebQDA para tratar dados não-numéricos e não estruturados oriundos das mais diversas fontes: i) relatório clínicos, ii) processos judiciais, iii) documentos pessoais, iv) notas de campo, v) fotografias, vi) vídeos vii) depoimentos, viii) documentos oficiais, entre outros. (SOUZA, COSTA, MOREIRA, 2010. p.51).

Por conseguinte, os autores acima ressaltam que

Ao olharmos para a estrutura básica de análise de conteúdo da Bardin (2004): i) organização da análise (pré-análise/ exploração do material, primeiras inferências e interpretação), ii) codificação (tratamento do material para se atingir uma melhor representação do seu conteúdo), iii) Categorização (fornecer uma representação simplificada dos dados) iv) inferência (sobre o que é que pode incidir este tipo de interpretação de análise), todos estes pressupostos básicos devem estar presentes na mente do investigador que utiliza o WebQDA. (SOUZA, COSTA, MOREIRA, 2010. p. 51- 52).

Isso porque esses programas têm por finalidade auxiliar o pesquisador a registrar e a armazenar as informações que facilitarão o desenvolvimento de sua pesquisa. Estes programas,

diferentemente, por exemplo, dos programas de caráter estatísticos, não realizam análises que emitem resultados pronto para o pesquisador inferir suas conclusões, mas sim, auxiliam a sistematização e a organização das informações o que facilita ao pesquisador chegar nos resultados de sua pesquisa.

Como se passa com outras aplicações semelhantes, com o WebQDA o investigador poderá editar, visualizar, interligar e organizar documentos. Poderá criar categorias, codificar, controlar, filtrar, fazer buscas e questionar os dados com o objectivo de responder às suas questões de investigação. (SOUZA, COSTA, MOREIRA, 2010. p.293).

Desse modo, convém ressaltar que estes programas não realizam a pesquisa para o pesquisador, e, sim, auxiliam-no, no desenvolvimento de sua pesquisa.

Apesar da evolução de toda esta panóplia técnica e instrumentação metodológica iremos sempre necessitar do observador criterioso, crítico e questionador para encontrar respostas para os nossos diversos problemas e questões de investigação. (COSTA, MOREIRA, 2010. p. 293).

Afinal, “questionar é a mais nobre função do investigador, seja qual for a fase do seu trabalho.” (SOUZA, COSTA, MOREIRA, 2010. p. 53).

3.3 Resultados com o apoio do WebQDA.

O WebQDA para esta pesquisa permitiu a sistematização das informações presentes nas teses e nas dissertações e possibilitou continuar respondendo as questões desta pesquisa. Com o apoio deste programa foi possível responder a mais uma pergunta desta pesquisa: “Quais os autores mais citados que abordam sobre as ações afirmativas?”.

Esta questão foi respondida observando, quais autores, citados na referência bibliográfica, apareceram três ou mais vezes, no decorrer do texto da tese ou da dissertação. Esta pergunta tem por objetivo identificar se as bibliografias mais citadas no texto da tese ou da dissertação são de autores que tratam sobre as ações afirmativas.

Para responder à questão supracitada, no primeiro momento foi inserido no programa “WebQDA” as teses e as dissertações localizadas em PDF. Nessa etapa foram constatadas

algumas dificuldades, pois não se pôde inserir no programa algumas teses e dissertações, a saber a tese número 2 e número 3²⁶ da Unesp, não foram possíveis de serem inserida no programa. Assim, para não prejudicar o desenvolvimento do trabalho, essas teses e dissertações foram analisadas sem o recurso do programa, uma vez que, o material completo foi obtido em PDF e apenas não foi inserido no “WebQDA”.

No segundo momento, foi observado o total de vezes em que os autores das referências bibliográficas aparecem citados no texto da tese ou da dissertação. Na sequência foi analisada a referência bibliográfica destes trabalhos, para identificar, por intermédio do título da obra do autor que fora citado três vezes ou mais, se o assunto tratado era referente às ações afirmativas.

Como critério para selecionar os autores mais citados, foram consideradas as citações diretas, consoante a NBR 10520 da ABNT. Segundo a ABNT, a citação é a “menção de uma informação extraída de outra fonte.” (ABNT, 2002. p. 1). E a citação direta é definida como a “transcrição textual de parte da obra do autor consultado.” (ABNT, 2002. p. 2). A citação direta, segundo a ABNT, pode ser de até três linhas ou de mais de três linhas. A citação de até três linhas “devem estar contidas entre aspas duplas, no interior do texto”. (ABNT, 2002. p. 2). A citação de mais de três linhas “devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem as aspas”. (ABNT, 2002. p. 2).

Com esses critérios foi possível identificar o total de vezes em que determinado autor foi abordado no decorrer do texto, sendo possível diferenciar, no texto da produção acadêmica, o que era do próprio autor da tese ou da dissertação, daquilo que era citação dos autores presentes nas referências bibliográficas, utilizado pelo autor da tese ou da dissertação.

Na sequência será apresentada as tabelas 12 a 17. Essas tabelas são os primeiros resultados após realizar a identificação dos autores mais citados, e nelas apresentamos as referências bibliográficas presentes nas teses e nas dissertações dos autores que foram citados 3 vezes ou mais no decorrer do texto da tese ou da dissertação. A sequência da numeração da dissertação ou da tese segue a sequência do anexo 1 deste trabalho.

²⁶ Esta numeração segue a sequência elaborada no anexo 1 desta pesquisa.

Tabela 12. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da Unesp. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continua.....

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações da Unesp
1	GUIMARÃES, Ant ^o . Sérgio Alfredo. <i>Racismo e Anti-Racismo no Brasil</i> . São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1990.
1	HOFBAUER, A. <i>Raça, Cultura e Identidade e o "Racismo à Brasileira"</i> . In: BARBOSA, L. M. A. et al (org). De preto a Afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCAR. (p.51-68), 2003.
1	SILVÉRIO, V. <i>Ação afirmativa: a perspectiva da "Casa Grande" e da "Senzala"</i> . <i>Perspectivas – Revista de Sociologia, São Paulo, vol.26, 57-79, 2003</i> .
1	SILVÉRIO, V. R. et al. <i>Racismo no Brasil</i> . São Paulo: Peirópolis; ABONG. (p.89-104), 2002.
2	BACCHETTO, João Galvão. <i>Cursinhos Pré-Vestibulares Alternativos no Município de São Paulo (1991-2000): A luta pela igualdade no acesso ao Ensino Superior</i> . 2003. 170 f.Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo,2003. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/4/48134/tde-07082003-114804/ >. Acesso em: 14 jul. de 2007.
3	FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. <i>Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas</i> . Brasília: EdUnB, 2006.
3	FERNANDES, Florestan. <i>A Integração do negro na sociedade de classes</i> . São Paulo: EdUSP, 1965.
3	GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. <i>Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03</i> . Brasília/DF: SECAD/MEC, 2005. p. 39-62.
3	GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. <i>Preconceito racial: modos, temas e tempos</i> . São Paulo: Cortez, 2008.
3	IANNI, Otavio. <i>Raças e classes sociais no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
3	JACCOUD, Luciana. <i>Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil</i> . In: TEODORO. Mário (Org.). <i>As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição</i> . Brasília/DF: Ipea, 2008.
3	MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. <i>O negro no Brasil de hoje</i> . São Paulo: Global, 2006.
3	SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. <i>O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo</i> . São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
3	VALENTE, Ana Lúcia E.F. <i>Ser negro no Brasil hoje</i> . São Paulo: Moderna, 2002.
4	BERNARDINO, Joaze. <i>Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil</i> . <i>Estud. afro-asiát.</i> , 2002, vol.24, no.2, p.247-273.
4	CAVALLEIRO, Eliane. <i>Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil</i> . São Paulo: Contexto, 2000.
4	GOMES, Nilma Lino. <i>Cultura negra e educação</i> . <i>Rev. Bras. Educ.</i> , maio/ago. 2003, no.23, p.75-85.

Tabela 12. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da Unesp. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continuação

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações da Unesp
4	GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. 2ª. edição São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP, 1999.
4	SANSONE, Livio. Racismo sem Etnicidade: Políticas Públicas e Discriminação Racial em Perspectiva Comparada. Dados, 1998, vol.41, no.4, p.751-783.
4	SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. SECAD: 2005.
5	AGUIAR, M. M. A especificidade da ação afirmativa no Brasil: a experiência do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba-MG. São Carlos: UFSCAR (tese de doutorado), 2005.
5	FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes (Vol. I). São Paulo: Ática, 1978.
5	SILVÉRIO, V. R. Políticas raciais compensatórias: o dilema brasileiro do século XXI. Budapeste: Annual Meeting of Law and Society Association, 2001.

Fonte: Teses e dissertações do Anexo 1.

Tabela 13. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas teses da Unesp. Identificação da tese com base no Anexo 1.

Continua

Tese	Referências bibliográficas - Teses da Unesp
1	DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Niterói, Revista Tempo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf . Acesso em: 18 maio 2010.
1	GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima (Orgs.). Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-57.
1	GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora. 34, 1999.
1	NUNES, Antonio de Assis Cruz. A universidade e as políticas de ação afirmativa ao ensino superior: situando a questão do negro na Universidade Federal do Maranhão Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.
1	ROCHA, Carmen L. Antunes. Ação Afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo n. 15, p. 85-99, 1996.
1	ROZAS, Luiza Barros. Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira – por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade. Dissertação de Mestrado (Mestrado na Faculdade de Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
1	SILVA, Cidinha da (Org.). Ações Afirmativas em Educação: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003.
1	SILVA JUNIOR, Hédio Silva. Ação Afirmativa para negros(as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e & SILVÉRIO, Valter Roberto. Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003. p. 101-114.
1	SISS, Ahyas. Afro-Brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas. Niterói (RJ): PENESB, 2003.
1	VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e & SILVÉRIO, Valter Roberto. Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003. p. 83-97.
1	WALTERS, Ronald. Racismo e Ação Afirmativa. In: SOUZA, Jessé (org). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil–Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 105-125.
2	CARONE, Iray. Breve Histórico de uma Pesquisa Psicossocial Sobre a Questão Racial Brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Tabela 13. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas teses da Unesp. Identificação da tese com base no Anexo 1.

Continuação

Tese	Referências bibliográficas - Teses da Unesp
3	FERREIRA, Renato; BORBA, Anísio. Mapa das ações afirmativas no ensino superior. Rio de Janeiro: PPCOR/LPP/UERJ, out. 2006. Disponível em: < www.politicasdacor.net/ >. Acessado em 28 abr. 2008.
3	FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”. Vol 1, São Paulo: Dominus Editora, 1965.
3	HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2 ed. Rio de Belo Horizonte: Editora UFMG; Janeiro: IUPERJ, 2005.
3	GUIMARÃES, A. Sergio Alfredo. Preconceito e discriminação. 2 ed. São Paulo: Editora 34, [1998] 2004.
3	GUIMARÃES, A. Sergio Alfredo Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
3	GUIMARÃES, A. Sergio Alfredo. Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 75-125.
3	HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p.137-194.
3	JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA: 2002.
3	JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. (Org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20anos. Brasília: IPEA, 2009.
3	MUNANGA, Kabengele. A identidade negra no contexto da globalização. In: ETHOS BRASIL. Ano I – n. 1 – março 2002, p. 11-20.
3	PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (Org.). Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil 2007-2008. Rio de Janeiro: Gramond, Laeser, 2008.
3	PAIXÃO, Marcelo; Nada Haver ou Tudo a Ver ? Diálogo entre a questão do desenvolvimento econômico e das relações raciais no Brasil. Trabalho apresentado na Ia Confência Internacional da Rede de estudos de Ação Afirmativa. Rio de Janeiro, 3 a 7 de janeiro de 2005b. Universidade Candido Mendes, Ipanema, p. 299-324, 2005b.

Fonte: Teses e dissertações do Anexo 1.

Tabela 14. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da Unicamp. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continua

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações Unicamp
1	BRANDÃO, C. F. As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho? Campinas: Associados, 2005. (Col. Polêmicas do nosso tempo).
1	GUIMARÃES, A. A. S. Racismo e anti racismo no Brasil. 2.ed. São Paulo. Editora 34.
1	HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro. Humanitas. 2005.
1	HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro. Ipea, 2000.
1	MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debate no Brasil. Revista Caderno de pesquisa. São Paulo, fundação Carlos Chagas, n. 117, 2002.
1	OLIVEN, A. C. Ações Afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Revista Educação, Porto Alegre, abr. jan./abr. 2007. p. 29 -51
1	SILVA, L. F. M. EUA debatem políticas de ação afirmativa. Folha de São Paulo, 25/8/2001, p. A13.
2	GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=33 >. Acesso em: 12 ago. 2011.
2	GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. 3 ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Editora 34, 2009.
2	MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf >. Acesso em: 05 ago. 2011.
3	SCHWARCZ, L. K. M. (2000). Raça como negociação – sobre teorias sociais raciais em finais do século XIX no Brasil in Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
3	SKIDMORE, T. E. (1974). Black into White: race and nationality in brazilian thought. Oxford University Press. (Ed. Bras.: Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa. RJ: Paz e Terra, 1976, 2ª. Ed.)
5	GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
5	GONÇALVES e SILVA, Petronilha. Ações Afirmativas para além das cotas. IN: MOEHLECKE, Sabrina & SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos: Edufscar, 2009.
5	GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves & GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. Movimento Negro e Educação. Revista Brasileira de Educação. nº 15, p. 134 - 158. Anped: São Paulo, 2000.

Tabela 14. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da Unicamp. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continuação

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações Unicamp
5	HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
5	HASENBALG, Carlos Alfredo. e SILVA, Nelson do Valle. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. IN: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale; LIMA, Márcia. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2009. 240 p.
5	HERINGER, Rosana. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos. Vol. 23. n° 02. Rio do Janeiro: 2001.
5	IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
5	MADRUGA, Sidney. Discriminação Positiva: ações afirmativas na realidade brasileira. Brasília: Brasília Jurídica, 2005. 298 p.
5	PAULA, Marilene de. Políticas de Ação Afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2010. 149 p.
5	RIBEIRO. Cristiane Maria Ribeiro. Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas. Tese de doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. 2005. 247 p.
5	SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional e Igualdade Étnico-Racial IN: PIOVEZAN, Flavia & SOUZA, DOUGLAS (org.). Ordem Jurídica e Igualdade étnico-racial. Brasília: SEPIR, 2006. 59 – 108 p.
5	SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas. Tese de doutoramento. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 554 p.
5	SISS, Ahias. Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas. Rio de Janeiro/Niterói: PENESB, 2003. 207 p.
6	ANDREWS, George Reid, Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988, The University of Wisconsin Press, 1991.
6	COSTA, Sérgio; WERLE, Denilson L, "Reconhecer as Diferenças; Liberais Comunitaristas e as Relações Raciais no Brasil" in Novos Estudos Cebrap, n.º 49, novembro de 1997.
6	FERNANDES, Florestan, "O Protesto Negro" In São Paulo em Perspectiva, vol. n, n.º 2, 1988.
6	GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, Racismo e Anti-Racismo no Brasil, São Paulo: Fundação de Apolo à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.
6	GRIN, Mônica, "Esse Ainda Obscuro Objeto do Desejo - Políticas de Ação Afirmativa e Ajustes Normativos: o Seminário de Brasília" in Novos Estudos Cebrap, n.- 59, março de 2001.

Tabela 14. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da Unicamp. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continuação

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações Unicamp
6	MAGGIE, Yvonne, A Ilusão do Concreto: Análise do Sistema de Classificação Racial no Brasil, Rio de Janeiro: IFCS, UFRJ, 1991. (Tese para o Concurso de Profa. Titular de Antropologia).
7	FERNANDES, F. – A Integração dos negros na sociedade de classes. São Paulo: Dominus, 1965.
7	HASEMBALG, C. A. – Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
7	LEONE, Eugenia. O Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras In: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.) Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos anos 90 São Paulo: Unesp, 2003.
7	PAIXAO, M. P. – Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Fonte: Teses e dissertações do Anexo 1.

Tabela 15. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas teses da Unicamp. Identificação da tese com base no Anexo 1.

Continua

Tese	Referências bibliográficas - Teses Unicamp
1	GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Munanga, Kabengele. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC; SECAD, 2005.
1	GUIMARÃES, A. S. O acesso de negros às universidades públicas. Cadernos de Pesquisas, n. 118, p. 247-268, 2003.
1	WEST, C. Questão de Raça. SP: Companhia das Letras, 1994.
2	CARNEIRO, Edison. Ladinos e crioulos. Estudos sobre o Negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1964.
2	GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas in Santos, Renato Emerson, Lobato, Fátima (Orgs.). Ações Afirmativas. Políticas públicas contra as desigualdades sociais. Rio de Janeiro DP&A, 2003.
2	GUIMARÃES, Antonio S.A. Intelectuais Negros e formas de integração nacional. In: Estudos Avançados. Dossiê O negro no Brasil. USP, volume 18, número 50 janeiro/abril2004.
2	GUIMARÃES, Antonio S.A. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.
2	IANNI, Octavio. A metamorfose da etnia em raça. Pro-posições / Unicamp. Fac. de Educação - Campinas- SP. v. 15, n.I (43)- jan./abr. 2004.
2	SISS, AHYAS. Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet. Niterói: PENESP, 2003.
3	FIGUEIRA, Emílio – Caminhando no Silêncio – Uma introdução à Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Brasil - Giz Editora, São Paulo, 2008.
3	FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada / Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital _ Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.
3	MANTOAN, Maria Teresa Eglér (organizadora) e colaboradores – A integração de pessoas com deficiência – Editora Memnon, Campinas, 1997.
3	PASTORE, José. “Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência”; Editora LTR, São Paulo, 2000.
3	SILVA, Otto Marques – A Epopéia Ignorada - A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje - CEDAS/São Camilo, São Paulo, 1987.
4	AZEVEDO, C. M. M. de. Anti-racismo e seus paradoxos – Reflexões sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004.
4	GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E. & LOBATO, F. Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro, DP&A, coleção políticas da cor, 2003.
5	MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Tempos de racialização: o caso da ‘saúde da população negra’ no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 12, n. 2, 2005.

Fonte: Teses e dissertações do Anexo 1.

Tabela 16. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da USP. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continua ...

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações Usp
1	GUIMARÃES, A. S. A. Classe, raças e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34. 2002.
1	SANSONE, Lívio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. Mana, v.6, n.1, p-87-119, abr.2000.
1	SANSONE, Lívio. Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: Edufaba; Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
2	BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.
2	CARVALHO, Maria Cristina. Diversidade no quadro de profissionais: inclusão de minorias no mercado de trabalho. Disponível em: < http://newsletter.cbss.com.br/2009/02/diversidade.htm >. Acesso em: 01/06/2011.
2	FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2ª ed. São Paulo: Global, 2007.
2	GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
2	IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. INSTITUTO ETHOS/IBOPE. Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e duas Ações Afirmativas. Pesquisa 2010. Disponível em : < http://www1.ethos.org.br/EthosWeb.arquivo/0-A-eb4Perfil_2010.pdf >. Acesso em: 15/05/2011.
2	MENEZES, Paulo Lucena de. Ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
2	MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). Raça e diversidade. São Paulo: EDUSP Estação Ciência, 1996
2	MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP Estação Ciência, 1996 ^a
2	SANTOS, Jocélio T. Dilemas nada atuais das Políticas para os Afrodescendentes: Ação Afirmativa dos Anos 60. In BACELAR, J e CARDOSO, C. (org). Brasil: um país de negros? 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas; Bahia: CEAO, 1999.
2	SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2001
2	SILVA, Antonio Carlos Arruda da. Questões legais e racismo na história do Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP Estação Ciência, 1996.
2	SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
3	FISCUS, Ronald Jerry. The Constitutional Logic of Affirmative Action. Durham: Duke University Press, 1992.

Tabela 16. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da USP. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continua ...

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações Usp
3	GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
3	GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. Revista de Direitos Difusos, [S.l.], v. 9, p. 1133-1163, out. 2001.
3	KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007,
3	MENEZES, Paulo. Ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
3	O anti-racismo no Brasil. In: _____ (Org.). Estratégias e Políticas de Combate à MUNANGA, Kabengele. Discriminação Racial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
3	SILVA, Sidney Pessoa Madruga da. Discriminação Positiva: Ações Afirmativas na Realidade Brasileira. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.
3	SOWELL, Thomas. Affirmative Action Around the World: an Empirical Study. New Haven: Yale University Press, 2004.
4	DIJK, Teun A. Van. Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008.
4	GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
4	MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Estudos Avançados, vol. 18, n. 50, abr. 2004.
4	MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.
4	MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
4	MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. In: MUNANGA, Kabengele. Estudos e pesquisas. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.
4	QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.
4	SILVA, Paulo Vinicius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK. Teun A. van (Org.). Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008.
4	TEIXEIRA, Moema de Poli. Negros na universidade. Identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
6	GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
6	GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracias. São Paulo: Editora 34, 2002.

Tabela 16. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da USP. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continuação ...

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações Usp
6	IKAWA, Daniela. Ações afirmativas em universidades. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.
6	TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
6	THEODORO, Mário. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008, p. 167-176.
10	CARDOSO, Fernando Henrique, IANNI, Octavio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
10	CARVALHO, José Jorge de. Inclusão Étnica e Racial no Brasil – a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2006
10	FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
10	GOMES, Joaquim B. Barbosa. “As ações afirmativas e os processos da igualdade efetiva”. In: Seminário Internacional As Minorias e o Direito. Série Cadernos do CEJ, vol 24, p. 103. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2003.
16	Cunha, Luiz Antônio. A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
16	Prandi, Reginaldo. Os favoritos degradados: Ensino Superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje. São Paulo: Edições Loyola, 1982. (Coleção “EDUC-AÇÃO”).
16	Sampaio, Helena; Limongi, Fernando & Torres, Haroldo. Equidade e heterogeneidade no Ensino Superior brasileiro. Brasília: INEP, 2000.
18	BENEVIDES, M.V. 1998. Democracia de iguais, mas diferentes. In: Borba, A.; Faria, N.; Godinho, T. (org.) Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
18	CONTINS, M. & SANT’ANA, L.C. 1996. O movimento negro e a questão da ação afirmativa, Estudos Feministas, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, vol. 4 (1): 209-220.
18	EASTLAND, T. 1997. Ending Affirmative Action: the case for colorblind justice. New York: BasicBooks.
18	GUIMARÃES, A.S.A. 1997. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo, Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.
18	GUIMARÃES, A.S.A. 1999. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/ Editora 34
18	JONES Jr., J.E. 1993. The Rise and Fall of Affirmative Action. In: HILL, H. & JONES Jr., J.E. (ed.). Race in America: The Struggle for Equality. Wisconsin: University of Wisconsin Press.

Tabela 16. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas dissertações da USP. Identificação da dissertação com base no Anexo 1.

Continuação ...

Dissertação	Referências bibliográficas - Dissertações Usp
18	MARTINS, S. da S. 1996. Ação Afirmativa e desigualdade racial no Brasil. Estudos Feministas, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, vol. 4 (1): 202-208.
18	MARTINS, S. da S. 1996. Ação Afirmativa e desigualdade racial no Brasil. Estudos Feministas, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, vol. 4 (1): 202-208.
18	MUNANGA, K. 1996. O anti-racismo no Brasil. In MUNANGA, K. (org). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP.
18	SILVA, A.C.A. 1996. Questões legais e racismo na história do Brasil. In: MUNANGA, K. (org). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP.

Fonte: Teses e dissertações do Anexo 1.

Tabela 17. Referências bibliográficas dos autores mais citados nas teses da USP. Identificação da tese com base no Anexo 1.

Continuação ...

Tese	Referências bibliográficas - Teses Usp
1	ANDRADE, Francisco Jatobá de. Relações Raciais, Multiculturalismo e Ações Afirmativas: As Cotas da Universidade de Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Sociologia; UFPE, 2007.
1	BACELAR, Jeferson. A Hierarquia das Raças- Negros e Brancos em Salvador. Rio de Janeiro. Editora Pallas, 2001.
1	GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e Democracia. São Paulo, Editora. 34, 2002.
1	HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo. Ed.34, 2009
2	ATCHABAHIAN, Serge. Princípio da igualdade e ações afirmativas. São Paulo: RCS, 2004.
2	GOMES, José Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima. (Orgs.). Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-58. (Col. Políticas da Cor).
2	MENEZES, Paulo Lucena de. A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
2	SILVA, Cidinha da. Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003.
2	SILVA, Petronilha B.G.; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.
3	GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2005.
3	PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. Cadernos Pagu (23), julho-dezembro, p.89-119, 2004.
6	FERNANDES, F. 1978 [1965]. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
6	GUIMARÃES, A.S.A. 1997. A desigualdade que anula a desigualdade: Notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15
6	GUIMARÃES, A.S.A.2002. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34.
6	HASENBALG, C. A. 1979. Discriminações e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
6	MUNANGA, K. 1996. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (org). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP.
6	YOUNG, M. 1958. The rise of meritocracy, 1870-2033: an essay on education and equality. London: Thames and Hudson

Fonte: Teses e dissertações do Anexo 1.

Ao realizar a interpretação dos autores mais citados, observou-se, conforme pode ser notado na tabela 14, que não aparecem os autores mais citados da dissertação de número 4 da Unicamp. Isso porque, a referida dissertação não apresentou citações diretas dos autores presentes nas referências bibliográficas, conforme os critérios utilizados para esta análise da pesquisa. Nota-se ainda, conforme o conteúdo da tabela 16, que as dissertações de número 12 e 14 da USP, não apresentaram autores citados três vezes ou mais no decorrer do trabalho dos autores presentes na referência bibliográfica dos referidos trabalhos.

Em resposta a pergunta: “quais os autores mais citados que abordam as ações afirmativas?”, nas tabelas 12 a 17 observa-se uma extensa sequência de autores utilizados pelas teses e dissertações que abordam as ações afirmativas. Entretanto, entre estes autores distinguimos: Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Carlos Alfredo Hasenbalg, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, Thomas Elliot Skidmore e Florestan Fernandes.

Eles são os autores que além de serem citados três vezes ou mais, são autores que foram abordados em teses e em dissertações da USP, da Unicamp e da Unesp. É possível verificar, consoantes as tabelas acima, que os trabalhos desses autores estão relacionados com a temática das ações afirmativas.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães é graduado e doutor em sociologia²⁷; Carlos Alfredo Hasenbalg é graduado e doutor em sociologia²⁸; Joaquim Benedito Barbosa Gomes é graduado em direito e doutor em direito público²⁹; Thomas Elliot Skidmore é historiador³⁰ e Florestan Fernandes era graduado em sociologia e doutor em sociologia³¹.

Estes autores, por serem os mais citados nas teses e nas dissertações das três instituições que são objetos de estudo da pesquisa mostram a predominância da perspectiva teórica da sociologia e do direito presente nas teses e nas dissertações que foram analisadas. Durante essa análise constata-se ainda que a definição de ações afirmativas elaborada pelo autor Joaquim Benedito Barbosa Gomes está presente em todos os trabalhos. Em algumas produções, a definição deste autor era a principal da pesquisa e em outras mesmo não sendo a principal era citada para embasar a compreensão da abrangência do termo “ação afirmativa”.

²⁷ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6294212896822058> Acesso em: 01 mai. 2014.

²⁸ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7848570685473341> Acesso em: 01 mai. 2014.

²⁹ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4175519745828769> Acesso em: 01 mai. 2014.

³⁰ Disponível em: <http://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=02864> Acesso em: 01 mai. 2014.

³¹ Disponível em: http://www.e-biografias.net/florestan_fernandes/ Acesso em: 01 mai. 2014.

Os autores acima recebem esse destaque especial, pois, ao serem abordados em teses e dissertações de universidades diferentes, é possível inferir que os conteúdos de seus trabalhos ditam as tendências teóricas sobre o assunto das ações afirmativas. Isso porque, conforme será apresentado no subcapítulo a seguir, abordam sobre as ações afirmativas nas teses e nas dissertações foi amplo e perpassou por vários assuntos diferentes.

3.4 A análise da produção do conhecimento: proposta de instrumento de análise para as teses e as dissertações.

A formação de um instrumento para a análise da produção acadêmica das teses e das dissertações surge para facilitar a observação e a sistematização das informações, presentes na leitura dos resumos, na introdução das teses e das dissertações e, nos capítulos específicos que tratam sobre as ações afirmativas dentro da tese ou da dissertação³².

Para elaborar o instrumento foram consideradas as definições já abordadas no primeiro capítulo, a saber:

Atualmente as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2003. p.27).

O termo ação afirmativa refere-se a política e procedimentos obrigatórios e voluntários desenhados com o objetivo de combater a discriminação no mercado de trabalho e também de retificar os efeitos de práticas discriminatórias exercidas no passado pelos empregadores. Da mesma forma que no caso das leis anti-discriminatórias, o objetivo da ação afirmativa é tornar a igualdade de oportunidades uma realidade, através de um “nivelamento de campo”. [...]

A ação afirmativa corresponde a qualquer medida que aloca bens (benefícios) – tais como o ingresso em universidades, empregos, promoções, concursos públicos, empréstimos comerciais e o direito de comprar e vender terra – com base no pertencimento a um grupo específico, com o propósito de aumentar a proporção de membros desse grupo na força de trabalho, na classe empresarial, na população estudantil universitária e nos demais setores nos quais esses grupos estejam atualmente sub representado em razão de discriminação passada ou recente. (ALTAFIN, 2011. p.13).

³² No Anexo 1 deste trabalho é possível identificar as teses e as dissertações que estão disponíveis em PDF, pelo item: (Disponível em) das descrições feitas das teses e das dissertações.

Com o instrumento proposto para esta pesquisa, pretende-se sistematizar os assuntos abordados pelas teses e pelas dissertações que podem ser interpretados como sendo de ações afirmativas. Desse modo, será possível elaborar comparações entre os assuntos mais abordados entre as teses e as dissertações por instituições e entre as instituições. A seguir, segue a proposta de instrumento elaborado para esta pesquisa.

Figura 4 – Instrumento de caracterização da produção acadêmica.



Fonte: Elaborado com base no conceito de ação afirmativa.

O instrumento proposto para a análise foi construído pautando-se nas definições de ações afirmativas apresentadas no primeiro capítulo deste estudo e amparado pela fundamentação teórica da epistemologia. O círculo ao centro representa o conceito principal e, ao redor deles estão destacados os elementos que são formadores do conceito principal, ou seja, os elementos que formam o conceito de ações afirmativas.

A esfera destacada em verde mostra os elementos de alternância da análise da tese e da dissertação, pois, ao se abordar as ações afirmativas, de forma implícita é possível verificar se o assunto está relacionado à “Inclusão ou Exclusão Social”. O item “Ensino Superior” se refere às pesquisas que estudaram os assuntos relativos a cotas raciais, sociais, acesso e permanência e êxito no tocante ao Ensino Superior.

O item “Discriminação” visa mostrar as pesquisas que abordaram a questões de preconceito, discriminação racial, social e étnica. O item “Gênero” tem por objetivo apresentar as pesquisas que, geralmente, estudaram a relação de violência doméstica, agressão, inclusão ou exclusão social da mulher por exemplo, e também com assuntos relativos ao mercado de trabalho. O item “Deficiente Físico” pretende identificar as produções acadêmicas que tratam esse assunto e que podem ser interpretadas como sendo de ação afirmativa, por exemplo, acesso ao mercado de trabalho.

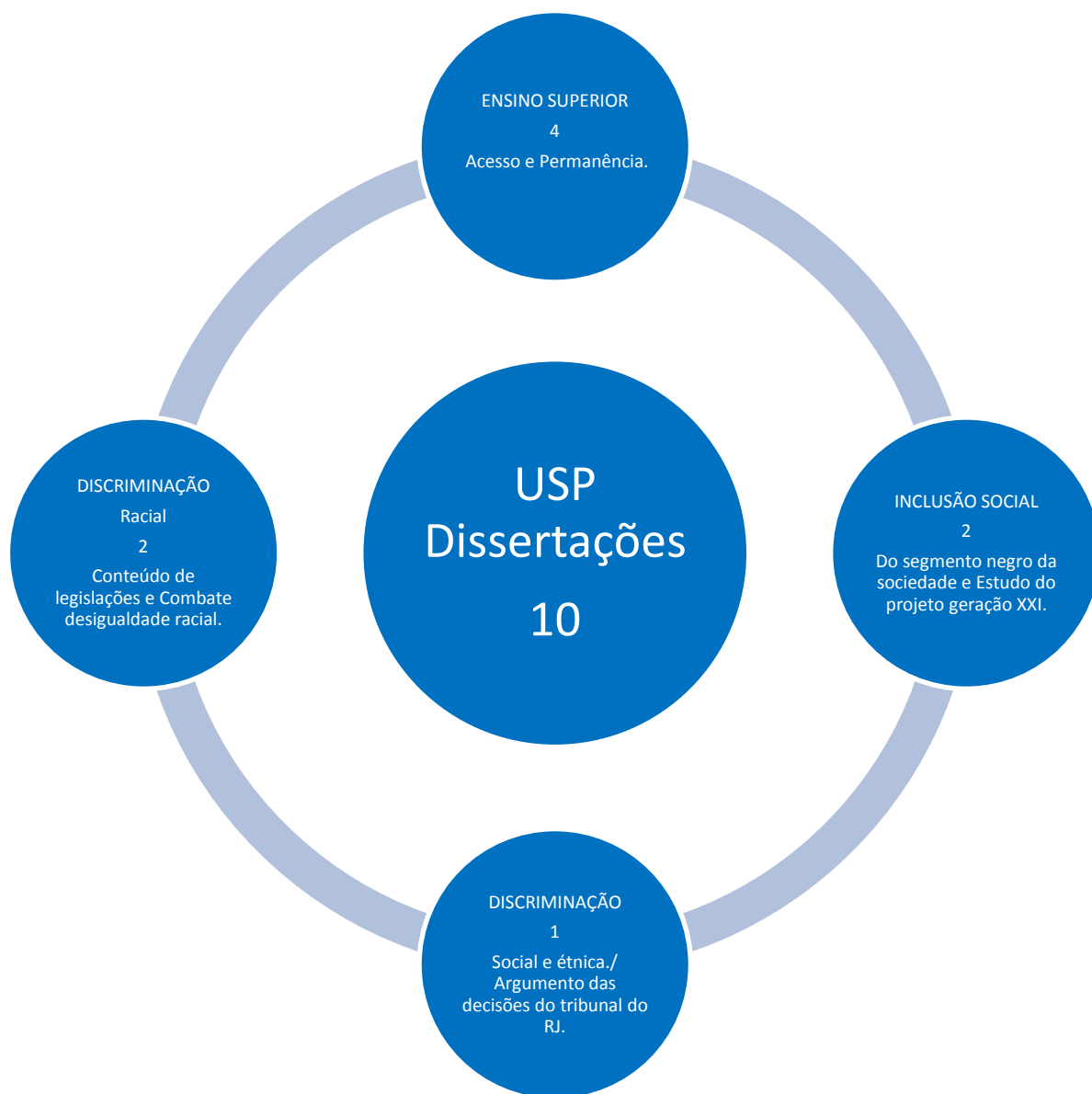
Nesse sentido, tendo como ponto de partida o instrumental proposto, buscou-se, a partir da leitura do capítulo que aborda as “ações afirmativas” e das introduções das teses e das dissertações, localizadas no levantamento bibliográfico, responder à seguinte questão: “quais as concepções de ações afirmativas nessas produções?” Para responder a essa problemática foi realizada a leitura do capítulo que aborda sobre as “ações afirmativas” das teses e das dissertações localizadas no levantamento bibliográfico, bem como das introduções desse trabalho.

Desse modo, serão apresentados, com o uso do instrumento proposto na Figura 4, as concepções de ações afirmativas tratadas pelas teses e pelas dissertações que compõem o núcleo de ações afirmativas que foram identificadas nesses trabalhos. Para tanto, o instrumento foi utilizado duas vezes para cada instituição: uma vez para interpretar as teses, e outra para as dissertações. O resultado será descrito a seguir.

No centro da figura estão a instituição e o tipo de produção acadêmica localizada, ou seja, se tese ou dissertação, seguidas do número total de trabalhos localizados em PDF. Ao redor do

núcleo, estão sistematizadas as abordagens de ação afirmativa que apareceram nos estudos da tese ou da dissertação, seguidas do número total de trabalhos que tratavam do referido assunto.

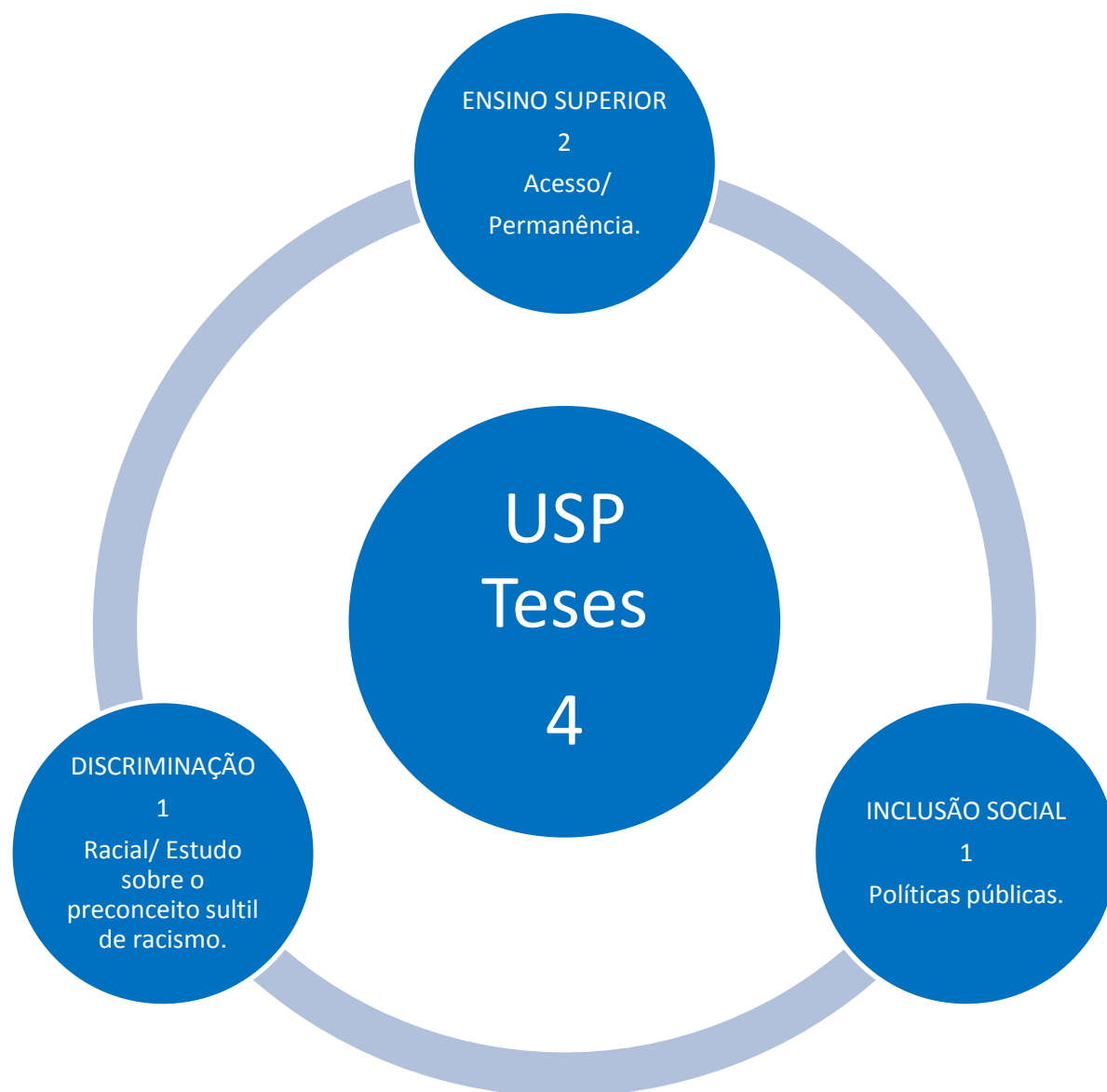
Figura 5 – Caracterização da produção acadêmica da USP.



Fonte: Leitura das dissertações da USP

Não foi possível caracterizar a dissertação número 3 da USP.

Figura 6 – Caracterização da produção acadêmica da USP.



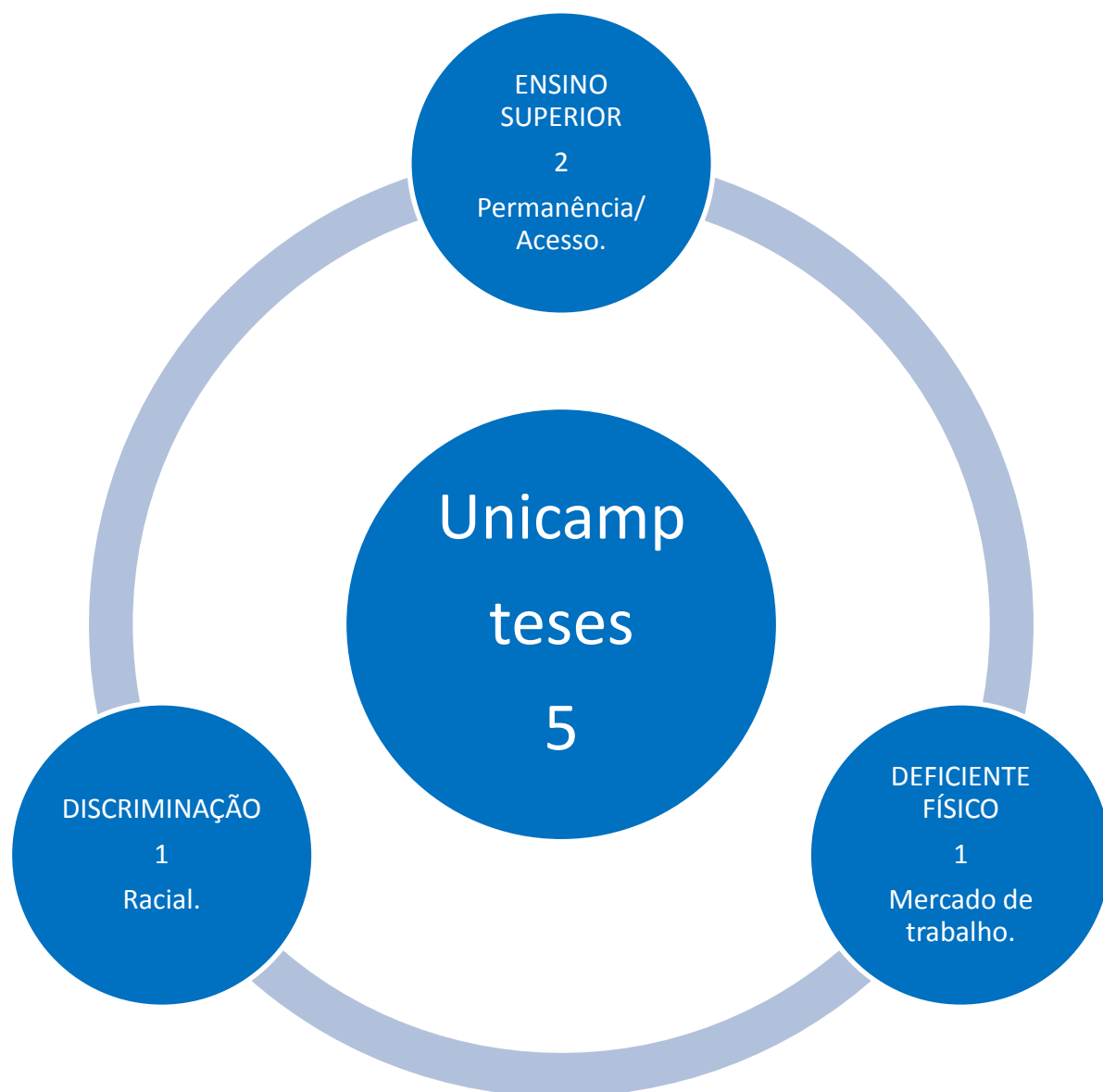
Fonte: Leitura das teses da USP.

Figura 7 – Caracterização da produção acadêmica da Unicamp.



Fonte: Leitura das dissertações da Unicamp.

Figura 8 – Caracterização da produção acadêmica da Unicamp.



Fonte: Leitura das teses da Unicamp.

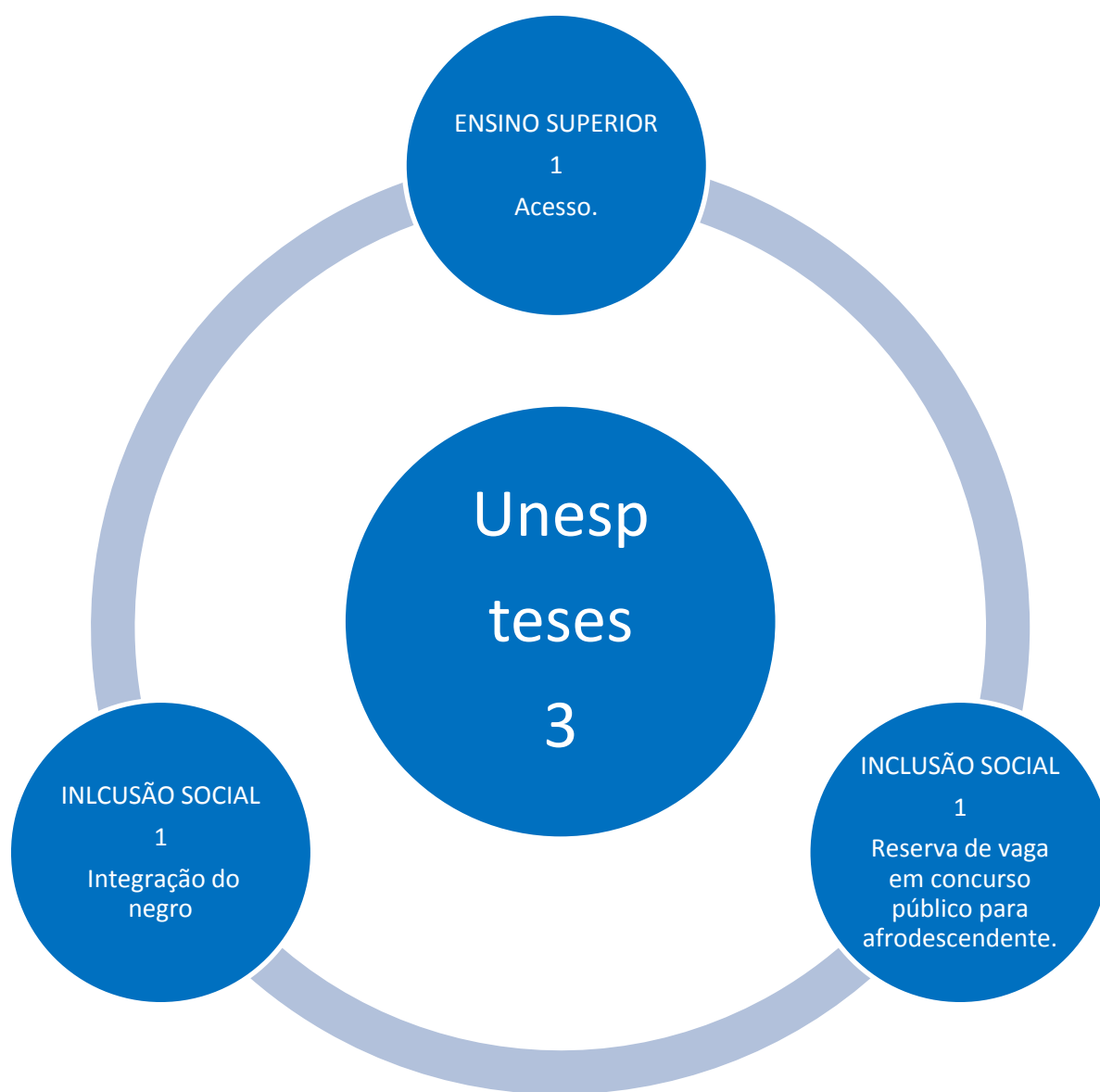
Não foi possível caracterizar a tese número 5 da Unicamp.

Figura 9 – Caracterização da produção acadêmica da Unesp.



Fonte: Leitura das dissertações da Unesp.

Figura 10 – Caracterização da produção acadêmica da Unesp.



Fonte: Leitura das teses da Unesp.

Respondendo a questão: “Quais as concepções de ações afirmativas nessas produções?”, primeiramente vê-se que a concepção é ampla pois diversos são os assuntos que podem ser definidos como sendo de ações afirmativas. As teses e as dissertações da USP, da Unicamp e da Unesp, juntas, contemplam vários assuntos que revelam concepções que podem ser interpretadas como sendo de ações afirmativas, tais como: o Ensino Superior no tocante ao acesso, à permanência e ao êxito; as questões relativas à discriminação; os assuntos relativos ao deficiente físico; as questões de gênero, e a inclusão social.

Desse modo, com a finalidade de situar melhor a pergunta proposta, valeu-se do uso do instrumento para buscar os assuntos abordados pelas produções acadêmicas interpretadas como sendo de ações afirmativas e o total de trabalhos que os estudaram. Serão indicadas, a seguir seguindo a numeração definida no Anexo 1 deste trabalho, as teses e as dissertações e o assunto que cada uma delas apresenta.

Observando as figuras de 5 a 10, é possível constatar na Figura 5, que, na USP, as dissertações de número 1, 12, 16 e 18 abordam as ações afirmativas na perspectiva do Ensino Superior no tocante ao acesso e à permanência. As dissertações de número 2 e 10 abordam a discriminação racial, e a de número 6 a discriminação social e étnica. As dissertações de número 4 e 14 podem ser interpretadas como sendo estudos de inclusão social, mas não faz referência a nenhum dos itens contemplados para a formação do instrumento proposto, conforme pode ser observado na Figura 4.

Na Figura 6, vê-se que as teses de número 1 e 6 da USP abordam o Ensino Superior no tocante ao acesso e à permanência. A tese de número 3, a discriminação racial e a de número 2 pode ser interpretada como sendo de inclusão social.

Na Figura 7, percebe-se que as dissertações da Unicamp de número 1, 2, 4 e 5 abordam as ações afirmativas na perspectiva do Ensino Superior no tocante ao acesso, à permanência e ao êxito. A dissertação de número 3, aborda sobre as cotas raciais e sociais para o Ensino Superior, a dissertação de número 7, a questão de gênero no tocante ao acesso ao mercado de trabalho; e a de número 6 pode ser compreendida como de inclusão social, pois estuda o assunto referente ao negro na sociedade.

Na figura 8, vê-se que, na Unicamp, as teses de número 1 e 2 abordam o Ensino Superior no tocantes à permanência e ao acesso. A tese de número 4, aborda sobre a discriminação racial e a de número 3, o deficiente físico em relação ao mercado de trabalho. A tese de número 5 da Unicamp não é possível de ser caracterizada pelo instrumento.

Já na figura 9, sobre a Unesp, percebe-se que a dissertação de número 2 aborda o Ensino Superior no tocante ao acesso. A de número 4, aborda sobre a inclusão social no que se refere à criança negra na escola; e a de número 3, também aborda a inclusão social, em relação às políticas públicas municipais. As dissertações de número 1 e 5 estudam a discriminação racial e o movimento negro.

Na Figura 10, sobre as teses da Unesp, observa-se que a de número 1 enfoca o Ensino Superior no tocante ao acesso; a de número 2, a inclusão social em relação à reserva de vagas em concursos para afrodescendentes; e a de número 3, a inclusão social quanto a integração do negro.

A seguir, serão apresentados os conceitos de ações afirmativas presentes nas teses e dissertações localizadas em PDF. Para isso foi realizada a leitura do capítulo que aborda sobre as “ações afirmativas”, e, com a ajuda do programa “WebQDA” foi possível sistematizar os conceitos e as considerações dos autores sobre as ações afirmativas presentes nas produções. Essas informações foram obtidas das teses e das dissertações, localizadas em PDF.

É possível identificar essas produções no Anexo 1, por intermédio do item (disponível em) que permite identificar quais as teses e as dissertações que foram acessada na íntegra em PDF. abaixo segue os conceitos e as considerações do autor.

Conceitos presentes nas dissertações da USP:

DISSERTAÇÃO 1

Conceito

Por último, foi fundamental para a realização desse trabalho o conceito de ação afirmativa, que define um programa ou ação pública ou privada que vise, por meio de um tratamento diferenciado, corrigir ou amenizar uma situação de desigualdade considerada socialmente indesejável. Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA, 2001). Ainda existe no Brasil certa confusão entre ação afirmativa e o de sistema de cotas, por isso é importante esclarecer que o sistema de cotas se trata de uma modalidade de ação afirmativa e que existe uma pluralidade de formatos menos utilizados no Brasil. (SANTOS 2012. p.18).

DISSERTAÇÃO 2

Consideração do autor

Diante das definições trazidas, entende-se que ação afirmativa pode ser conceituada como aquela medida temporária que prevê um tratamento diferenciado para certos grupos excluídos, com o objetivo de garantir-lhes uma igualdade material (de fato) em relação a outros membros da sociedade (e que se encontram em situação privilegiada) e compensar esses grupos excluídos de sua situação de vítimas de discriminação ou de vítimas de injustiças históricas. (ARAÚJO NETO, 2011. p. 126).

Conceito

No Brasil, o conceito com maior aceitabilidade é oriundo do estudo aprofundado realizado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa Gomes. Essa definição tornou-se referência em diversos estudos e ensaios acadêmicos sobre o assunto. De acordo com o Ministro Joaquim Barbosa Gomes, as ações afirmativas podem ser entendidas como: [...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal da efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (ARAÚJO NETO, 2011. p. 124).

DISSERTAÇÃO 3

Consideração do autor

Das inúmeras e distintas experiências abordadas na seção anterior, há um denominador comum: as medidas de ação afirmativa configuram, *sic et simpliciter*, uma categoria de políticas públicas destinadas, em última análise, a promover a inclusão social, política e econômica de grupos de certo modo fragilizados. (CRUZ, 2011. p. 76).

Conceito

Nesse sentido, definições amplas, porém completas, para as ações afirmativas são oferecidas por autores como P. MENEZES: Ação afirmativa, nos dias correntes, é um termo de amplo alcance que designa um conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em qualquer sociedade em razão, na maior parte das vezes, da prática de discriminações negativas, sejam elas presentes ou passadas. As medidas de ação afirmativa devem ser dirigidas a grupos ou categorias determinados que são afetados por desigualdades fáticas parciais. Por razões históricas, convencionou-se chamar tais grupos de “minorias”. (CRUZ, 2011. p. 77).

DISSERTAÇÃO 4

Conceito

O conceito de ações afirmativas aqui trabalhado tem como ponto de partida aquele elaborado por Joaquim Barbosa e cujo processo histórico de desenvolvimento se inicia com os conflitos sociais causados pela tensão entre a ideia original da igualdade de todos, sem exceção ou privilégios, perante a lei, como fundamento da ordem jurídica, surgida com as revoluções francesa e americana no fim do século XVIII, e a concepção

da igualdade material, desenvolvida no início do século XX, como exigência do Estado Social de Direito. (CARVALHO, 2011. p. 143).

DISSERTAÇÃO 6

Conceito

Para que a igualdade de fato ou de oportunidades seja real entre grupos que se encontram em situações injustamente distintas – situações definidas com base em diferenças que deveriam ser irrelevantes, mas na prática não são – uma das políticas hoje conhecidas e aplicadas é a política de ações afirmativas. Joaquim Barbosa Gomes esclarece, com precisão, que: ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GUERRINI, 2010. p.36).

Consideração do autor

Em resumo, as ações afirmativas possuem o potencial de atingir grupos específicos mais rapidamente, e ao mesmo tempo de abrir espaço para medidas universalistas. (GUERRINI, 2010. p.43).

DISSERTAÇÃO 10

Conceito

Vejamos algumas definições de ações afirmativas. Conforme Joaquim Benedito Barbosa Gomes: As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e o emprego. (SILVA, 2009. p. 50).

Considerações do autor

Pelas definições acima, notamos que as ações afirmativas podem ser medidas estatais ou privadas, obrigatórias ou facultativas e visam a favorecer grupos que estão em desvantagem. Quanto ao caráter temporário, não se deve esperar que todos tipos de ação afirmativa sejam temporárias. Por exemplo, as cotas em universidades se justificam enquanto as desigualdades se mostrarem presentes, uma vez as oportunidades igualadas, as cotas devem ser suspensas. Há grupos, no entanto, que demandam maior tempo de implementação das ações afirmativas, se não perenemente. É o caso das comunidades indígenas e de quilombolas, “cujas especificações, sobretudo as diretamente relacionadas a sua identificação, saúde e habitat, requerem, por certo, o implemento de programas e políticas governamentais de caráter permanente”. Acrescentemos a política de cotas nos concursos públicos para deficientes físicos, instituída na Constituição. É possível que tal grupo seja permanentemente protegido, dadas as circunstâncias de suas desvantagens. As ações afirmativas têm triplo caráter: compensatório (compensar injustiças do passado), distributivo (melhor distribuição das oportunidades) e também preventivo, no sentido de se evitar futuros conflitos sociais, hoje latentes. Além disso, os beneficiários

as ações afirmativas atuais, no futuro estarão numa condição social melhor, portanto seus filhos não precisarão mais de ações afirmativas. (SILVA, 2009. p. 51).

DISSERTAÇÃO 12

Conceito

As Ações Afirmativas têm como objetivo a promover o acesso a meios fundamentais de sobrevivência digna, como educação e trabalho, a minorias étnicas, raciais ou sexuais. A justificativa para esse tipo de intervenção é a de que do modo como vem sendo feito o acesso determinados grupos sociais estão excluídos total ou parcialmente destes meios (GUIMARÃES, 1997). As ações afirmativas objetivam corrigir tais mecanismos. Por um tempo determinado privilegiam-se os que estão em situação de desvantagem em busca do equilíbrio. O tempo de duração dessas medidas varia de acordo com seus propósitos ou da situação em que se pretende intervir. Trata-se basicamente, de medidas de caráter social para o favorecimento da igualdade de oportunidades e que teriam como objetivo final colocar todos os membros de uma determinada sociedade independentemente do grupo a que pertença e a partir de posições iguais, em condição de participar da competição pela conquista do que é vitalmente mais significativo. (GUARNIERI, 2008. p. 36).

DISSERTAÇÃO 14

Conceito

Ações Afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (KASAI, 2006. p. 83).

DISSERTAÇÃO 16

Conceito

A reserva de vagas pode ser classificada como pertencente ao rol de “ações afirmativas”, que Sabrina Moehlecke, em Propostas de Ações Afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao Ensino Superior, definiu como: [...] políticas compensatórias, fundamentadas no princípio de igualdade que sustenta o tratamento desigual aos desiguais, usualmente aplicadas de acordo com critérios sócio-econômicos; mais especificamente podem ser políticas compensatórias voltadas para determinado grupo, definido a partir de características adscritas como raça ou gênero; ou políticas de diversidade, que reivindicam não uma igualdade de bens materiais, mas culturais, numa exigência de reconhecimento de identidades particulares. (BACCHETTO, 2003. p. 55)

Considerações do autor

Ela é um modelo que teria se difundido no Brasil através da reserva de vagas para a candidatura de parlamentares femininas. Moehlecke cita outras possíveis formas de ações afirmativas, como os próprios cursinhos pré-vestibulares voltados predominantemente para o atendimento do público negro. (BACCHETTO, 2003. p. 55)

DISSERTAÇÃO 18

Conceito

A ação afirmativa assumiu formas como programas de ações e políticas, governamentais ou privadas, leis ou orientação de decisões jurídicas, e levou à constituição de agências de fomento e regulação, como a Comissão para Igualdade de Oportunidades no Emprego, tendo a Lei de Direitos Civis como seu principal fundamento legal. Barbara Bergmann define, de maneira ampla, que “Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas - aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos - em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais (...). Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente.” (MOEHLECKE, 2000. p. 5).

Considerações do autor

Esse conjunto de definições e reflexões resume algumas das maneiras pelas quais as políticas de ação afirmativa podem ser entendidas: são políticas compensatórias, fundamentadas no princípio de igualdade que sustenta o tratamento desigual aos desiguais, usualmente aplicadas de acordo com critérios sócio-econômicos; mais especificamente, podem ser políticas compensatórias voltadas para determinado grupo, definido a partir de características adscritas como raça ou gênero; ou políticas de diversidade, que reivindicam não uma igualdade de bens materiais, mas culturais, numa exigência de reconhecimento de identidades particulares. Essas políticas não são excludentes umas às outras e, muitas vezes, aparecem sobrepostas em alguns de seus aspectos. Como essas distinções nem sempre estão claras no debate brasileiro, utilizarei a expressão política de ação afirmativa sempre no plural, entendendo que ela poderia englobar uma diversidade de significados. (MOEHLECKE, 2000. p. 9).

Na sequência, apresentam-se os conceitos presentes nas teses da USP:

TESE - 1

Conceito

Celi Pinto argumenta que, para escapar desse dilema (ou seja, o Estado e política são produtores de injustiça e interventores nela), é necessário que atuem fatores externos, cuja incorporação seria as reivindicações e demandas de grupos e movimentos sociais com bases assentadas num princípio de prévio autorreconhecimento. A historiadora e cientista política propõe uma análise das “possibilidades heurísticas e normativas das teses de Fraser e Honneth”, por meio de dois temas caros à nossa sociedade: as políticas de ação afirmativa para “afro-descendentes e a desigualdade constitutiva da cidadania”. (ANDRADE, 2012. p. 44-45).

TESE 2

Conceito

Em sentido amplo, podem-se definir as ações afirmativas como mecanismos legais temporários, que têm por escopo fomentar a igualdade substancial entre os membros da comunidade que foram socialmente preteridos, valendo-se, nessa perspectiva, da possibilidade de inserir discriminações positivas no sentido de tratar desigualmente os desiguais, para que estes possam alcançar o mesmo nível, patamar ou status social que os demais membros da comunidade.

Sob a perspectiva restrita, entretanto, define-se a ação afirmativa como sendo a política pública ou privada voltada à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (LINHARES, 2010. p. 177).

Considerações do autor

A presente investigação sobre políticas públicas de ações afirmativas, abarcando desde seu planejamento até sua implantação, pretende conduzir nessa tese ao entendimento de que essas políticas visam corrigir uma situação de discriminação e desigualdade de certos grupos sociais historicamente discriminados, além de promover a inclusão de grupos excluídos na educação superior. (LINHARES, 2010. p. 177).

TESE 6

Conceito

As políticas de ação afirmativa sensíveis à raça na educação superior abrangeram programas sociais compensatórios existentes que passaram a incluir também a população negra; ações mais específicas como medidas legais para dessegregar instituições de ensino superior, de jure ou de facto; a implementação de centros de pesquisa de estudos do negro; a contratação de professores negros; e alterações nos processos de admissão de estudantes. Os novos estudantes beneficiados com a expansão do ensino superior foram tanto aqueles em situação de desvantagem sócio-econômica quanto pessoas antes excluídas por suas características raciais e étnicas. (MOEHLECKE, 2004. p. 88).

Na sequência, apresentam-se os conceitos presentes nas dissertações da Unicamp:

DISSERTAÇÃO 1

Conceito

O termo ação afirmativa ainda é desconhecido para grande parte dos brasileiros, tanto em relação à concepção quanto às formas de implementação. Os estudiosos sobre o tema apontam diferentes perspectivas sobre o significado de ações afirmativas, entretanto, o que lhes é comum é o reconhecimento da existência de desigualdades raciais no Brasil e a necessidade de ações que promovam a equidade racial. De acordo com Gomes (2001, p.72): As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional de igualdade material e a

neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (ÁVILA, 2012. p. 55).

Considerações do autor

Como políticas públicas resultantes das lutas dos movimentos sociais, as ações afirmativas podem ser entendidas como intervenções nas instituições com o objetivo de promover a diversidade sociocultural, a igualdade de oportunidades e o acesso material aos direitos para grupos sociais marginalizados, sobretudo entre os grupos étnico-raciais. No processo de combate às desigualdades, são necessárias políticas concretas que devem ir além das leis que proclamam a igualdade de todos. Essas políticas devem combater o racismo, intervindo direto nas instituições para garantir a presença dos grupos sociais discriminados e o acesso desses grupos aos direitos definidos como universais, como é o caso da população negra. (ÁVILA, 2012. p. 58).

DISSERTAÇÃO 2

Conceito

Segundo Moelecke (2002, p. 210), as ações afirmativas "não constituiriam uma discriminação porque seu objetivo é justamente atingir uma igualdade de fato e não fictícia." Também não seriam contrárias à ideia de mérito individual, pois teriam como meta fazer com que este possa existir efetivamente. Segundo Guimarães (2009, p. 202-203), não se questiona que o mérito seja o principal critério de ingresso nos cursos superiores, "questiona-se, sim, que o mérito e os dotes intelectuais estejam sendo empanados por desigualdades raciais e de classe, que podem ser corrigidas por políticas compensatórias." De acordo com Gomes, as nações que historicamente se apegaram ao conceito de igualdade formal são aquelas nas quais se verificam os maiores índices de injustiça social. Portanto, para o autor, "fundamentar toda e qualquer política governamental de combate à desigualdade social na garantia de que todos terão acesso aos mesmos instrumentos de combate corresponde, na prática, a assegurar a perpetuação da desigualdade". (STROISCH, 2012. p. 46).

Considerações do autor

Neste sentido, faz-se necessário que a política de universalização do acesso à educação, como um princípio constitucional, seja conjugada com políticas específicas de combate às desigualdades raciais no sistema de ensino, as quais são necessárias à construção de uma sociedade mais justa e democrática. (STROISCH, 2012. p. 49-50).

DISSERTAÇÃO 3

Conceito

As expressões "ação afirmativa" ou "discriminação positiva" designam experiências que não se restringiram aos EUA: países da Europa Ocidental, Índia, Malásia, África do Sul, Argentina, Cuba, Nigéria, Austrália e Canadá são algumas das nações que as adotaram, planejando, elaborando e desenvolvendo orientações nesse sentido. [...]

Conforme Gomes, os principais objetivos das referidas políticas seriam: alavancar a chamada igualdade de oportunidades extensível a todos os grupos sociais, induzir transformações de cunho cultural que logrem coibir no imaginário coletivo a ideia da subordinação racial e/ ou de gênero; dirimir paulatinamente efeitos persistentes - quais

sejam, psicológicos, culturais e comportamentais -, suscitados pelo passado histórico-social e que propiciam a perpetuação de condições inerentes à discriminação e preconceito, ampliar a representatividade, em diversos setores, de grupos minoritários e proporcionar o surgimento das chamadas "personalidades emblemáticas". (JESUS, 2008. p. 10-11).

DISSERTAÇÃO 5

Conceito

Segundo Madrugá (2005) e Sarmento (2006), o termo affirmative action foi utilizado pela primeira vez no governo do presidente John F. Kennedy, em 1961, que vedou a discriminação do empregador em razão de raça, credo ou origem nacional (Executive Order nº 10.925). Além do trabalho, da Educação, da Saúde, dentre outros, inseridos nas reivindicações do movimento negro, foi no governo do presidente Lyndon Johnson (1963-1969) que começaram a ganhar força "medidas de discriminação positiva em favor dos negros e de outras minorias étnicas, envolvendo, sobretudo, acesso favorecidos a Universidades, preferência na celebração de contratos com o Poder Público e incentivos à contratação e promoções no trabalho." (NORÕES, 2011. p. 165-166).

Considerações do autor

Nesse sentido, entendemos que o sentido, as formas e o próprio conceito das AA ainda estão em construção no Brasil, visto que as demandas dos movimentos sociais e a recente implementação de algumas ações incitaram as teorizações e não o contrário. (NORÕES, 2011. p. 169-170).

DISSERTAÇÃO 6

Conceito

As políticas de ação afirmativa podem ser definidas, de modo geral, como um conjunto de medidas que visam corrigir desigualdades procedentes de discriminação, de alguma ordem (racial, étnica, sexual, religiosa, etc.). (RODRIGUES, 2004. p. 49).

Considerações do autor

A configuração proposta é atentar para a ação afirmativa enquanto política pública ou, mais precisamente, para o modo como se constitui a discussão sobre este tipo de política num âmbito institucional no qual o Estado, o movimento negro e os intelectuais - em contextos específicos - são os sujeitos políticos presentes. (RODRIGUES, 2004. p. 1).

Na sequência, apresentam-se os conceitos presentes nas teses da Unicamp:

TESE 1

Conceito

Talvez caiba aqui definir no que consistem as ações afirmativas, segundo GTI População Negra: Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado e/ou iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e

tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (MUNIZ, 2009. p. 61).

Considerações do autor

É importante salientar que as cotas constituem uma das formas de se fazer ação afirmativa. Mais importante do que lembrar isso, é ressaltar que apesar de esta ação estar muito intimamente ligada a uma iniciativa governamental, muito antes de o governo, pressionado pelos movimentos e pelo contexto político mundial, começar a tomar providências em direção a atender a essas reivindicações, aqui no Brasil já existiam várias iniciativas de ações afirmativas empreendidas pela sociedade civil. (MUNIZ, 2009. p. 60).

TESE 2

Conceito

Políticas de ação afirmativa consistem em: (...) promover privilégios de acesso a meios fundamentais - educação e emprego, principalmente - às minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente. (CAMARGO, 2005. p. 100).

TESE 3

Conceito

Além disso, deve-se registrar que, ao propor uma avaliação sobre a efetividade “Lei de Cotas” estamos cientes, desde logo, das limitações desse instrumento de ação afirmativa para viabilizar o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Basta dizer que, mesmo se fosse integralmente cumprida, esta legislação ainda deixaria de fora do emprego formal mais de 5 milhões de pessoas com deficiência, conforme estimativas que serão apresentadas. Portanto, para além da determinação legal, é preciso pensar nas políticas públicas universais, na inclusão escolar, no pleno acesso aos meios de transporte, edificações e formas de comunicação; e na sensibilização da sociedade (inclusive das famílias onde estão as pessoas com deficiência) para que se desfaçam, definitivamente, estereótipos e características negativas associadas a esse segmento populacional. (GARCIA, 2010. p. 7-8).

TESE 4

Conceito

Segundo Moehlecke (2004), a ação afirmativa é uma política de igualdade que visa a garantir direitos a grupos historicamente excluídos de sua cidadania plena. Essa autora problematiza a idéia de igualdade ao questionar o posicionamento liberal de que todos são iguais e devem ter os mesmos direitos – idéia de que as oportunidades devem ser iguais a todos. Ela aponta que, com a ação afirmativa, o que está em jogo é uma relação mais complexa de igualdade. Moehlecke (2004) defende a existência de uma igualdade democrática, pautada na combinação do princípio da igualdade de oportunidades com o princípio da diferença. Isso se estivermos interessados em diminuir as desigualdades

decorrentes da idéia de que todos devemos ter as mesmas oportunidades, sem diferenciação. (CARRICO, 2008. p.23).

TESE 5

Conceito

Daí o pressuposto das políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais: o reconhecimento de uma categoria – negros/afrodescendentes – a partir de uma identificação (virtual), (im)posta pelo racismo. Por isso, tais políticas são pensadas como uma inversão da racialização que advém da adscrição, do estigma criado pelo racismo. (RODRIGUES, 2011. p. 86).

Na sequência, apresentam-se os conceitos presentes nas dissertações da Unesp:

DISSERTAÇÃO 1

Conceito

Com isso, o autor chega a uma importante definição sociológica para o termo ações afirmativas: Um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Em termos práticos, as organizações devem agir positiva, afirmativa e agressivamente para remover todas as barreiras mesmo informais ou sutis. Como as leis anti-discriminação, as quais oferecem possibilidades de recursos a, por exemplo, trabalhadores que sofreram discriminação, as políticas de ação afirmativa têm por objetivo fazer realidade o princípio de igual oportunidade. Diferentemente das leis anti-discriminação, a política de ação afirmativa tem por objetivo prevenir a ocorrência de discriminação. (VITORINO, 2009. p.72).

Consideração do autor

As ações afirmativas são, portanto, a forma como a luta anti-racista do movimento negro brasileiro encontrou para complementar as políticas universais. O objetivo do movimento é focar no combate ao racismo e prevenir a ocorrência de discriminação. (VITORINO, 2009. p.72).

DISSERTAÇÃO 2

Conceito

Para Bacchetto (2003, p. 149), além do crescente número de alunos beneficiados através de vagas nos referidos cursinhos, a responsabilidade por implantações de programas de ação afirmativa que visem o acesso ao ensino superior das camadas populares é dada, em partes, ao movimento de cursinhos alternativos: [...] os cursinhos pré-vestibulares alternativos existentes no Município de São Paulo atuaram como um dos agentes na luta pelo Ensino Superior para a população de baixa renda, baseados no princípio da igualdade. [...] Assim, tal como em outros trabalhos sobre a expansão do ensino em diversos níveis, neste verifica-se que esta não se deu apenas pela compreensão das

necessidades dessa população por parte dos governantes, mas foi fruto de pressões populares ocorridas em diversas formas. (CAMARGO, 2009. p. 21-22).

DISSERTAÇÃO 3

Conceito

As ações afirmativas: [...] visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Daí as terminologias de „equal opportunity policies”, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias. (MUNANGA, 2003, online, destaque do autor). Após este conceito, entende-se que a ação afirmativa é abrangente e dinâmica, constituindo-se em políticas compensatórias para idosos, crianças e adolescentes, mulheres e todos os seguimentos afrodescendentes vulneráveis. As ações afirmativas vão além do declarado pelo entrevistado, que cita somente a área educacional, pois abrangem as áreas da assistência social, educação, saúde, trabalho, esporte, lazer e cultura. (FOGARI, 2010. p. 203).

DISSERTAÇÃO 4

Conceito

A organização das Ações Afirmativas através de políticas públicas de combate ao racismo está diretamente relacionada com o movimento negro organizado e sua ênfase da educação. Entretanto, a visão que o movimento negro tem da educação passou por algumas modificações. Num primeiro momento a valorização da educação tinha como justificativa a maior escolaridade do negro para que o mesmo pudesse ascender socialmente e ocupar espaços majoritariamente ocupados pelos brancos. (SARZEDAS, 2007. p. 38).

DISSERTAÇÃO 5

Considerações do autor

As ações afirmativas não serão objeto de preocupações neste texto. Não em primeiro plano. Entretanto, podemos considerar que se trata de uma das maiores preocupações do movimento anti-racista brasileiro na atualidade. Isto pode ser comprovado pela recorrência dos temas em discussão em eventos relativos ao racismo brasileiro. Podemos compreender como a idéia de ação afirmativa tem sido pensada a partir do movimento anti-racista brasileiro. Talvez tenhamos conseguido lançar algumas hipóteses para o tema. (CRUZ, 2006. p. 143).

Na sequência, apresentam-se os conceitos presentes nas teses da Unesp:

TESE 1

Conceito

O sistema de cotas para negros no ensino superior faz parte de uma política de ação afirmativa que pode ser desenvolvida pelo Estado, instituições públicas ou privadas e organizações não-governamentais. (NUNES, 2011. p. 20).

TESE 2

Conceito

A pesquisa trabalhará com o conceito de “Ação Afirmativa”, entendido neste estudo como medida de caráter público ou privado com a finalidade de promoção de “igualdade de oportunidades” para grupos em situação de vulnerabilidade e desvantagens sociais, considerando, no caso específico, a população negra e os processos históricos de “escravismo criminoso”, “racismo”, “discriminação” e “preconceito”. Tais AA são consideradas de caráter temporário e podem provocar mudanças não só do ponto de vista social, mas também pedagógico, cultural e psicológico. (SOUZA, 2010. p. 23)

TESE 3

Conceito

As políticas de cotas caracterizam-se pela “reserva de vagas” nos “espaços públicos” e “privados”, cuja presença de grupos que têm sofrido a exclusão, ao longo da história nacional, por motivos de racismo e discriminação racial, sexual, cultural ou de deficiência física; as políticas chamadas de ações afirmativas não se reduzem a este aspecto. É consenso entre os autores situar o surgimento de tais políticas na Índia (DOYTCHEVA, 2005; MOORE, 2005). Vamos nos deter mais ao texto “Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa: Gênese das políticas de ações afirmativas e questões afins” de Carlos Moore (2005), para analisar o contexto histórico desses dois conceitos: cotas e ações afirmativas. O conceito de ação afirmativa originou-se na Índia imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, ou seja, bem antes da própria independência deste país. Em 1919, Bhimrao Ramji Ambedkar (1891-1956), jurista, economista e historiador, membro da casta “intocável” Mahar propôs, pela primeira vez na história, e em pleno período colonial britânico, a “representação diferenciada” dos segmentos populacionais designados e considerados como inferiores. A vida política e a obra teórica de B.R. Ambedkar sempre estiveram voltadas para a luta pelo fim do regime de castas (Omvedt, 1974; Rodrigues, 2002; Agarwal, 1991; Mowli, 1990; Chavan, 2001). Para ele, quebrar os privilégios historicamente acumulados pelas “castas superiores”, significava instituir políticas públicas diferenciadas e constitucionalmente protegidas em favor da igualdade para todos os segmentos sociais. (MOORE, 2005, p. 314). Para nós, e esse é o ponto defendido por Moore também, as políticas de ações afirmativas são políticas diferenciadas a favor da igualdade. Até aqui não dá como diferenciar as políticas de ações afirmativas das de cotas, pois é difícil falar de uma sem falar da outra. (MALOMALO, 2010. p. 260-261).

Conforme é possível observar, na tese de número 3 da USP e nas dissertações de número 4 e 7 da Unicamp, não foi possível identificar os conceitos sobre ações afirmativas. Como o critério adotado era a leitura dos capítulos específicos, das teses e das dissertações que se propunham a

abordar as ações afirmativas, as que não apresentaram esses capítulos dificultou a identificação desses conceitos.

Por conseguinte, complementa-se a resposta da questão: “Quais as concepções de ações afirmativas nessas produções?” afirmando que, mesmo com a concepção sendo ampla, pois diversos são os assuntos abordados, conforme mostra o uso do instrumental, foi possível observar nas produções acadêmicas que os conceitos de ação afirmativa estão presentes em todas elas, com exceção da tese número 3 da USP e das dissertações de número 4 e 7 da Unicamp.

Com base na leitura, e análise de todo o material colhido, nota-se que a definição de ação afirmativa está fortemente embasada na definição dada pelo autor Joaquim Batista Barbosa Gomes, apresentada no capítulo 1 deste trabalho. Essa definição, pioneira no contexto brasileiro, tem sido a base para a ampliação ou a formulação de um novo conceito de ação afirmativa, conforme pode ser observado em alguns dos conceitos extraídos das teses e das dissertações. Onde se conclui que esse autor tem servido de referência a todos aqueles que se debruçaram a estudar as ações afirmativas sendo, em alguns casos, a fundamentação principal, entre os autores das teses e das dissertações estudadas nesta pesquisa.

Com os conceitos e as considerações dos autores acerca das ações afirmativas que foram destacados acima é possível inferir a resposta a mais uma pergunta desta pesquisa que é: “quais as relações das ações afirmativas e as concepções de inclusão social desenvolvida na referida produção?”.

É possível inferir que o assunto tratado, ou seja, aquele que pode ser interpretado como sendo de ação afirmativa, é que vai fazer a relação entre inclusão social e ação afirmativa. Assim, por exemplo, nas pesquisas que abordaram o Ensino Superior: se foi estudado o acesso a esse ensino o conceito de inclusão social está relacionado às condições que assegurem o acesso a esse nível de ensino; se foi estudada a permanência no Ensino Superior, a concepção de inclusão social está relacionada com os recursos que são necessários para assegurar que o aluno consiga ter um bom desempenho e obtenha êxito no curso escolhido.

Indo um pouco mais além, por exemplo, nas pesquisas que foram interpretadas como sendo relativas à questão de gênero, conforme pode ser observado na análise do instrumental, a concepção de inclusão social está relacionada à busca de mecanismos eficazes, nas políticas públicas, que assegurem um tratamento mais igualitário entre as pessoas, que inibam atitudes de discriminação.

Ainda dentro da problemática – gênero – a concepção de inclusão social pode estar relacionada à violência contra a mulher ou à precarização da remuneração no mercado de trabalho. Nas pesquisas que abordaram a discriminação racial, a concepção de inclusão social está relacionada com medidas políticas que assegurem a diminuição ou busquem o fim das discriminações que ainda acontecem nos dias de hoje.

Nessa ordem de considerações, observa-se que as concepções de inclusão social, ao se relacionarem com as ações afirmativas, exigem garantias para que se efetivem as políticas de ações afirmativas. As concepções de inclusão social são específicas, e essa especificidade é delimitada de acordo com o perfil de ação afirmativa com a qual se relaciona.

Nesse sentido, inicia-se a construção da resposta da problemática central dessa pesquisa que é: o que se tem pesquisado e de que tratam as pesquisas sobre ações afirmativas na USP, na Unicamp e na Unesp?

Os estudos da produção acadêmica, objeto desta pesquisa, permite responder que se tem pesquisado os mais diversos assuntos que podem ser interpretados como sendo de ação afirmativa. As pesquisas estudaram questões de gênero, inclusão social, Ensino Superior, discriminação, e estão expressas em teses, dissertações, livros, artigos, resumos, TCC, etc. Observa-se ainda que as definições de ação afirmativas nessas pesquisas são as mesmas, não havendo particularidade específica, que varie de acordo com a especificidade do assunto pesquisado sobre as ações afirmativas. Na USP, a predominância das pesquisas que enfocam essa problemática está na área do direito, enquanto que na Unicamp e na Unesp está na área da educação e das ciências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa propôs o estudo sobre a produção acadêmica, ou seja, dos resumos e capítulos específicos das teses e das dissertações cuja abordagem tratava sobre a temática das ações afirmativas. Após o levantamento bibliográfico sobre o tema, foi localizado um número considerável de trabalhos que o enfocaram quer na forma de teses, dissertações, resumos, artigos, livros, TCC, e-books.

Assim, foi necessário fazer um recorte e centrou-se o trabalho nas teses e nas dissertações produzidas na USP, na Unicamp e na Unesp que estudaram sobre as ações afirmativas. E devido às informações obtidas pelo levantamento bibliográfico foi estudado também os resumos das teses e dissertações.

Nesse sentido, foi elaborado o primeiro capítulo deste trabalho com a finalidade de trazer definições para a expressão “ação afirmativa” e saber como surgiram as ações afirmativas no contexto brasileiro de 1990 a 2012. Este recorte temporal foi estabelecido considerando o levantamento bibliográfico. Isso porque, a primeira produção acadêmica esta datada de 1994 optando-se por iniciar o período de 1990, e, para delimitar o levantamento bibliográfico estabeleceu-se o ano de 2012 como término para as buscas bibliográficas.

Logo de início surge a primeira dificuldade, pois até o momento não se tem encontrado dentro da história da educação alguma literatura que registrasse a trajetória das ações afirmativas no Brasil. Nesse sentido, para contextualizar o período delimitado para a pesquisa, optou-se, primeiro, por buscar autores para definir o que se entende por “ações afirmativas”.

Em seguida, após delimitar um significado, foi realizado um levantamento para identificar as legislações que surgiram no período de 1990 a 2012, que pudessem ser classificadas como sendo de ações afirmativas, considerando-se as definições apresentadas no próprio capítulo 1 deste trabalho.

Isso foi feito porque, *a priori*, acredita-se que as leis são criadas como respostas às necessidades específicas de um determinado contexto social. Entretanto nem sempre é assim que acontece. Motivos diversos, tais como: interesse de uma minoria, geralmente parcela mais rica da sociedade, contradições relativas ao seu regime social, político e econômico de uma época, também podem ser desencadeadores da elaboração de algumas leis. Entretanto, o objetivo desta pesquisa não foi debater sobre o porquê dessas leis terem surgido, mas sim, identificar, a partir

delas, quais foram as necessidades de ações afirmativas que emergiram no período de 1990 a 2012.

Após essa análise, constatou-se que, durante a década de 1990 a 2000, as leis criadas, que podem ser entendidas como de ações afirmativas versavam sobre a questão do acesso ao mercado de trabalho para mulheres e deficientes físicos, bem como sobre a garantia de outros direitos para esse público específico. Em nenhuma delas há referência sobre a questão do Ensino Superior.

Já na década posterior - 2000 a 2012 – começam a aparecer normas, tanto em nível estadual quanto federal, regulando a questão do acesso ao Ensino Superior em instituições públicas e privadas, com algumas políticas de ações afirmativas partindo de iniciativa do próprio governo, e cita-se aqui, a título de exemplo, o ProUni. Nota-se, pois que, nesse período, o olhar das ações afirmativas começa a ser direcionado para o acesso ao Ensino Superior.

Após ser definido o significado de ações afirmativas e de se poder observar como se desenvolveu as políticas de ações afirmativas no período de 1990 a 2012. Iniciou-se a elaboração do segundo capítulo desta pesquisa que fez um estado da arte sobre as produções acadêmicas que pesquisaram a temática das ações afirmativas. A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bibliotecas digitais da USP, Unicamp e Unesp e a pesquisa utilizou a palavra-chave “ação afirmativa” como filtro de busca nas bibliotecas digitais.

No segundo capítulo desta pesquisa foram apresentadas e identificadas todas as produções acadêmicas localizadas com o levantamento bibliográfico e isso resultou nos Anexos 1 e 2. Apesar de ser um assunto recente, foi localizado um número considerável de produções acadêmicas haja vista que foram mapeadas apenas as produções da USP, da Unicamp e da Unesp.

Depois da identificação e da caracterização da produção acadêmica foram selecionadas as teses e as dissertações como objeto de análise mais específico que consta no Anexo 1 deste trabalho. Nesse sentido, e juntamente com a proposta de estado da arte, foram também localizados todos os resumos das teses e das dissertações tendo como fonte as bibliotecas digitais da USP, da Unicamp e da Unesp e o Banco de Teses da CAPES.

Com o estado da arte, já foi possível responder a algumas das questões que foram propostas para essa pesquisa e que estão expressas no decorrer do capítulo 2 deste trabalho. O estado da arte permitiu sistematizar os resumos presentes no Anexo 3, destacar as palavras-chave que mais foram abordadas e sistematizar os métodos de pesquisas utilizados nas produções acadêmicas.

No capítulo 3 foi proposto o uso de um programa de apoio à pesquisa qualitativa para a área de ciência humanas, o “WebQDA”. Este programa facilitou a sistematização de informações

oriundas da leitura das teses e das dissertações localizadas na íntegra em PDF e, assim, foi possível explicitar os autores mais citados nas teses e nas dissertações. Permitiu também explicitar os conceitos de ações afirmativas expressos nesses trabalhos bem como as considerações dos autores, dessas produções acadêmicas sobre o conceito de ação afirmativa. Com todos os elementos a mão, foi possível avançar respondendo a outras questões expressas na pesquisa.

Nesse mesmo capítulo, também foi proposta à criação de um instrumento de análise para as teses e as dissertações com a finalidade de observar outros elementos dessa produção acadêmica. Para fundamentar a construção desse instrumento recorreu-se à epistemologia e, com base em suas definições teóricas foi possível amparar e justificar a construção desse instrumento, utilizando-se das próprias definições e dos conceitos de ação afirmativa apresentados nesta pesquisa.

Esse instrumento favoreceu também observar qual o perfil de ações afirmativas presentes em cada IES e quais as mais predominantes entre elas; tornou possível identificar o total de pesquisas que abordaram o assunto, e coloca-lo em destaque no instrumento. Desse modo, com a ajuda do WebQDA, juntamente com a leitura dos capítulos específicos das teses e das dissertações que abordavam as ações afirmativas pôde-se responder as problemáticas de pesquisa que foram apresentadas no decorrer do capítulo 3 desta pesquisa.

O trabalho foi finalizado destacando-se que a maioria das teses e das dissertações que tratam das ações afirmativas estão na USP, presentes na Faculdade de Direito; na Unicamp e na Unesp, na Faculdade de Educação ou em Institutos de Ciências Humanas. Esses trabalhos também foram inseridos no instrumento de análise sendo analisado com a base teórica da definição de ação afirmativa.

A análise da produção acadêmica possibilitou avançar um pouco além do estado da arte, podendo se chegar a outros resultados para a pesquisa como, por exemplo, que, apesar de termos entre os autores mais citados, pesquisadores com formação na área da sociologia, aqueles estudados para fundamentar o conceito de ações afirmativas são intelectuais com formação na área do direito, conforme constatado na análise bibliográfica.

A questão proposta para esta dissertação de mestrado, a saber: “quais as controvérsias, os debates e as polêmicas desenvolvidas nessa produção?”, não foi possível de ser respondida, pois ela exigiria uma análise mais aprofundada do conteúdo das teses e das dissertações e uma ampla

compreensão do conceito de inclusão social, o que implicaria a busca de autores para definir esse termo e isso fugiria do objetivo principal da pesquisa que é o estudo da produção acadêmica.

Esclarecemos ao leitor que, apesar de ficar uma questão em aberto, isso não prejudicou em responder à problemática principal da pesquisa, apresentada no final do capítulo 3, e que foram expressas em várias questões apresentadas no decorrer dos capítulos 2 e 3 deste trabalho.

Por conseguinte, este trabalho buscou delimitar bem quais as perguntas seriam respondidas, no desenrolar do trabalho, pois em assuntos recentes e, sobretudo, polêmicos é natural que muitas sejam as indagações. Com as perguntas respondidas até aqui, espera-se abrir possibilidades de novos estudos para essa temática que tem um amplo leque a ser pesquisado, e, certamente criar condições para responder a pergunta em aberto e também futuras indagações.

Desse modo, é prudente destacar a necessidade de estudos futuros e específicos sobre as ações afirmativas para além dos estudos das teses e das dissertações realizados neste trabalho. Os indicadores abertos no primeiro capítulo deste trabalho indicam a carência de estudos de caráter histórico, político e econômico sobre as ações afirmativas. Indicam, também, a necessidade de estudos teóricos sobre a formação e concepção de sociedade divididas em classes sociais. Elementos estes que permeiam a estrutura e a formação de determinadas sociedades, ou contexto social.

A ausência desses estudos contribuem, ainda, para manter a exclusão social, as diversas desigualdades existentes no contexto social brasileiro e, sobretudo, as contradições que podem permear as políticas públicas que são construídas com vistas a diminuir as desigualdades. Haja vista que as contradições são elementos que escondem os reais interesses sociais, políticos e econômicos que constituem uma sociedade.

Nessa ordem de considerações, e juntamente com todos os resultados obtidos com esta pesquisa, sugere-se que sejam feitos estudos para identificar os reais interesses das leis que podem ser interpretadas como sendo de ações afirmativas com fundamentação teórica de intelectuais da área da educação ou das ciências sociais.

Sugere-se, também, estudos sobre as produções acadêmicas que tratam do assunto das ações afirmativas, para realizar análises mais aprofundadas das pesquisas que estudaram as ações afirmativas. Isso permitirá identificar tendências e apontar os rumos que tomam as ações afirmativas haja vista que no contexto atual muitas universidades públicas, federais e estaduais, do país, já implementaram uma política pública nessa perspectiva.

Enfim, o estudo da temática das ações afirmativas é amplo e, reforçamos mais uma vez que nesta pesquisa o objetivo foi de analisar as teses e as dissertações bem como os seus resumos. A compreensão aprofundada de conceito para continuar os estudos sobre as ações afirmativas se faz necessário, afinal, esta pesquisa não teve o objetivo de esgotar, ou de contemplar todas as possibilidades de estudos possíveis de serem realizados com as ações afirmativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESKY, Jacques d'. Ações afirmativas e igualdade de oportunidades. **Plataforma democrática**. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14528.pdf>
Acesso em 31 jan. 2014.

ALTAFIN, Juarez. **Cotas na universidade**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. 142p. ISBN 9788570782748

ANDRADE, Francisco Jatobá de. **Classe, raça e ação afirmativa**: a política de inclusão social numa universidade pública de Pernambuco. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2012. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-09112012-122850/pt-br.php> Acesso em 31 jan. 2013.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Historia da educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Moderna, 1997. 255 p. ISBN 8516015602

ARAÚJO NETO, Fernando Peixoto. **Estudos do combate à discriminação racial como modo de ação afirmativa dos direitos fundamentais no âmbito laboral**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2011. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-14062012-105851/pt-br.php> acesso em 25 jul. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas para citações (NBR 10.520). Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/10520-Citas.pdf> Acesso em 27 abr. 2014

AVILA, Mariangela Mattos. **O significado das cotas para estudantes negros do Instituto Federal de Santa Catarina**: Campus São José. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2012. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000875395> Acesso em 25 fev. 2013.

BACCHETTO, João Galvão. **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000)**: a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2003. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07082003-114804/pt-br.php> Acesso em 15 fev. 2013.

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. 2. ed. Barcelona: Anagrama, 1989. 254p.

BLANCHE, Robert. **A epistemologia**. Lisboa; Rio de Janeiro, RJ: Presença: Martins Fontes, 1975. 161p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.465 de 3 de julho de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Brasília, DF: 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf Acesso em: 15 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: 1989. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7853-24-outubro-1989-365493-normaatualizada-pl.pdf> Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9100-29-setembro-1995-372892-normaatualizada-pl.pdf> Acesso em: 15 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: 1997. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-normaatualizada-pl.pdf> Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Brasília, DF: 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3298-20-dezembro-1999-367725-normaatualizada-pe.pdf> Acesso em: 23 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 4.886 de 20 de setembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Brasília, DF: 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4886-20-novembro-2003-497663-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 16 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 10.678 de 23 de maio de 2003**. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Brasília, DF: 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10678-23-maio-2003-496733-normaatualizada-pl.pdf> Acesso em: 23 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 3.627 de 28 de abril de 2004.** Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Brasília, DF: 2004. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=254614>

Acesso em: 16 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004.**

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Brasília, DF: 2004. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=248684&filename=M PV+213/2004 Acesso em: 23 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-norma-pl.html> Acesso em: 16 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html>

Acesso em: 16 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012.** Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SisU. Diário Oficial da União. ed. n. 214 de 6 de novembro de 2012. Brasília, DF: 2012. Disponível em:

<http://static07.mec.gov.br/sisu/portal/data/portaria.pdf> Acesso em: 16 abr. 2013.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm Acesso em: 17 abr. 2013.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio. Brasília, DF: 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm Acesso em: 17 abr. 2013.

CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. **O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2005. Disponível em:

<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376509> Acesso em: 01 ago. 2012.

CAMARGO, Fernanda Furtado. **Cursinho pré-vestibulares populares e o caso da Unesp:** alguns condicionantes à sua criação e transformação. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2009. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2009/camargo_ff_me_araf.cl.pdf Acesso em: 31 jul. 2012.

CARVALHO, Camila Magalhães. **Por uma perspectiva crítica de direitos humanos:** o caso das cotas para a população negra no acesso ao ensino superior. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-26032012-135021/pt-br.php> Acesso em: 25 jul. 2012.

CARRICO, Janaina Speglish de Amorin. **Tapete Vermelho para elefante branco:** o embate entre as diferenças dos alunos da Universidade. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2008. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000439859> Acesso em: 02 ago. 2012.

COMVEST (Comissão Permanente para os Vestibulares). **Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social – PAAIS.** Disponível em: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/paais.html> Acesso em: 17 abr. 2013.

CRUZ, Luis Felipe Mendonça. **Ações afirmativas e o princípio de igualdade.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-03092012-092058/pt-br.php> Acesso em: 31 jul. 2012.

CRUZ, Leonardo Borges. **Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de luta do movimento negro atual.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2006. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110042P8/2006/cruz_lb_me_mar.p df Acesso em: 01 ago. 2012.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de (Coaut. de); MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris (colab.). **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 9. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 263 p.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade.** Ano 23, n. 79. Ago.2002. p. 257-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em: 27 fev. 2013.

FOGARI, Maria Luisa da Costa. **Serviço social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2010. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bfr/33004072067P2/2010/fogari_mlc_me_fran.pdf Acesso em: 31 jul. 2012.

FOLHA de S. Paulo. STF decide por unanimidade que sistema de cotas é constitucional. São Paulo, 26 abr. 2012. **Caderno Educação**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saber/1082098-stf-decide-por-unanimidade-que-sistema-de-cotas-e-constitucional.shtml> Acesso em: 17 abr. 2013.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2009. 140 p. ISBN 9788587478399

FUVEST (Fundação Universitária para os Vestibulares). **Programa de Inclusão Social da USP**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://fuvesthomologa.pta.com.br/portal/Fuvest/conteudo.aspx?nCdsite=3&nCdConteudo=32&nCdCategoria=73&nCdMenu=190&nCdMenuGuia=190> Acesso em: 18 abr. 2013.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. 2010. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000782607&opt=1> Acesso em: 02 ago. 2012.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003. p.15-58. ISBN 8574902601

GUARNIERI, Fernanda Vieira. **Cotas universitárias: perspectivas de estudantes em situação de vestibular**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-05112009-202847/pt-br.php> Acesso em: 31 jul. 2012.

GUERRINI, Estela Waksberg. **Ações afirmativas para negros nas Universidades Públicas Brasileiras: O caso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (2001-2008)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-23112010-094208/pt-br.php> Acesso em: 31 jul. 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O Acesso de negros às universidades públicas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília, DF: INEP, 2003. p. 193-214.

HADDAD, Sérgio (Coord). **O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: SP. Ação Educativa, 2000. 123 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002519.pdf> Acesso em: 21 jan. 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2001. 2922 p. ISBN 857302383X

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1975. 112 p.

JESUS, Fabi. **Quem é o negro no Brasil?:** uma análise discursiva de artigos que versam sobre a adoção de cotas em universidades públicas. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Linguística. 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000466275&opt=1> Acesso em: 02 ago. 2012.

JORNAL da Unicamp. **Um programa que entrou para a história**. Campinas, 15 a 21 abr. 2013. N. 557. Ano XXVII. p. 4.

KASAI, Maria Inês Nunes. **Cor pobreza e ação afirmativa:** o projeto geração XXI (SP, 1999/2006). Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social. 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-104623/pt-br.php> Acesso em: 31 jul. 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil:** o estado em questão. Brasília, DF: INEP: REDUC, 1987. 125p.

LINHARES, Milton. **Políticas públicas de inclusão social na América Latina:** ações afirmativas no Brasil e México. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-31082012-114202/pt-br.php> Acesso em: 18 fev. 2013.

MALOMALO, Bas' Ilee. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil:** políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009). Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2010. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2010/malomalo_b_dr_araf.cl.pdf Acesso em: 31 jul. 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. **Proposta de ações afirmativas no Brasil:** o acesso da população negra no ensino superior. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2000. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20072003-172034/pt-br.php> Acesso em: 04 mar. 2013.

MOEHLECKE, Sabrina. **Fronteiras da igualdade no ensino superior:** excelência e justiça racial. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07012005-100851/pt-br.php> Acesso em: 31 jul. 2012.

MUNANGA, Kabengele. Política de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO,

Valter Roberto. (Org.). **Educação e Ações Afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, DF: INEP, 2003. p.115-128.

MUNIZ, Kassandra. **Linguagem e identificação:** uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Linguística. 2009. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000467557> Acesso em: 02 ago. 2012.

NORÕES, Kátia Cristina. **Cotas raciais ou sociais?** Trajetória, percalços e conquistas na implementação de ações afirmativas no ensino superior público 2001-2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000859219&fd=y> Acesso em: 26 fev. 2013.

NUNES, Antônio de Assis. **O sistema de cotas para negros na universidade federal do maranhão:** uma política de ação afirmativa para a população afromaranhense. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2011. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110040P5/2011/nunes_aac_dr_mar.pdf Acesso em: 31 jul. 2012.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**. v. 35, n.124, p. 43-55, jan/abr.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf> Acesso em: 22 mar. 2013.

PRG-UNICAMP (Pró-Reitoria de Graduação da Unicamp). **ProFis Programa de Formação Interdisciplinar Superior**. Disponível em: <http://www.prg.unicamp.br/profis/> Acesso em: 17 abr. 2013.

PRG-USP (Pró-Reitoria de graduação da USP). **Programa de Avaliação Seriada da USP**. São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.prg.usp.br/?page_id=361 Acesso em: 18 abr. 2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 20. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 207p. ISBN 9788585701109

RIO DE JANEIRO (RJ). **Lei nº 3.708 de 9 de novembro de 2001**. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do estado do rio de janeiro e à universidade estadual do norte fluminense, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: 2001. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/827dde52958a6dd203256b030063db70?OpenDocument> Acesso em: 16 abr. 2013.

RODRIGUES, Carolina Cantarino. **Política de ação afirmativa e o embate entre representação sobre as relações raciais no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000314350> Acesso em: 02 ago. 2012.

RODRIGUES, Carolina Cantarino. **Entre corpos, tempos e sujeitos: ciências, políticas e artes improvisando identidades**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000795689> Acesso em 04 mar. 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**. v.6, n.19, set./dez.2006. p.37-50. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?ddl=237&dd99=view> Acesso em 27 fev. 2013.

SANCHEZ GAMBOA, Silvio Ancizar. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009. 174 p.

SANCHEZ GAMBOA, Silvio Ancizar. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapeco: Argos, 2007. 193 p. (Didáticos). ISBN 9788598981710 (broch.).

SANTOS, Marla Andressa de Oliveira. **O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22062012-131929/pt-br.php> Acesso em: 17 jul.2012.

SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003. 215p. ISBN 8574902601

SARZEDAS, Letícia Passos de Melo. **Criança Negra e Educação: Um estudo etnográfico na escola**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2007. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048021P6/2007/sarzedas_lpm_me_a_ssis.pdf Acesso em: 01 ago. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. 4.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 164 p. (Educação contemporânea). ISBN 8585701544

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciencia filosofica**. São Paulo, SP: Cortez: Autores Associados, 1980. 224p.

SECRETARIA de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). **Sobre a secretaria**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/sobre> Acesso em: 05 abr. 2013.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. Ação afirmativa e cotas para afro-descendentes: algumas considerações sociojurídicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A editora, 2003. p. 59-73. ISBN 8574902601

SILVA, Maria do Socorro. **Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2009. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-26112009-160000/pt-br.php> Acesso em: 31 jul. 2012.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca P. **Alfabetização**. Brasília-DF: MEC/Inep/Comped, 2000. 173p. Disponível em:

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BE35088B3-B51D-482A-827D-66061A4AE11E%7D_alfabetiza%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 28 fev. 2013.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, SP: 2005. Disponível em:

<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000358583> Acesso em: 30 jan. 2014.

SOUZA, Francislê Neri; COSTA, António Pedro; MOREIRA António. “WebQDA – Software de Apoio à Análise Qualitativa”. In: Rocha, A.; Sexto, C.F. ; Reis L.P.; Cota, M.P. (Ed.) **Atas da 5ª Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação (CISTI2010)**, p. 293-298, publicadas pela Associação Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação. Santiago de Compostela, Espanha, 16 a 19 de Junho de 2010. (CD-ROM, ISBN: 978-989-96247-3-3)

Disponível em: https://www.webqda.com/wp_site/wp-content/uploads/2012/06/CISTI2010_WebQDADevelopment.pdf Acesso em: 27 abr. 2014.

SOUZA, Francislê Neri; COSTA, António Pedro; MOREIRA António. Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do software WebQDA. **EduSer: revista de educação, Inovação em Educação com TIC**, Vol 3(1), 2011. p. 19-30 (ISSN: 1645-4774).

Disponível em: https://www.webqda.com/wp_site/wp-content/uploads/2012/06/artigoEduSer2011.pdf Acesso em: 27 abr. 2014.

SOUZA, Francislê Neri; COSTA, António Pedro; MOREIRA António. “Análise de Dados Qualitativos Suportada pelo Software webQDA”. **Atas da VII Conferência Internacional de TIC na Educação: Perspetivas de Inovação** (CHALLENGES 2011), p. 49-56, Braga, 12 a 13 de maio de 2011, (CD-ROM, ISBN: 978-972-98456-9-7).

Disponível em: https://www.webqda.com/wp_site/wp-content/uploads/2012/06/artigoChallenges2011.pdf Acesso em: 27 abr. 2014.

SOUZA, Marcilene Garcia. **Ações afirmativas e inclusão de negros por "Cotas Raciais" nos serviços públicos do Paraná**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010. Disponível em:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2010/souza_mg_dr_arafel.pdf Acesso em: 31 jul. 2012.

STROISCH, Adriane. **A permanência e o êxito dos alunos cotistas dos cursos superiores do campo São José do Instituto Federal de Santa Catarina (2009-2010)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2012.

Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000875325> Acesso em: 5 abr. 2013.

TERRA. Sob protestos, Unesp confirma adoção do programa de cotas do governo de SP. São Paulo, 13 de março de 2013. **Caderno Educação**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/sob-protestos-unesp-confirma-adocao-do-programa-de-cotas-do-governo-de-sp,f47420c8e666d310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html> Acesso em: 18 abr. 2013.

UNESP. **Manual do candidato**. Fundação Vunesp. 2013. Disponível em: http://vestibular.unesp.br/pdf/2013M/VNSPI215_ManualCandidato.pdf Acesso em: 18 abr. 2013.

UNESP. **Resolução Unesp nº 43 de 27 de agosto de 2013**. Estabelece normas para o concurso vestibular 2014 e dá outras providências. Publicado no DOE de 28.08.2013. Disponível em: http://vestibular.unesp.br/pdf/2014/resolucao_UNESP_43-2013.pdf Acesso em: 04 set. 2013.

UNESP. **Histórico de criação da Unesp**. Disponível em: <http://www.unesp.br/apresentacao/historico.php> Acesso em: 03 set. 2013.

UNICAMP. **Criação da Unicamp**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia/criacao-unicamp> Acesso em: 03 set. 2013.

VITORINO, Diego da Costa. **O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG fonte (Araraquara/SP) à luz dos debates sobre racismo e cultura negra**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2009. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2009/vitorino_dc_me_arafcl.pdf Acesso em: 31 jul. 2012.

ANEXO – 1

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DAS TESES E DAS DISSERTAÇÕES.

DISSERTAÇÕES - USP

1- AUTOR: Marla Andressa de Oliveira Santos

TÍTULO: O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares.

ANO: 2012

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 S237p

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22062012-131929/pt-br.php> Acesso em 17 jul.2012.

2- AUTOR: Fernando Peixoto de Araújo Neto

TÍTULO: Estudos do combate à discriminação racial como modo de ação afirmativa dos direitos fundamentais no âmbito laboral.

ANO: 2011

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 002246045

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-14062012-105851/pt-br.php> acesso em 25 jul. 2012.

3-AUTOR: Luis Felipe Mendonça Cruz

TÍTULO: Ações afirmativas e o princípio da igualdade

ANO: 2011

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): P11-20-23DBC

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-03092012-092058/pt-br.php> Acesso em 31 jul. 2012.

4-AUTOR: Camila Magalhães Carvalho

TÍTULO: Por uma perspectiva crítica de direitos humanos: o caso das cotas para a população negra no acesso ao ensino superior

ANO: 2011

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.724(043)C322p DES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-26032012-135021/pt-br.php> acesso em 25 jul. 2012.

5- AUTOR: Ricardo Ferracini Neto.

TÍTULO: A violência doméstica contra a mulher em seus aspectos criminológicos.

ANO: 2010.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 343.615-055 (043)F411v DPC.

UNIDADE: Faculdade de Direito.

DISPONÍVEL EM: N/C.

6- AUTOR: Estela Waksberg Guerrini

TÍTULO: Ações afirmativas para negros nas Universidades Públicas Brasileiras: O Caso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (2001-2008)

ANO: 2010

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(81) (043) G966a DES

UNIDADE: Faculdade de Direito.

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-23112010-094208/pt-br.php> acesso em 31 jul. 2012.

7-AUTOR: Luiz Antonio Calazans

TÍTULO: Algumas considerações sobre o racismo institucional, discriminação racial e políticas de ação afirmativas no Brasil.

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.724(81) (043) C147aDES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

8-AUTOR: Maria Letícia Puglisi Munhoz

TÍTULO: Diversidade, relações raciais e educação em direitos humanos.

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.724(043)M933d DES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

9-AUTOR: Luiza Barros Rozas.

TÍTULO: Cotas para negros nas Universidades Públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira: por uma nova compreensão epistemológica dos princípios constitucional da igualdade.

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(81) (043)R798c DES

UNIDADE: Faculdade de Direito.

DISPONÍVEL EM: N/C

10-AUTOR: Maria do Socorro da Silva.

TÍTULO: ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil.

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722 (81) (043)S581a DES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-26112009-160000/pt-br.php> acesso em 31 jul. 2012.

11-AUTOR: Edilza Correia Sotero

TÍTULO: Negros no ensino superior: trajetória e expectativa de estudantes de administração beneficiados por políticas de ação afirmativa (ProUni e Cotas) em Salvador.

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 001814502

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

12-AUTOR: Fernanda Vieira Guarnieri

TÍTULO: Cotas Universitárias: perspectivas de estudantes em situação de vestibular.

ANO: 2008

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): N/C

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-05112009-202847/pt-br.php> acesso em 31 jul. 2012.

13-AUTOR: Cibelle Linero Goldfarb.

TÍTULO: As pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: análise do sistema de cotas no Brasil e das peculiaridades do contrato de trabalho.

ANO: 2006

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 34: 331.113.5(81) (043) G569p DTB.

UNIDADE: Faculdade de Direito.

DISPONÍVEL EM: N/C

14-AUTOR: Maria Inês Nunes Kasai.

TÍTULO: Cor pobreza e ação afirmativa: o projeto geração XXI (SP, 1999/2006).

ANO: 2006

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): N/C

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-104623/pt-br.php> acesso em 31 jul. 2012.

15-AUTOR: Denise Pasello Valente Novais

TÍTULO: Discriminação da mulher e direito do trabalho: da proteção à promoção da igualdade.

ANO: 2004

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 34:331.4(81)(043) N821d DTB

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

16-AUTOR: João Galvão Bacchetto.

TÍTULO: Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior.

ANO: 2003.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.61(81.61)B116c

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07082003-114804/pt-br.php> Acesso em 15 fev. 2013.

17-AUTOR: Paulo Lucena de Menezes

TÍTULO: A ação afirmativa no direito norte-americano.

ANO: 2000

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(73)(043) M512a DES
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

18-AUTOR: Sabrina Moehlecke
TÍTULO: Proposta de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior.
ANO: 2000.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T378.3(81)M693p.
UNIDADE: Faculdade de Educação.
DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20072003-172034/pt-br.php> Acesso em 04 mar. 2013.

TESES - USP

1- AUTOR: Francisco Jatobá de Andrade
TÍTULO: Classe, raça e ação afirmativa: a política de inclusão social numa universidade pública de Pernambuco.
ANO: 2012
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 002320511
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-09112012-122850/pt-br.php> Acesso em 31 jan. 2013.

2-AUTOR: Milton Linhares
TÍTULO: Políticas públicas de inclusão social na América Latina: ações afirmativas no Brasil e México.
ANO: 2010.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 002302003
UNIDADE: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-31082012-114202/pt-br.php> Acesso em 18 fev. 2013.

3-AUTOR: Sylvia da Silveira Nunes.
TÍTULO: Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil.
ANO: 2010.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T HT1521N972r e.1
UNIDADE: Instituto de Psicologia.
DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072010-082636/pt-br.php> acesso em 31 jul. 2012.

4-AUTOR: Daniela Ribeiro Ikawa.
TÍTULO: Concepção de ser humano e direito à redistribuição: o caso da ação afirmativa.
ANO: 2006
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(043)I28c DFD
UNIDADE: Faculdade de Direito.

DISPONÍVEL EM: N/C

5-AUTOR: Paulo Lucena de Menezes.

TÍTULO: Reserva de vagas para a população negra e o acesso ao ensino superior: uma análise comparativa dos limites constitucionais existentes no Brasil e nos Estados Unidos da América.
ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(81:71)(043)M512r DES.

UNIDADE: Faculdade de Direito.

DISPONÍVEL EM: N/C

6-AUTOR: Sabrina Moehlecke

TÍTULO: Fronteiras da igualdade no ensino superior: excelência e justiça racial

ANO: 2004

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T 378 M693f

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07012005-100851/pt-br.php> acesso em 31 jul. 2012.

7-AUTOR: Paula Cristina da Silva Barreto

TÍTULO: Racismo e anti racismo na perspectiva de estudantes universitários de São Paulo.

ANO: 2002.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T Barreto, P.C.S.2002.

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.

DISPONÍVEL EM: N/C

DISSERTAÇÕES – UNICAMP

1-AUTOR: Mariangela Mattos Avila

TÍTULO: O significado das cotas para estudantes negros do Instituto Federal de Santa Catarina: Campus São José.

ANO: 2012

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp Av55s.

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000875395>

Acesso em 25 fev. 2013.

2-AUTOR: Adriane Stroisch

TÍTULO: A permanência e o êxito dos alunos cotistas dos cursos superiores do campo São José do Instituto Federal de Santa Catarina (2009-2010).

ANO: 2012.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp St87p.

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000875325>

Acesso em 25 fev. 2013.

3-AUTOR: Fabi Jesus

TÍTULO: Quem é o negro no Brasil?: uma análise discursiva de artigos que versam sobre a adoção de cotas em universidades públicas

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp J499q

UNIDADE: Instituto de Estudos da Linguagem.

DISPONÍVEL EM:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000466275&opt=1> acesso em 02 ago. 2012.

4-AUTOR: Rafael Pimentel Maia

TÍTULO: Análise do desempenho dos alunos da Unicamp do vestibular a conclusão utilizando o U - estatísticas.

ANO: 2008.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp M28a

UNIDADE: Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica.

DISPONÍVEL EM:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000436754&opt=1> Acesso em 01 ago. 2012.

5-AUTOR: Katia Cristina Norões

TÍTULO: Cotas raciais ou sociais? Trajetória, percalços e conquistas na implementação de ações afirmativas no ensino superior público 2001-2010.

ANO: 2011.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp N789c

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000859219&fd=y> Acesso em 26 fev. 2013.

6-AUTOR: Carolina Cantarino Rodrigues

TÍTULO: Política de ação afirmativa e o embate entre representação sobre as relações raciais no Brasil.

ANO: 2004.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp R618p

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000314350> acesso em 02 ago. 2012.

7- AUTOR: Vinicius Gaspar Garcia.

TÍTULO: Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente.

ANO: 2005.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp G165q.

UNIDADE: Instituto de Economia.

DISPONÍVEL EM:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377003&fd=y> Acesso em 04 mar. 2013.

TESES – UNICAMP

1-AUTOR: Kassandra Muniz

TÍTULO: Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil.

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp M925L

UNIDADE: Instituto de Estudos da Linguagem

DISPONÍVEL EM: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000467557> acesso em 02 ago. 2012.

2-AUTOR: Edwiges Pereira Rosa Camargo

TÍTULO: O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas.

ANO: 2005.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp C14n

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376509> acesso em 01 ago. 2012.

3-AUTOR: Vinicius Gaspar Garcia

TÍTULO: Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho.

ANO: 2010

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp G165p

UNIDADE: Instituto de Economia

DISPONÍVEL EM: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000782607&opt=1> acesso em 02 ago. 2012.

4-AUTOR: Janaina Speglish de Amorin Carrico.

TÍTULO: Tapete Vermelho para elefante branco: o embate entre as diferenças dos alunos da Universidade.

ANO: 2008.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp C234t

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000439859> acesso em 02 ago. 2012.

5-AUTOR: Carolina Cantarino Rodrigues.

TÍTULO: Entre corpos, tempos e sujeitos: ciências, políticas e artes improvisando identidades.

ANO: 2011.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T/Unicamp R618e.

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000795689>
Acesso em 04 mar. 2013.

DISSERTAÇÃO – UNESP

1- AUTOR: Diego da Costa Vitorino

TÍTULO: O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG fonte (Araraquara/SP) à luz dos debates sobre racismo e cultura negra

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): tese 1009

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

DISPONÍVEL EM:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2009/vitorino_dc_me_arafcl.pdf acesso em 31 jul. 2012

2- AUTOR: Fernanda Furtado Camargo

TÍTULO: Cursinho pré-vestibulares populares e o caso da Unesp: alguns condicionantes à sua criação e transformação

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): tese 3875

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

DISPONÍVEL EM:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2009/camargo_ff_me_arafcl.pdf acesso em 31 jul. 2012

3- AUTOR: Maria Luisa da Costa Fogari

TÍTULO: Serviço social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes.

ANO: 2010

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T301.451 F687s

UNIDADE: Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Franca

DISPONÍVEL EM:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bfr/33004072067P2/2010/fogari_mlc_me_fran.pdf acesso em 31 jul. 2012.

4- AUTOR: Letícia Passos de Melo Sarzedas

TÍTULO: Criança Negra e Educação: Um estudo etnográfico na escola.

ANO: 2007

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T- 2328

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Assis

DISPONÍVEL EM:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048021P6/2007/sarzedas_lpm_me_aassis.pdf acesso em 01 ago. 2012

5- AUTOR: Leonardo Borges da Cruz

TÍTULO: Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de luta do movimento negro atual.

ANO: 2006

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 305.80981 C957a

UNIDADE: Faculdade de Filosofia - Marília.

DISPONÍVEL EM:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110042P8/2006/cruz_lb_me_mar.pdf acesso em 01 ago. 2012.

TESES – UNESP

1- AUTOR: Antonio de Assis Cruz Nunes

TÍTULO: O sistema de cotas para negros na universidade federal do maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense.

ANO: 2011

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.81096 N972s

UNIDADE: Faculdade de Filosofia - Marília/SP.

DISPONÍVEL EM:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110040P5/2011/nunes_aac_dr_mar.pdf acesso em 31 jul. 2012.

2- AUTOR: Marcilene Garcia de Souza

TÍTULO: Ações afirmativas e inclusão de negros por "Cotas Raciais" nos serviços públicos do Paraná.

ANO: 2010

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Tese 4012

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

DISPONÍVEL EM:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2010/souza_mg_dr_arafcl.pdf acesso em 31 jul. 2012.

3- AUTOR: BasÍlele Malomalo

TÍTULO: Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009)

ANO: 2010

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

DISPONÍVEL EM:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2010/malomalo_b_dr_arafcl.pdf acesso em 31 jul. 2012.

4- AUTOR: Regina Luzia Marcondes de Arruda Lima.

TÍTULO: Cotas: uma política de inclusão.

ANO: 2008.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T378.155 L71c

UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia - Franca

DISPONÍVEL EM: N/C

ANEXO - 2

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO – USP

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Não foram localizadas pesquisas dessa natureza.

PÓS-DOCTORADO

Não foram localizadas pesquisas dessa natureza no levantamento bibliográfico.

LIVROS

1-AUTOR: Márcio Mucedula Aguiar

TÍTULO: A especificidade da ação afirmativa no Brasil: o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba - MG

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.16A 23e 28978

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

DISPONÍVEL EM: N/C

2-AUTOR: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. / Luciana de Barros Jaccoud, (ORG)

TÍTULO: A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos.

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 305.80981C758

UNIDADE: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

DISPONÍVEL EM: N/C

3-AUTOR: Cibelle Lineiro Goldfarb.

TÍTULO: Pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: o sistema de cotas no Brasil.

ANO: 2008

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 34:331.113.5(81)G569p BCI

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

4-AUTOR: Kabengele Munanga

TÍTULO: Políticas de ação afirmativa no Brasil: consenso e desacordo na política de cota na universidade pública.

ANO: 2008

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Munanga, K doc 62.

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

DISPONÍVEL EM: N/C

5-AUTOR: Jonas Zoninsein & João Feres Júnior (ORGs)

TÍTULO: Ação afirmativa no Ensino Superior Brasileiro
ANO: 2008
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): LB2321Z87a e.1
UNIDADE: Instituto de Psicologia
DISPONÍVEL EM: N/C

6-AUTOR: Cibelle Linero Goldfarb
TÍTULO: Pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: o sistema de cotas no Brasil
ANO: 2007
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 34:331.113.5 G569p DTB
UNIDADE: Faculdade de Direito
DISPONÍVEL EM: N/C

7-AUTOR: Maria Aparecida Gugel.
TÍTULO: Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho: reserva de cargos em empresas: emprego apoiado.
ANO: 2007
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.7-056.26(81)G969p DES
UNIDADE: Faculdade de Direito
DISPONÍVEL EM: N/C

8-AUTOR: Roberta Fragoso Menezes Kaufmann.
TÍTULO: ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?: uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil.
ANO: 2007
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(81:73)K32a DES
UNIDADE: Faculdade de Direito
DISPONÍVEL EM: N/C

9-AUTOR: Alain Renault
TÍTULO: Égalité ET discriminations: um essai de philosophie politique appliquée.
ANO: 2007
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.45(44)R396e
UNIDADE: Faculdade de Educação.
DISPONÍVEL EM: N/C

10-AUTOR: João Feres Júnior & Jonas Zoninsein.
TÍTULO: Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas.
ANO: 2006
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378R314a
UNIDADE: Escola de Artes, Ciências e Humanidades
DISPONÍVEL EM: N/C

11-AUTOR: Sidney Madruga
TÍTULO: Discriminação positiva: ações afirmativas na realidade brasileira.
ANO: 2005
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(81)M157d BCI

UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

12-AUTOR: Ana Elisa de Carli dos Santos.
TÍTULO: Ação afirmativa e cotas: um percurso pela imprensa brasileira (1995-2002)
ANO: 2005
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): T Santos, Ana Elisa de C.2005.
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.
DISPONÍVEL EM: N/C

13-AUTOR: Terry H. Anderson
TÍTULO: The pursuit of fairness: a history of affirmative action.
ANO: 2004 -
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(73)(091)A561p DES
UNIDADE: Faculdade de Direito
DISPONÍVEL EM: N/C

14-AUTOR: Serge Atchabahian.
TÍTULO: Princípio da igualdade e ações afirmativas.
ANO: 2004.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(81)A884p BCI
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

15-AUTOR: William G. Bowen.
TÍTULO: O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade.
ANO: 2004
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.120973B786c
UNIDADE: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.
DISPONÍVEL EM: N/C

16-AUTOR: Faye Crosby.
TÍTULO: Affirmative action is dead: long live affirmative action.
ANO: 2004. London
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(43)C958a DES
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

17-AUTOR: Sandro Nahmias Melo.
TÍTULO: O direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência: ação afirmativa: o princípio constitucional da igualdade.
ANO: 2004.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 34:331.113.5(81)M486d BCI.
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

18-AUTOR: Mario Ricciardi

TÍTULO: Pluralismo e liberta fondamentali.

ANO: 2004

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.34 R379p DES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

19-AUTOR: Thomas Sowell.

TÍTULO: Affirmative action around the world: an empirical study.

ANO: 2004

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722 S719a DES

UNIDADE: Faculdade de Direito.

DISPONÍVEL EM: N/C

20-AUTOR: Mitchell J. Chang [et. al.]

TÍTULO: compelling interest: examining the evidence on racial dynamics in colleges and universities

ANO: 2003.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): e-Book, Projeto CRUESP, FAP Livros 2006, Processo FAPESP nº 05/03940-8

UNIDADE: N/C

DISPONÍVEL EM: N/C

21-AUTOR: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva & Valter Roberto Silvério.

TÍTULO: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.

ANO: 2003

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 E24

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.

DISPONÍVEL EM: N/C

22-AUTOR: Kabengele Munanga

TÍTULO: Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas.

ANO: 2003

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Munanga, K. doc 24.

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.

DISPONÍVEL EM: N/C

23-AUTOR: Renato Emerson do Santos & Fátima Lobato (ORGs)

TÍTULO: Ações afirmativas contra as desigualdades raciais.

ANO: 2003

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 A185L

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: N/C

24-AUTOR: Cidinha da Silva

TÍTULO: ações afirmativas em educação: experiências brasileiras.

ANO: 2003

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 371.98(81) A185s
UNIDADE: Faculdade de Educação.
DISPONÍVEL EM: N/C

25-AUTOR: Ahyas Siss
TÍTULO: Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas
ANO: 2003
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451(81) S623a
UNIDADE: Faculdade de Educação.
DISPONÍVEL EM: N/C

26-AUTOR: Steven M. Cahn
TÍTULO: The affirmative action debate.
ANO: 2002.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(73) A194 DES
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

27-AUTOR: Dedice G. Delgado; Paola Cappellin, Vera Soares (ORGs)
TÍTULO: Mulher e trabalho: experiência de ação afirmativa.
ANO: 2002
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.113.4 M922 1ed. DTB.
UNIDADE: Faculdade de Direito
DISPONÍVEL EM: N/C

28-AUTOR: Sandro Cesar Sell.
TÍTULO: Ação afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil.
ANO: 2002.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 S467a
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.
DISPONÍVEL EM: N/C

29-AUTOR: Paulo Lucena de Menezes.
TÍTULO: A ação afirmativa no direito norte americano.
ANO: 2001.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(73) M512a DES
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

30-AUTOR: Joaquim B. Barbosa Gomes
TÍTULO: Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA.
ANO: 2001
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722 G614a DES
UNIDADE: Faculdade de Direito
DISPONÍVEL EM: N/C

31-AUTOR: Maria Aparecida Silva Bento (ORG)

TÍTULO: Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades.

ANO: 2000

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): HD4831 B478a e.1

UNIDADE: Instituto de Psicologia

DISPONÍVEL EM: N/C

32-AUTOR: William G. Bowen.

TÍTULO: The Shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions.

ANO: 2000

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378 (73=96) B782s

UNIDADE: Faculdade de Direito.

DISPONÍVEL EM: N/C

33-AUTOR: Rosana Heringer

TÍTULO: A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil.

ANO: 1999.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 001322387

UNIDADE: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C.

34-AUTOR: Robert Post & Michael Rogin

TÍTULO: Race and representation: affirmative action.

ANO: 1998

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(73) R117 DES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

35-AUTOR: Terry Eastland

TÍTULO: Ending affirmative action: the case for colorblind justice.

ANO: 1997

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722 (73) E12e DES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

36-AUTOR: Ronilda Ribeiro

TÍTULO: Políticas de ação afirmativa e a temática racial no projeto de educação para a paz.

ANO: 1997

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): GN645.B33E24

UNIDADE: Instituto de Psicologia.

DISPONÍVEL EM: N/C

37-AUTOR: Alayde Sant'anna

TÍTULO: Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos

ANO: 1997

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 M961

UNIDADE: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

38-AUTOR: Barbara R. Bergmann

TÍTULO: In defense of affirmative action

ANO: 1996

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.133(73) B499i

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: N/C

39-AUTOR: George E. Curry & At AL.

TÍTULO: The affirmative action debate.

ANO: 1996

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722(73) A194 DES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

40-AUTOR: John David Skrentny

TÍTULO: The ironies of affirmative action: politics, culture, and justice in America.

ANO: 1996

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722 (73)

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

41-AUTOR: Steven M. Cahn

TÍTULO: Affirmative action and the university: a philosophical inquiry

ANO: 1993

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.722:378(73) A194 DES

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

42-AUTOR: John Brigham

TÍTULO: The Constitution of interest: Beyond the politics of rights

ANO: 1996

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 001649844 – KF384.B75

UNIDADE: Faculdade de Direito

DISPONÍVEL EM: N/C

RESUMO

1-AUTOR: Ronilda Ribeiro

TÍTULO: ancestralidade africana, cidadania brasileira e as políticas de ação afirmativa para valorização dos afro-descendentes no Brasil.

ANO: 1997.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Periódico. (AM+SR/11)

UNIDADE: Instituto de Psicologia.
DISPONÍVEL EM: N/C

2-AUTOR: Ronilda Ribeiro
TÍTULO: Políticas de ação afirmativa e a construção de cidadania no Brasil.
ANO: 1997
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Periódico (AM=SRo/17)
UNIDADE: Instituto de Psicologia.
DISPONÍVEL EM: N/C

CD- ROM:

1-AUTOR: Eleny Mitrulis
TÍTULO: Reflexões a propósito de um programa de ação afirmativa para acesso ao ensino superior público.
ANO: 2005
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): N/C
UNIDADE: N/C
DISPONÍVEL EM: Simpósio realizado no Rio de Janeiro, RJ de 16 a 18 de novembro de 2005

ARTIGOS

1-AUTOR: Márcia Lima
TÍTULO: Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula.
ANO: 2010
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): N/C
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf> acesso em 31 jul. 2012.

2-AUTOR: Marcelo da Costa Pinto Neves
TÍTULO: As ações afirmativas e a exclusão recorrente. Notas sobre políticas de quotas para pessoas com deficiência no âmbito das organizações públicas e privadas brasileiras.
ANO: 2008
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): DES
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

3-AUTOR: Estêvão Mallet
TÍTULO: Direito do trabalho, igualdade e não discriminação
ANO: 2008.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): DTB
UNIDADE: Faculdade de Direito
DISPONÍVEL EM: N/C

4-AUTOR: Fernanda Vieira Guarnieri.
TÍTULO: Ações afirmativas na educação superior: rumos das discussão nos últimos cinco anos.
ANO: 2007

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): pcd R191 p.70-78. 1640412
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras de Ribeirão Preto.
DISPONÍVEL EM: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a10v19n2.pdf> acesso em 31 jul. 2012.

5-AUTOR: Kabengele Munanga.
TÍTULO: ação afirmativa e processo de construção da identidade negra no Brasil.
ANO: 2007.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Munanga, K doc54.
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.
DISPONÍVEL EM: N/C

6-AUTOR: Kabengele Munanga
TÍTULO: Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos.
ANO: 2006.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Munanga, k. doc50
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.
DISPONÍVEL EM: N/C

7-AUTOR: Fernando Dias Menezes de Almeida.
TÍTULO: Igualdade e inclusão social: estudo de casos concretos no sistema educacional.
ANO: 2005
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): (N5-40) DBC
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: [Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 100, p. 209-221, 2005](#) acesso em 31 jul.2012.

8-AUTOR: Myriam Krasilchik
TÍTULO: USP Leste surge como ação afirmativa.
ANO: 2005
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 001436459
UNIDADE: Faculdade de Educação.
DISPONÍVEL EM: N/C

9-AUTOR: Enoque Ribeiro dos Santos.
TÍTULO: As affirmative actions (ações afirmativas) e a nova redação da OJ (Orientação Jurisprudencial)
ANO: 2004.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): DTB
UNIDADE: Faculdade de Direito.
DISPONÍVEL EM: N/C

10-AUTOR: Manoel Gonçalves Ferreira Filho.
TÍTULO: Aspectos jurídicos das ações afirmativas.
ANO: 2003
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): DTB [Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, ano 69, n. 2, p. 72-79, jul./dez. 2003](#)

UNIDADE: Faculdade de Direito
DISPONÍVEL EM: N/C

11-AUTOR: Munanga Kabengele
TÍTULO: Ação Afirmativa em benefício da população negra
ANO: 2003.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Munanga, K. doc33
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.
DISPONÍVEL EM: N/C

12-AUTOR: Munanga Kabengele
TÍTULO: Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa de cotas.
ANO: 2001
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Munanga, K. doc 63.
UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.
DISPONÍVEL EM: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/515/464> acesso em 31 jul. 2012.

13-AUTOR: Macedo, R.B.M.*
TÍTULO: Ação afirmativa
ANO: 1995
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 000889470
UNIDADE: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.
DISPONÍVEL EM:
http://dedalus.usp.br/F/26EGP5671FKAYTG1861DMQR9FNYQ67GP4QRDAIXI9QKYMGBT62-89924?func=full-set-set&set_number=014237&set_entry=000117&format=999 Acesso em 14 fev. 2013.

*Não foi possível localizar o nome completo do autor pela ficha disponível no site acima.

E-BOOK (LIVROS ON-LINES - FORMATO NÃO IMPRESSO)

1-AUTOR: Andrea Guerrero
TÍTULO: Silence at boalt hall: The dismantling of affirmative action.
ANO: 2002
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Livro Eletrônico – acesso restrito a USP/ Unicamp e Unesp.
UNIDADE: N/C
DISPONÍVEL EM: N/C

2-AUTOR: Annis May Timpson
TÍTULO: Women's employment equality and child care in Canadian public policy.
ANO: 2001
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 001880128
UNIDADE: N/C
DISPONÍVEL EM: N/C

3-AUTOR: Kul B. Rai & John W. Critzer

TÍTULO: affirmative action and the university: race, ethnicity, and gender in higher education employment

ANO: 2000

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Livro eletrônico – acesso restrito a USP/ Unicamp e Unesp.

UNIDADE: N/C

DISPONÍVEL EM: N/C

4-AUTOR: Thomas D. Boston

TÍTULO: affirmative action and Black entrepreneurship

ANO: 1999

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Livro eletrônico – acesso restrito a USP/ Unicamp e Unesp.

UNIDADE: N/C

DISPONÍVEL EM: N/C

5-AUTOR: Rosana Heringer

TÍTULO: A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil.

ANO: 1999.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 C787

UNIDADE: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana.

DISPONÍVEL EM: N/C

6-AUTOR: Mildred Garc ia

TÍTULO: affirmative action's testament of hope: strategies for a new era in higher education.

ANO: 1997

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Livro eletrônico – acesso restrito a USP/ Unicamp e Unesp

UNIDADE: N/C

DISPONÍVEL EM: N/C

7-UTOR: Marjorie Griffin Cohen

TÍTULO: Training the excluded for work: access and equity for women, immigrants first nations, youth, and people with low income.

ANO: 2003

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Livro eletrônico – acesso restrito a USP/ Unicamp e Unesp

UNIDADE: N/C

DISPONÍVEL EM: N/C.

8-AUTOR: Mitchell J. Chang

TÍTULO: Compelling interest: examining the evidence on racial dynamics in colleges and universities

ANO: 2003

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Livro eletrônico – acesso restrito a USP/ Unicamp e Unesp
UNIDADE: N/C
DISPONÍVEL EM: N/C

9-AUTOR: Thomas E. Weisskopf
TÍTULO: Affirmative action in the United States and India: a comparative perspective
ANO: 2004
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): e-Book, Projeto CRUESP, FAP Livros 2006, Processo FAPESP nº 05/03940-8 – Acesso restrito.
UNIDADE: N/C
DISPONÍVEL EM: N/C

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO – UNICAMP

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

1-AUTOR: Tamiris Proença Bonilha.
TÍTULO: Ações afirmativas: um estudo sobre a integração do aluno negro na universidade.
ANO: 2008
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): B64a
UNIDADE: Faculdade de Educação
DISPONÍVEL EM: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000437114>
Acesso em 26 fev. 2013.

2-AUTOR: Karina Maria Zylewicz dos Santos
TÍTULO: Cotas para negros em universidades públicas
ANO: 2007.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): TCC/Unicamp Sa 59c
UNIDADE: Faculdade de Educação
DISPONÍVEL EM: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=36742> acesso em 01 ago. 2012

PÓS-DOCTORADO

1-AUTOR: Paulo Gomes Lima
TÍTULO: ações afirmativas como eixo de inclusão de classes sociais menos favorecidas a universidade brasileira: um terceiro olhar entre pontos e contrapontos
ANO: 2009
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): TESE/ L628a

UNIDADE: Faculdade de Educação
DISPONÍVEL EM: N/C

LIVROS

1- AUTOR: Renisia Cristina Garcia Filice.

TÍTULO: Raça e Classe: na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas.

ANO: 2011.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 323.12 F476r

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: N/C

2-AUTOR: Monica Grin

TÍTULO: "Raça": debate público no Brasil (1997-2007)

ANO: 2010

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 305.800981 G884r

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

DISPONÍVEL EM: N/C.

3- AUTOR: Dagoberto José Fonseca

TÍTULO: Políticas públicas e ações afirmativas

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 328.81F733p

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: N/C

4- AUTOR: Sabine Righetti (Org.)

TÍTULO: Direito à educação: aspectos constitucionais.

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.81 D628.

UNIDADE: Instituto de Estudos da Linguagem

DISPONÍVEL EM: N/C.

5-AUTOR: Valter Roberto Silvério; Sabrina Moehlecke (ORG).

TÍTULO: Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-durban.

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 370.19342 Ac71

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: N/C.

6- AUTOR: Escola Superior do Ministério Público da União.

TÍTULO: Políticas de cotas: mitigação da isonomia em ação afirmativa?

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.81 P759

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

7- AUTOR: John W. Johnson.

TÍTULO: Affirmative action

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.1330973 J633a

UNIDADE: Núcleo de Estudos de Política Pública. NEPP

DISPONÍVEL EM: N/C

8- AUTOR: James P. Sterba

TÍTULO: Affirmative action for the future

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.73085 St45a

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

DISPONÍVEL EM: N/C

9- AUTOR: Jonas Zoninsein; João Feres Junior. (org).

TÍTULO: Ação afirmativa no ensino superior brasileiro.

ANO: 2008.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378 Aç14.

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: N/C.

10- AUTOR: Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, et. al.

TÍTULO: Por uma política de ações afirmativas: problematizações do programa de conexões de saberes, UFGRS.

ANO: 2008.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.103098165

UNIDADE: Instituto de Estudos da Linguagem

DISPONÍVEL EM: N/C.

11- AUTOR: Daniela Ikawa

TÍTULO: Ações afirmativas em universidades.

ANO: 2008.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301 In1a

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

12- AUTOR: André Augusto Brandão (org.)

TÍTULO: Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação

ANO: 2007.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 370.19342 C825

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

13- AUTOR: Maria Auxiliadora Lopes & Maria Lucia de Santana Braga

TÍTULO: Acesso e permanência da população negra no ensino superior.

ANO: 2007

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 371.97 Ac35.

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: N/C

14- AUTOR: Alain Renault

TÍTULO: Égalité et discriminations: un essai de philosophie politique appliquée

ANO: 2007.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 309.144 R291e.

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

15- AUTOR: João Feres Júnior, Marina Pombo de Oliveira, Verônica Toste Daflon (ORGs)

TÍTULO: Guia bibliográfico multidisciplinar: ação afirmativa Brasil – África do Sul – Índia – Estados Unidos.

ANO: 2007.

NÚMERO DE CHAMADA(NÚMERO DE REGISTRO): 304 G94

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

16- AUTOR: John Arthur

TÍTULO: Race, equality, and the burdens of history.

ANO: 2007.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 305.800973 Ar77r

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

17- AUTOR: João Feres Júnior & Jonas Zoninsein

TÍTULO: Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas.

ANO:2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378 Ac14

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: N/C

18- AUTOR: Carlos Alberto Steil

TÍTULO: Cotas raciais na Universidade: um debate

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.81 C825

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

DISPONÍVEL EM: N/C

19- AUTOR: José Jorge de Carvalho.

TÍTULO: Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão da cota no ensino superior.

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.260981 C253i (Tem duas edições).

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: N/C

20- AUTOR: Rowena A. Robles

TÍTULO: Asian Americans and the shifting politics of race: the dismantling of affirmative action at an elite public high school.

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 371.9795073 R541a

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: N/C

21- AUTOR: José Jorge de Carvalho

TÍTULO: O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro.

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.19829 C253c

UNIDADE: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero.

DISPONÍVEL EM: N/C

22- AUTOR: Gustavo Lins Ribeiro

TÍTULO: O mestiço no armário e o triângulo negro no Atlântico: para um multiculturalismo híbrido.

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.19829 R354m

UNIDADE: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero.

DISPONÍVEL EM: N/C

23- AUTOR: Kabengele Munanga

TÍTULO: O negro no Brasil de hoje.

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 305.896081 M92n

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

24- AUTOR: Carlos da Fonseca Brandão.

TÍTULO: As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?

ANO: 2005.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.81 B733c

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: N/C

25- AUTOR: José Jorge de Carvalho

TÍTULO: Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior.

ANO: 2005

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.260981 C253i

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

26- AUTOR: Ministério da Saúde

TÍTULO: Programa estratégico de ações afirmativas: população negra e AIDS
ANO: 2005.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 305.896081 P943
UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: N/C

27- AUTOR: Thomas E. Weisskopf.
TÍTULO: Affirmative action in the United State and India: a comparative perspective
ANO: 2004.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.26 W438a
UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
DISPONÍVEL EM: N/C

28-AUTOR: José Bernardino, Daniela Galdino (ORGs)
TÍTULO: Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade.
ANO: 2004.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.81 L575
UNIDADE: Insitituto de Filosofia e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: N/C

29- AUTOR: Terry H. Anderson
TÍTULO: The pursuit of fairness: a history of affirmative action.
ANO: 2004.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.1330973 An23p
UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: N/C

30- AUTOR: Renato Emerson dos Santos e Fátima Lobato (org.)
TÍTULO: ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais.
ANO: 2003
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 323.12 Ac71
UNIDADE: Faculdade de Educação
DISPONÍVEL EM: N/C

31- AUTOR: Petronilha Beatriz Gonçalves e Valter Silvério da Silva
TÍTULO: Educação e Ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.
ANO: 2003
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 370.19342 Ed83
UNIDADE: Faculdade de Educação.
DISPONÍVEL EM: N/C

32- AUTOR: Cristiana Bastos
TÍTULO: Buenas Prácticas: para mejorar La educación em América Latina
ANO: 2003.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.26 B862
UNIDADE: Núcleo de Estudos de Política Pública.

DISPONÍVEL EM: N/C

33- AUTOR: Mitchell J. Chang [ET AL]

TÍTULO: Compelling interest: examining the evidence on racial dynamics in colleges and universities.

ANO: 2003

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.19829 C738

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: N/C

34- AUTOR: Daniel Sabbagh

TÍTULO: L'égalité par Le droit: les paradoxes de La discrimination positive aux Etats- Unis

ANO: 2003.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.1330973 Sa13e

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

35- AUTOR: Fred L. Pincus

TÍTULO: Reverse discrimination: dismantling the myth

ANO: 2003

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 305.0973 P652r

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

36- AUTOR: Faye J. Crosby & Cheryl VanDeVeer. (Orgs)

TÍTULO: Sex, race and merit: debating affirmative action in the education and employment.

ANO: 2003.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.19829 Se91

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

37- AUTOR: Steven M. Cahn.

TÍTULO: The affirmative action debate.

ANO: 2002.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.1330973 Af27.

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

38- AUTOR: Lani Guinier

TÍTULO: who's qualified?

ANO: 2001.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.1330973 G943w

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

39- AUTOR: Sônia Malheiros Miguel

TÍTULO: A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro.

ANO: 2000.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.4120981 M588p.

UNIDADE: Núcleo de Estudos de População

DISPONÍVEL EM: N/C

40-AUTOR: Maria Aparecida Silva Bento (org)

TÍTULO: Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades.

ANO: 2000

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 158.7 Ac1

UNIDADE: Faculdade de Educação

DISPONÍVEL EM: N/C

41- AUTOR: Didice G. Delgado, Paola Cappellin, Vera Soares (ORGs)

TÍTULO: Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa.

ANO: 2000.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.412 M898

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

42-AUTOR: Rosana Heringer (org)

TÍTULO: A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil.

ANO: 1999

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.45196081 C81

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

DISPONÍVEL EM: N/C

43-AUTOR: Paul Ong - Editor.

TÍTULO: Impacts of affirmative action: policies and consequences in California

ANO: 1999

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.13309794 Im7

UNIDADE: Faculdade de Educação.

DISPONÍVEL EM: N/C.

44-AUTOR: Robert Post & Michael Rogin

TÍTULO: Race and representation: affirmative action

ANO: 1998

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.1330973. R114

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DISPONÍVEL EM: N/C

45- AUTOR: Christopher F. Edley

TÍTULO: Not all Black and white

ANO: 1996

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.730873 Ed53n

UNIDADE: Instituto de filosofia e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: N/C

46- AUTOR: John David Skrentny.
TÍTULO: The ironies of affirmative action: politics, culture and justice in America
ANO: 1996.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.1330973 Sk62i
UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: N/C

47- AUTOR: Malô Simões Lopes Ligoscki & Marlene Libardoni.
TÍTULO: Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade.
ANO: 1996.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.4 D634
UNIDADE: PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero. - COCEN.
DISPONÍVEL EM: N/C

48- AUTOR: PUC/SP.
TÍTULO: Mínimos de cidadania: ações afirmativas de enfrentamento à exclusão social
Cidadania
ANO: 1994
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 362.5 M699
UNIDADE: Núcleos de Estudos de Políticas Públicas
DISPONÍVEL EM: N/C

49- AUTOR: Gertudre Ezorsky
TÍTULO: Racism and justice: the case for affirmative action.
ANO: 1991
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.1330973 Ez76r
UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: N/C

50- AUTOR: Fred Bergsten, et. al.
TÍTULO: Auction quotas and United States trade policy
ANO: 1987.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 382.520973 Au22
UNIDADE: Instituto de Economia
DISPONÍVEL EM: N/C

51- AUTOR: Carlos Fulgencio da Cunha Peixoto
TÍTULO: A sociedade por cotas de responsabilidade limitada: (Doutrina, jurisprudência,
Legislação e prática)
ANO: 1944 e 1958
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 346.066 P359s
UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: N/C

VÍDEO - DVD

1-AUTOR: Carlos Henrique Romão de Siqueira & Ernesto Ignácio de Carvalho
TÍTULO: Sob o signo da justiça: a luta pelas cotas na Universidade de Brasília.
ANO: 2005.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): DVD-073
UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
DISPONÍVEL EM: N/C

Disponíveis no site da COMVEST: ARTIGOS

1- AUTOR: Rafael Pimentel Maia, Hildete Prisco Pinheiro, Aluisio de Souza Pinheiro.
TÍTULO: Heterogeneidade do desempenho de alunos da UNICAMP do ingresso à conclusão.
ANO: 2009.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):
<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012.
UNIDADE: Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares)
DISPONÍVEL EM: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200015&lng=pt&nrm=iso acesso em 02 ago. 2012.

2- AUTOR: Leandro Tessler, Renato Pedrosa.
TÍTULO: PAAIS: a experiência de um programa de ação afirmativa na Unicamp.
ANO: 2008
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):
<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acessp em 02/08/2012
UNIDADE: Comvest
DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo6.pdf> acesso em 02 ago. 2012.

3- AUTOR: Leandro Tessler.
TÍTULO: Por uma diversidade institucional.
ANO: 2008
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):
<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012
UNIDADE: Comvest
DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos/ExpressaoJuridica.pdf>
acesso em 02 ago. 2012

4- AUTOR: Leandro Tessler
TÍTULO: Múltiplas escolhas
ANO: 2007.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):
<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012
UNIDADE: Comvest

DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos/ArtigoCartaCapital.pdf>
acesso em 02 ago. 2012

5- AUTOR: Maurício Kleinke.

TÍTULO: O vestibular Unicamp e a inclusão social: experiências e perspectivas.

ANO: 2007

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012

UNIDADE: Comvest

DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo7.pdf> acesso em 02 ago. 2012

6- AUTOR: José Norberto W. Dachs, Rafael Pimentel Maia

TÍTULO: Subsídios quantitativos para repensar as políticas de acesso à universidade

ANO: 2006

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012.

UNIDADE: Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares)

DISPONÍVEL EM: <http://www.nepp.unicamp.br/index.php?p=11> acesso em 02 ago. 2012.

7- AUTOR: Leandro Tessler.

TÍTULO: Ação afirmativa sem cotas: o programa de ação afirmativa e a inclusão social da Unicamp.

ANO: 2006

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012

UNIDADE: Comvest

DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo1.pdf> acesso em 02 ago. 2012

8- AUTOR: Renato H. L. Pedrosa, Norberto W. Dachs, Rafael P. Maia, Cibele Andrade.

TÍTULO: Educational and socioeconomic background of undergraduates and academic performance: consequences for affirmative action programs at a brazilian research.

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigos.html> acesso em 02/08/2012

UNIDADE: Comvest

DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo2.pdf> acesso em 02 ago. 2012

9- AUTOR: Leandro Tessler

TÍTULO: Ação afirmativa na Unicamp.

ANO: 2006

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012

UNIDADE: Comvest

DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo3.pdf> acesso em 02 ago. 2012

10- AUTOR: Leandro Tessler

TÍTULO: Cota não é sinônimo de ação afirmativa

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012

UNIDADE: Comvest

DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo4.pdf> acesso em 02 ago. 2012

11- AUTOR: Leandro Tessler

TÍTULO: Cotas raciais ou sociais? Nenhuma das duas: por programas de ação afirmativa nas universidades federais.

ANO: 2006.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> acesso em 02/08/2012

UNIDADE: Comvest

DISPONÍVEL EM: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo5.pdf> acesso em 02 ago. 2012

12- AUTOR: Renato H. L. Pedrosa

TÍTULO: Em igualdade de condições, alunos de graduação da Unicamp que estudaram na rede pública têm desempenho acadêmico Superior.

ANO: 2004

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO):

<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigos.html> acesso em 02/08/2012

UNIDADE: Comvest

DISPONÍVEL EM: http://www.comvest.unicamp.br/vest2004/desempenho_publica.pdf acesso em 02 ago. 2012

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO – UNESP

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

1-AUTOR: Pedro Naves Magalhães

TÍTULO: Acessibilidade e a inserção das pessoas portadoras de deficiência no meio urbano sob a tutela das ações afirmativas.

ANO: 2010

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): TCC-D 341.273 M168a

UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia - Franca

DISPONÍVEL EM: N/C

2-AUTOR: Mirian Miotto Barboza

TÍTULO: Ações afirmativas e ingresso de negros no ensino superior: questões e debates acadêmicos sobre políticas educacionais inclusiva

ANO: 2007

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): TRAB. 2788 CD-ROM
UNIDADE: Faculdade de Ciência e Tecnologia - Presidente Prudente/SP
DISPONÍVEL EM: N/C

3-AUTOR: Valter Bettio Júnior
TÍTULO: Ações afirmativas e as cotas universitárias para negros
ANO: 2006
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): TCC-D 341.2722 B466a
UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia - Franca
DISPONÍVEL EM: N/C

4-AUTOR: Maria Marta Dias da Silva
TÍTULO: ações afirmativas em políticas de educação superior: a questão das cotas na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/ Paranaíba/MS no período de 2004 a 2006.
ANO: 2006
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): TCC 378.155 S581a
UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia - Franca.
DISPONÍVEL EM: N/C

5-AUTOR: Amanda Galdino Vieira de Matos.
TÍTULO: “Lei de cotas” para ingresso nas universidades públicas brasileiras
ANO: 2006.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): TCC-H 378.155 M381L
UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia – Franca.
DISPONÍVEL EM: N/C

6-AUTOR: Lucinéia Aparecida da Silva.
TÍTULO: ações afirmativas e da escola no processo de ensino-aprendizagem.
ANO: 2005
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): PF 318/06
UNIDADE: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - São José do Rio Preto
DISPONÍVEL EM: N/C

7-AUTOR: Rodrigo Nascimento Maciel
TÍTULO: O princípio constitucional da igualdade e as cotas universitárias para negros.
ANO: 2004
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): TCC-D 341.2722 M139p.
UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia - Franca
DISPONÍVEL EM: N/C

PÓS-DOCTORADO

Não foram localizadas pesquisas dessa natureza.

LIVROS

1-AUTOR: Monica Grin

TÍTULO: “Raça”: debate público no Brasil (1997-2007)

ANO: 2010

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 305.80981 G866r 93.012

UNIDADE: Faculdade de Filosofia – Marília.

DISPONÍVEL EM: N/C

2- AUTOR: Matilde Ribeiro.

TÍTULO: As políticas de igualdade racial no Brasil.

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Sala Africa Igualdade racial R484p 90485.

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

DISPONÍVEL EM: N/C.

3-AUTOR: Dagoberto José Fonseca

TÍTULO: Políticas públicas e ações afirmativas

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 F676p e.2 81823

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

DISPONÍVEL EM: N/C

4- AUTOR: Claudio Thomas, Thaís Zimbwe (Org).

TÍTULO: Encontro Nacional de Juventude Negra: novas perspectivas na militância étnico/racial.

ANO: 2008.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Sala Africa Juventude E58 90520.

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

DISPONÍVEL EM: N/C.

5-AUTOR: Maria Lúcia de Santana Braga, Maria Helena Vargas da Silveira (ORGs)

TÍTULO: O programa diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista

ANO: 2007.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 379.2P964 77973

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara.

DISPONÍVEL EM: N/C

6-AUTOR: Benjamin S. Gonçalves

TÍTULO: O compromisso das empresas com a promoção da igualdade racial.

ANO: 2006

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 658.408 C737i 84.991

UNIDADE: Relação internacional

DISPONÍVEL EM: N/C

7-AUTOR: Sales Augusto dos Santos (org)

TÍTULO: Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas

ANO: 2005

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 A185 79.259
UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Assis.
DISPONÍVEL EM: N/C

8-AUTOR: Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior
TÍTULO: Responsabilização objetiva do Estado: segregação institucional do negro e adoção de ações afirmativas como reparação aos danos causados.
ANO: 2005.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 342.1513 V715
UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia
DISPONÍVEL EM: N/C

9-AUTOR: Sales Augusto dos Santos (ORG.)
TÍTULO: Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.
ANO: 2005.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 A185 73.259
UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras – Assis.
DISPONÍVEL EM: N/C

10-AUTOR: Sandro Nahmias Melo
TÍTULO: O direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência: o princípio constitucional da igualdade: ação afirmativa.
ANO: 2004
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.59 M528d 77.914
UNIDADE: Faculdade de Filosofia – Marília.
DISPONÍVEL EM: N/C

11-AUTOR: Renato Emerson dos Santos
TÍTULO: Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais
ANO: 2003
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 A167
UNIDADE: Faculdade de Ciência e Tecnologia - Presidente Prudente
DISPONÍVEL EM: N/C

12-AUTOR: Cidinha da Silva (Org)
TÍTULO: Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras.
ANO: 2003
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.155 A167
UNIDADE: Faculdade de Ciência e Tecnologia - Presidente Prudente.
DISPONÍVEL EM: N/C

13-AUTOR: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva & Valter Roberto Silvério (orgs)
TÍTULO: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.
ANO: 2003.
NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 Ed24 SP/16358
UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.
DISPONÍVEL EM: N/C

14-AUTOR: Álvaro Ricardo de Souza Cruz

TÍTULO: O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismos de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência.

ANO: 2003.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 341.2722 C96d

UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Franca.

DISPONÍVEL EM: N/C

15- AUTOR: Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial.

TÍTULO: Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial.

ANO: 2003.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Sala Africa Igualdade Racial P779 90472.

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

DISPONÍVEL EM: N/C.

16- AUTOR: Hédio Silva Júnior (Org.)

TÍTULO: O papel da cor nas políticas de promoção da igualdade: anotações sobre a experiência do município de Santo André.

ANO: 2003.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 301.451 P232.

UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Franca.

DISPONÍVEL EM: N/C.

17-AUTOR: Joaquim B. Barbosa Gomes

TÍTULO: Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: (o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA)

ANO: 2001.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 340 G633a 70.934

UNIDADE: Faculdade de Filosofia – Marília.

DISPONÍVEL EM: N/C

18-AUTOR: Paulo Lucena de Menezes

TÍTULO: A ação afirmativa no direito norte-americano.

ANO: 2001.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 341.20973 M512a 2001

UNIDADE: Faculdade de Ciências Humanas e Sociologia - Franca

DISPONÍVEL EM: N/C

19-AUTOR: John David Skrentny

TÍTULO: Color lines: affirmative action, immigration, and civil rights options for America.

ANO: 2001.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 331.133973 C719 71.692

UNIDADE: Faculdade de Filosofia – Marília.

DISPONÍVEL EM: N/C.

20-AUTOR: Maria Aparecida Silva Bento

TÍTULO: Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades

ANO: 2000.

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 158.7 A153 70.094

UNIDADE: Campus Bauru

DISPONÍVEL EM: N/C

21-AUTOR: Isaura Beloni

TÍTULO: Política de ação afirmativa para a democracia e a igualdade

ANO: N/C

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): 378.4 M848u v.1

UNIDADE: Grupo de informática documentária

DISPONÍVEL EM: N/C

ARTIGOS

Não foram localizadas pesquisas dessa natureza.

VÍDEO - (Fita de Vídeo)

1-AUTOR: II - Colóquio do NUPE

TÍTULO: As cotas como ações afirmativas

ANO: N/C

NÚMERO DE CHAMADA (NÚMERO DE REGISTRO): Vídeo Event/ FCL116

UNIDADE: Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

DISPONÍVEL EM: N/C

ANEXO – 3

RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES E DAS TESES.

DISSERTAÇÕES - USP

1- Título: O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Autor: Marla Andressa de Oliveira Santos

Resumo:

Inserida no campo de estudo das relações raciais e ações afirmativas, esta pesquisa teve como objetivo principal conhecer as percepções raciais apresentadas por alunos auto classificados negros da Faculdade Zumbi dos Palmares e averiguar, no entendimento destes alunos, o que a experiência de cursar esta faculdade influenciou na maneira como significam esta pertença racial. Localizada na cidade de São Paulo, a Faculdade Zumbi dos Palmares (FZP) é uma instituição privada, de caráter comunitário e sem fins lucrativos que foi criada em 2003 com o objetivo de atender à demanda da população negra por formação em nível superior. Essa iniciativa pretendia constituir uma faculdade de excelência que, além da formação acadêmica, pudesse proporcionar aos estudantes negros um espaço de construção e afirmação da identidade racial por meio de currículos marcados pela transversalidade, que abordam diretamente a questão do negro na sociedade brasileira. Para atender aos seus objetivos, a faculdade instituiu um sistema de cotas raciais no qual destina 50% de suas vagas a alunos auto declarados negros. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada entre os anos de 2009 e 2011, a partir de visitas de observação e entrevistas individuais baseadas em questionários semi-estruturados. Foram realizadas cinco entrevistas com alunos dos cursos de Direito e Administração de Empresas e uma entrevista com uma representante da instituição. Os roteiros utilizados pretendiam abarcar diferentes aspectos da vida dos entrevistados e da rotina da faculdade, bem como suas percepções sobre identidade racial e o modo como compreendiam as relações raciais a partir de suas experiências na FZP. Do ponto de vista teórico, essa pesquisa se apoiou nos conceitos de raça, pertencimento racial, socialização e ação afirmativa. Os resultados evidenciam a influência não só do discurso da FZP, mas também da convivência com outros jovens estudantes negros, em um ambiente que se mostrou bastante estimulante e acolhedor ao debate das questões raciais comuns àqueles estudantes. Este contexto comprovou-se propício ao desenvolvimento de um pertencimento racial, entendido aqui como a auto-inclusão em uma coletividade na qual se compartilham valores, anseios e aspirações implicando comprometimento ativo com um projeto de sociedade que vá ao encontro dessas aspirações, ainda que marcado por contradições com os ideais de individualismo e competitividade presentes neste tipo de projeto de ascensão social.

Palavras-chave: Ações afirmativas; ensino superior; negros; pertencimento racial; relações sociais.

Fonte: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22062012-131929/pt-br.php>
Acesso em 25 abr. 2013.

2- Título: Estudos de combate à discriminação racial como modo de ação afirmativa dos direitos fundamentais no âmbito laboral.

Autor: Fernando Peixoto de Araújo Neto

Resumo:

A presente dissertação analisa o racismo no Brasil e busca investigar, sob a ótica sociológica, jurídica e juístral, as contradições no conteúdo das legislações com o que ocorre de fato nas relações empregatícias, tentando elucidar formas de combater a discriminação racial como modo de afirmar os direitos fundamentais no âmbito laboral. Para tanto, inicialmente, será feita uma explanação histórico-social do processo de fixação do racismo no pensamento intelectual e suas consequências sociais pós-abolição. Consecutivamente, avaliar-se-á o racismo na Constituição da República, dando-se ênfase aos instrumentos legais e políticos complementares, implementados em nome da dignidade humana e da igualdade dos indivíduos perante a lei. Partindo destes dois aspectos (histórico-social e jurídico-legislativo), o estudo estará voltado para as ações afirmativas como meio de combate à discriminação racial no ambiente de trabalho mostrando, através de dados estatísticos, que valores e comportamentos discriminatórios ainda são presentes em nosso país, mas que a fundamentabilidade do direito ao trabalho deve prevalecer.

Palavras-chave: Ambiente de trabalho; direito do trabalho discriminação no emprego; discriminação racial.

Fonte: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-14062012-105851/pt-br.php> Acesso em 25 abr. 2013.

3 - Título: Ações afirmativas e o princípio de igualdade.

Autor: Luis Felipe Mendonça Cruz

Resumo:

Ao enunciado da igualdade pode-se atribuir corretamente dois princípios jurídicos: o princípio da igualdade fática e o princípio da igualdade jurídica. Esses princípios, todavia, estão frequentemente em colisão, configurando um aparente paradoxo. A partir da teoria dos princípios, por conferir aos princípios jurídicos o caráter de mandamentos de otimização, é possível solucionar o aparente paradoxo por meio da máxima da proporcionalidade. As medidas de ação afirmativa, por sua vez, visam a fomentar o princípio da igualdade jurídica. Conquanto restrições a direitos fundamentais com a estrutura de princípio só é possível no caso concreto. Desse modo, as medidas de ação afirmativa são, em geral, um instrumento facultado ao Estado para perseguir fins constitucionalmente determinados independentemente dos critérios de diferenciação adotados.

Palavras-chave: Ações afirmativas, direitos humanos.

FONTE: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=201114533002010119P7> Acesso em 26 fev. 2013.

4 - Título: Por uma perspectiva crítica de direitos humanos: o caso das cotas para a população negra no acesso ao ensino superior público.

Autor: Camila Magalhães Carvalho

Resumo:

No presente trabalho, pretendemos realizar um exercício de reflexão sobre duas questões inter-relacionadas que, hoje, são temas de intenso debate jurídico-político em nossa sociedade: o papel dos direitos humanos na dinâmica social e as cotas étnico-raciais enquanto políticas afirmativas de inclusão do segmento negro ou afrodescendente. O exercício reflexivo consiste em buscar construir uma perspectiva crítica, que enfatize a aproximação dessas duas experiências jurídicas, os direitos humanos e a política de cotas para a população negra, no sentido de compreender as

possibilidades de ações sociais transformadoras de uma realidade estruturada por relações de exclusão desse grupo na sociedade brasileira. Quanto aos direitos humanos, observa-se, por um lado, o incômodo sentido contemporaneamente em razão da inefetividade das suas normas jurídicas, por meio da permanência de graus elevados de todos os tipos de desigualdades sociais, e, por outro lado, reitera-se a sua condição de instrumento no combate às injustiças sociais. Essa tensão sugere a necessidade de uma reflexão contínua sobre seus fundamentos e sua metodologia. A partir de elementos teóricos emprestados da teoria crítica frankfurtiana, sugere-se uma necessária ampliação da concepção formalista e positivista do direito, tendo em vista a dialética entre a teoria jurídica de direitos humanos e a práxis social correspondente, da qual novas formas conceituais se desenvolvem, entendendo a demanda por cotas "raciais", enquanto política focalizada ou afirmativa, como uma exigência de reconhecimento da identidade individual e coletiva dos negros e, por isso, de proteção da dignidade desses indivíduos dentro da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, impende desenvolver uma análise crítica do processo de construção das relações entre brancos e negros no Brasil, fortemente marcado por atitudes e práticas discriminatórias, nas esferas pública e privada, contra a população negra, que permanece excluída do gozo efetivo dos direitos fundamentais, buscando perceber de que maneira o racismo condiciona as desigualdades entre brancos e negros no Brasil. Destaca-se, nesse processo, a própria memória do período escravagista, o ideal do branqueamento da elite brasileira do fim do século XIX, o racismo científico, a miscigenação e o mito da democracia racial. Por meio de um diálogo introdutório com a teoria crítica de Axel Honneth sobre a luta por reconhecimento, sugere-se que o processo de formação da sociedade brasileira, dentro do qual essas relações "raciais" hierarquizadas se manifestam, afetou negativamente na construção das identidades individual e coletiva dos negros, violando a dignidade desses indivíduos, haja vista o potencial das experiências de desrespeito social, como a exclusão, a privação de direitos e a desvalorização social, sofridas pela população negra, de atingirem afetivamente os sujeitos, no âmbito das suas formas de autorrealização. Sob a perspectiva honnetiana, sugere-se que a política de cotas para a população negra no acesso ao ensino superior público, ao redistribuir o direito social à educação a partir da valorização das diferenças, produz novas condições intersubjetivas de reconhecimento, conduzindo, em algum nível, à transformação da realidade desigual entre brancos e negros no Brasil.

Palavras-chave: Direitos humanos; ensino superior; cotas.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=201114333002010119P7>

Acesso em 04 mar. 2013.

5- Título: A violência doméstica contra a mulher em seus aspectos criminológicos.

Autor: Ricardo Ferracini Neto.

Resumo:

A presente dissertação detém o objetivo de discutir a questão da Violência Doméstica contra a Mulher dentro do desenvolvimento social que afeta a questão de igualdade de gêneros. Optou-se por um início de discussão com fulcro na evolução do debate sobre a questão de gênero iniciada no pós 2a Guerra Mundial. Discute-se a implementação da ideia de uma nova perspectiva de gêneros a partir da concepção de transversalidade. Para tanto, buscou-se um debate dos vários tratados internacionais afetos e direcionados ao tema, desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem até finalmente a incorporação da ideia de transversalidade expressamente pela Convenção de Beijing, em 1995. A partir de então, passou-se a uma discussão identificando os percalços sofridos pelos mais variados pontos do mundo na busca da implementação da ideia de

transversal idade de gêneros e a busca da efetivação da nova perspectiva para a matéria. Para tal debate, foi realizada primeiramente uma análise comparativa das evoluções das legislações comparadas no período entre o pós 2a Guerra e a atualidade. Discutem-se as legislações de países da Ásia, Europa e dos Estados Unidos da América, e então o contexto brasileiro, com toda a evolução do Direito da Mulher no país desde a época da colonização. Após tratou-se de contrapor o avanço normativo na busca da igualdade de gêneros e a facticidade da implementação destas normas no cotidiano. A educação mostra-se o principal veículo para minorizar o distanciamento existente entre o tópico teórico-normativo e a facticidade, visto o grande hiato existente entre ambos, com sérias dificuldades para ser rompido. Estas dificuldades são expostas no debate apresentado, com a indicação da evolução de ocupação de espaço da mulher na sociedade, mas ao mesmo tempo a manutenção de antigos dogmas que impedem a real efetivação do exercício de igualdade entre os gêneros. Para que se entenda este distanciamento entre a norma e o exercício factível, discutiu-se o Princípio da Igualdade e a questão da implementação das Ações Afirmativas no Direito. Chegou-se então, na análise de como o Direito Penal atinge a questão da busca de igualdade de gênero, e os limites constitucionais nos quais o Direito Penal está submetido, para que seja inserido na busca da equivalência de gênero. A introdução das "ações positivas" no Direito Penal é um dos pontos de destaque na retórica. A partir de então, chega-se ao ponto central da discussão que é a transposição de todo o anteriormente discutido frente à Violência Doméstica contra a Mulher. Esmiúça-se a questão tratada a partir de seu conceito, passando por suas formas de expressão, por sua inserção no contexto sociológico, apresentando-se os danos pessoais e coletivos por ela causados, indicando a necessidade de se estancar tal evolução. Retoma-se a discussão sobre a inserção das ações afirmativas para o combate à Violência Doméstica contra a Mulher, indicando-se formas de Políticas Públicas direcionadas para o tema, inclusive no que toca ao comportamento europeu. Por outro lado, expõe-se a impossibilidade da aplicação das ações afirmativas por meio do Direito Penal no combate da Violência Doméstica contra a Mulher, novamente realizando uma análise comparada com as legislações de vários países, inclusive dos que adotaram tal prática. Chega-se, assim, à análise da lei 11.340/2006 no Brasil, fruto de uma aplicação distorcida do que se entende por combate à Violência Doméstica contra a Mulher no país. Dentro desta inserção, obtém-se a conclusão sobre a inconstitucionalidade da lei tratada, por não atender a diversos princípios constitucionais, mas principalmente por não respeitar a perspectiva de gênero trazida pelos novos rumos dos tratados internacionais sobre o tema e, por conseguinte, ferir a dignidade humana. Por fim, indicam-se meios para a busca do combate da Violência Doméstica contra a Mulher desde a efetivação de Políticas Públicas até a atuação em mecanismos restaurativos, de mediação e até por meio de procedimentos judiciais e da atuação do Ministério Público.

Palavras-chave: Violência doméstica.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=201013233002010119P7>
Acesso em 04 mar. 2013.

6- Título: Ações afirmativas para negros nas Universidades públicas brasileiras: o caso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (2001-2008).

Autor: Estela Waksberg Guerrini.

Resumo:

A presente dissertação teve como objeto o estudo do princípio da igualdade e das ações afirmativas. O objetivo específico foi o de investigar se nas decisões julgadas de 2001 a 2008 do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, o argumento racial foi mais utilizado que o

argumento social. O recorte espacial se deu em função de esse estado ser o único a instituir reserva de vagas em suas universidades públicas por meio de lei estadual. O recorte temporal justifica-se pelo fato de o ano de 2001 ter sido praticamente o primeiro ano de vigência da primeira lei estadual, e o ano de 2008 ter sido o último ano de coleta de julgados na página eletrônica do Tribunal. O trabalho está dividido em duas partes: na primeira parte, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o princípio da igualdade e suas diferentes acepções, sobre as ações afirmativas e sobre a condição do negro no Brasil. Na segunda parte, uma exposição das leis do estado do Rio de Janeiro foi feita, para em seguida apresentar uma análise dos julgados pesquisados. Ao final, concluiu-se que o argumento racial aparece mais nos julgados do que o social, mas que, ao longo dos anos, esse argumento desaparece gradualmente das decisões, deslocando o eixo da discussão para o critério social da carência. Ademais, concluiu-se que as ações afirmativas são meios legítimos de concretizar o princípio da igualdade, que distinguem-se de medidas universalistas, e devem com elas ser conjugadas.

Palavras-chave: Ação afirmativa.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20103633002010119P7>
Acesso em 04 mar. 2013.

7- Título: Algumas considerações sobre o racismo institucional, discriminação racial e políticas de ação afirmativa no Brasil.

Autor: Luiz Antônio Calazans.

Resumo:

O objetivo do presente estudo é lembrar a condição jurídica e a personalidade civil do negro na pós-escravidão, bem como a ausência de status dignitatis que o reconhecesse como cidadão de direitos e obrigações em sua relação com o Estado brasileiro, à luz dos Direitos Humanos no Brasil e a proteção internacional dos Direitos Humanos. Para isso, será sumariamente discutido o conteúdo evolutivo da dignidade da pessoa humana, levando em conta o peso das teorias raciais e sua transformação em racismo com algumas comparações entre o Brasil e os EEUU no que se refere à forma de manifestação. Da mesma forma, será brevemente analisado o processo de formação do Estado brasileiro a partir do da formação do Estado português no que se refere à composição e modo de operar sob o ponto de vista administrativo e dos direitos humanos fundamentais, em especial quanto à efetivação desses direitos para a população negra, de modo a perceber o sentido reparatório e promocional das Políticas Públicas de Ações Afirmativas. Será analisado também, o conteúdo do que representam a ideologia do racismo institucional e a sua importância no Relatório nº 66 de 2006, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no qual o Brasil foi sancionado por aquela instância do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Racismo institucional; discriminação racial; ações afirmativas.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200918133002010119P7>
Acesso em 04 mar. 2013.

8- Título: Diversidade, relações raciais e educação em direitos humanos.

Autor: Maria Letícia Puglisi Munhóz.

Resumo:

Considerando os princípios da igualdade, solidariedade e direito à diferença, que regem a Constituição Federal e os documentos internacionais de Direitos Humanos, o presente trabalho, com base em produção teórica da área da psicologia social, antropologia, direito e educação e

experiência empírica, investiga os componentes presentes nas relações sociais entre os jovens brancos e negros, que se caracterizam como componentes fornecidos pela cultura brasileira que contribuem para a perpetuação das condutas preconceituosas e da discriminação étnico-racial contra os negros e, conseqüentemente, a desigualdade racial no Brasil. Para a investigação empírica, foram realizadas entrevistas, por meio de um questionário semi-estruturado, com os jovens brancos e negros cotistas que são alunos de algumas universidades brasileiras que implementaram a política de ação afirmativa por meio de cotas raciais. Tudo isso com a finalidade de produzir elementos que venham contribuir para o desenvolvimento de programas educacionais que tenham como objetivo efetivamente promover a eliminação da discriminação racial e o convívio mais igualitário nas relações sociais em um contexto de diversidade, como é o caso da Educação em Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos; discriminação racial; igualdade.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200912233002010119P7>

Acesso em 04 mar. 2013.

9- Título: Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira - por uma compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade.

Autor: Luiza Barros Rozas.

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo o estudo da política de cotas para negros nas universidades públicas e sua compatibilidade com os princípios constitucionais da igualdade e da proporcionalidade. O estudo traz como principal referência a experiência norte-americana, buscando adaptá-la à nossa realidade nacional, mediante análise de projetos de lei e de ações já adotadas em algumas universidades públicas brasileiras. Portanto, esta pesquisa aborda as principais divergências a respeito da implementação da reserva de vagas para negros e a possibilidade de se estabelecer um sistema de discriminação positiva para a efetiva proteção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Ação afirmativa; negros; igualdade; justiça; política pública.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200917133002010119P7>

Acesso em 04 mar. 2013.

10- Título: Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil.

Autor: Maria do Socorro da Silva

Resumo:

No presente trabalho nós pretendemos discutir e analisar o alcance da política de ações afirmativas no combate às desigualdades raciais, decorrentes das práticas racistas no Brasil. Partimos da hipótese de que, uma vez diminuídas as desigualdades raciais, haverá promoção da justiça social pois os recursos serão distribuídos objetivando maior equidade. Desta feita, as ações afirmativas para a população negra constituem-se em instrumento para a Justiça Social. A desigualdade racial é uma violação ao direito humano à igualdade, e a relação das ações afirmativas com os Direitos Humanos refere-se tanto ao direito à igualdade como ao direito à diferença, pois os negros representam um grupo social vulnerável na sociedade. As ações afirmativas para a população negra justificam-se pelas perdas históricas acumuladas, perdas que as tradicionais políticas macro-sociais ou universalistas não seriam capazes de minimizar.

Relevantes estudos e pesquisas realizados em ciências sociais nas décadas de 50 e 70 e as pesquisas estatísticas recentes não deixam dúvida sobre as gritantes desigualdades raciais entre brancos e negros, contrariando a propalada democracia racial. Há quem defenda que as ações afirmativas são inconstitucionais, por ferirem o princípio da igualdade de todos perante a lei, porém é a própria Constituição que impulsiona a busca pela igualdade material, em vários dos seus artigos, o que justifica as ações afirmativas. A partir de 2001 começaram a ser implementadas políticas de cotas para negros nas universidades públicas, o que causou grandes polêmicas e debates acalorados que persistem até hoje. Para uma melhor compreensão das políticas de ações afirmativas como forma de justiça social, serão examinados primeiramente seus antecedentes históricos e alguns conceitos-chave. Posteriormente, aspectos da teoria de justiça social de John Rawls serão criticamente analisados para aclarar o conceito de justiça social. Por fim, através de um levantamento de experiências de ações afirmativas em diversas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), poderemos observar a prática dessa justiça social voltada para a população negra. Conclui-se que as ações afirmativas oferecem uma alternativa válida no processo de promoção da justiça social em benefício desse segmento da população brasileira historicamente injustiçado.

Palavras-chave: Ação afirmativa; desigualdades sociais; Justiça social; negros; universidade publica.

Fonte: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-26112009-160000/pt-br.php> Acesso em: 25 abr. 2013.

11- Título: Negros no Ensino Superior. Trajetória e expectativas de estudantes de administração beneficiados por política de ação (ProUni e Cotas) em Salvador.

Autor: Edilza Correia Sotero.

Resumo:

Nesta dissertação, analiso trajetórias de estudantes negros da cidade de Salvador que, para obtenção do diploma de nível superior no curso de Administração, desenvolvem diferentes estratégias, dentre elas: a escolha por ingressar em instituições de ensino públicas ou privadas, com o benefício da política de cotas ou do ProUni. Situo a pesquisa em um contexto de crescimento de vagas e matrículas em todo o Brasil e, especialmente no estado da Bahia, o que contribui para o crescimento da hierarquização nesse nível de ensino. Com base nesses fatos, procuro compreender em que medida a escolha por uma ou outra forma de ingresso corresponde a diferenças na trajetória e/ou nas expectativas dos estudantes de inserção no mercado de trabalho e ascensão social. **Palavras-chave:** Trajetória educacional; ação afirmativa; PROUNI; negros.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20101033002010028P1> Acesso em 04 mar. 2013.

12- Título: Cotas universitárias: perspectivas de estudantes em situação de vestibular.

Autor: Fernanda Vieira Guarnieri.

Resumo:

Este estudo focaliza as Cotas Universitárias enquanto política pública de Ação Afirmativa na Educação Superior. Por se tratar de uma implantação legislativa recente e de abranger complexas temáticas humanas, como questões étnicas, raciais e sociais, que afetam a referência identitária brasileira e pelo fato de já existirem várias instituições com programas de cotas em funcionamento, faz-se necessário acompanhar as repercussões dessas maneiras em diversos

segmentos da sociedade, sobretudo entre a população diretamente interessada ou seja, os jovens que aspiram ao acesso à universidade. O presente estudo tem como finalidade investigar a opinião de um grupo de vestibulandos a respeito desse assunto. O estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira, 107 estudantes matriculados em cursos pré-vestibulares, distribuídos em dois grupos de cursinhos comunitários (Grupo A, n = 53) e de particulares (Grupo B, n = 54). Os jovens responderam a um questionário contendo temas que focalizam as cotas universitárias e outros que tangenciam o objeto de estudo, como o vestibular, acesso ao Ensino Superior, questões étnicas e raciais e papel do Governo Federal no processo de implementação de medidas afirmativas. Na segunda etapa seis dos participantes foram entrevistados individualmente, sendo três de cada Grupo. A análise quantitativa deu-se mediante o tratamento dos dados obtidos por meio do Questionário, com base na estatística descritiva e a aplicação do teste Qui-quadrado. A análise qualitativa fundamenta-se na teoria sócio-cognitiva de desenvolvimento de carreira com aportes da teoria das representações sociais. Os resultados mostram que em relação à implementação dos programas de cotas universitárias, 54,7% do grupo A concorda com a implementação das cotas, enquanto 81,5% de B discorda. O grupo B parece mais informado sobre assunto, já que 83,3% sabe da existência de pelo menos 14 instituições do Ensino Superior com programas de cotas, contra 67,9% do grupo A. Sobre o Projeto de Lei Federal que institui cotas sociais e étnicas em universidades públicas, o percentual do grupo A que concorda com a implantação da medida é significativamente superior ao do grupo B (64,2% versus 14,8%). Quanto à questão étnico-racial, a maioria dos participantes concorda que há preconceito racial contra negros no Brasil (94,3% em A e 96,3% em B) e que brancos e negros são tratado de maneiras diferenciadas (83% de A e 87% do grupo B). Atribuiu-se à escravidão a causa principal da situação atual de pobreza dos negros 71,7% em A; e 88,9% em B). Outras diferenças e semelhanças entre as opiniões dos dois grupos são analisadas e discutidas.

Palavras-chave: Cotas universitárias; curso pré-vestibular; ensino superior.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20084933002029030P1>

Acesso em: 04 mar. 2013.

13- Título: As pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: análise do sistema de cotas no Brasil e das peculiaridades do contrato de trabalho.

Autor: Cibelle Linero Goldfarb.

Resumo:

O presente trabalho, em síntese, analisa a legislação previdenciária especificamente quanto à previsão do sistema de cotas para pessoas portadoras de deficiência, que deve ser observado e cumprido por empresas com mais de 100 (cem) empregados. Apesar de a legislação em questão ter sido promulgada em 1991, apenas em 1999 o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/91 foi regulamentado, passando, então, a ser exigido o seu cumprimento. Ante o trabalho das autoridades administrativas, em especial, as Delegacias Regionais do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho no sentido de fiscalizar as empresas e, em caso de descumprimento da legislação, firmarem Termos de Compromisso e Termos de Ajuste de Conduta (TAC's), atualmente, a necessidade de contratação de pessoas portadoras de deficiência pelas empresas privadas vem sendo discutida em vários setores e consideráveis avanços foram verificados. Como nem todas as questões atinentes ao tema proposto foram dirimidas pela doutrina e pela jurisprudência, o presente trabalho busca compreender o alcance do artigo 93 da Lei nº 8.213/91, como uma importante ação afirmativa introduzida no ordenamento jurídico brasileiro, seus beneficiários e destinatários, a papel dos órgãos responsáveis pela fiscalização além das questões

polêmicas acerca do tema, como os óbices para cumprimento do previsto na mencionada norma legal, as alternativas e os meios de incentivo para a promoção da contratação de pessoas portadoras de deficiência no mercado formal de trabalho. Por fim, o trabalho analisa os aspectos do contrato de trabalho das pessoas portadoras de deficiência, sem desconsiderar o fato de que toda a legislação trabalhista vigente é absolutamente aplicável a tal grupo de pessoas.

Palavras-chave: NÃO INFORMADO.

FONTE: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20063433002010119P7>
Acesso em 04 mar. 2013.

14- Título: Cor pobreza e ação afirmativa: o projeto geração XXI (SP, 1999/2006).

Autor: Maria Inês Nunes Kasai.

Resumo:

O processo de desenvolvimento intelectual e moral do ser humano como instrumento básico para a inclusão de jovens negros na sociedade paulistana e o impacto do Projeto Geração XXI na vida de vinte um (21) deles, constituem o tema desta Dissertação. E tem como meta retratar, analisar e historicizar o Projeto Geração XXI, da Ong Geledés - Instituto da Mulher Negra. Levanto a discussão relacionada a não existência de racismo contra o afro-descendente no Brasil. Defino em seguida alguns conceitos mais conhecidos acerca do racismo, discriminação e preconceito, enfocando as discussões sobre o tema com historiadores, antropólogos e sociólogos (contemporâneos ou não). Coloco em destaque os vinte um (21) jovens negros, participantes do Projeto Geração XXI, este que reconstrói a realidade desses indivíduos através da Educação e aponto os resultados, que até o presente momento se mostraram positivos. Faço uma discussão acerca do aproveitamento escolar desses jovens desde o início do Projeto em 1999 até o segundo semestre de 2005. Coloco uma discussão acerca das cotas para afro-descendentes. Acrescento as falas de alguns participantes do Projeto Família XXI e da Coordenadora do Projeto Geração XXI, fazendo uso da História Oral. Essa oralidade tem por finalidade reafirmar a inclusão dos jovens após sua inserção no Projeto. Busco fazer uma comparação da situação desses jovens supra citados, dentro da sociedade, antes e depois de sua participações no Projeto Geração XXI. Explico a escolha do tema. A Dissertação apresentada na USP é uma espécie de vitrine e tem por intuito propagar esse projeto, para que outras Ongs possam nele se espelhar, o Estado possa copiar e a Academia possa apoiar e com o passar do tempo, ver encerrada a exclusão sofrida pelo afro-descendente no Brasil

Palavras-chave: Afro-descendente; exclusão; geledés; inclusão; negros; processo de desenvolvimento intelectual e moral; projeto geração XXI e racismo.

Fonte: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-104623/pt-br.php> Acesso em 25 abr. 2013.

15- Título: Discriminação da mulher e direito do trabalho da proteção à promoção da igualdade.

Autor: Denise Pasello Valente Novais.

Resumo:

A definição do objeto de estudo da presente pesquisa deve-se ao interesse em conhecer os determinantes históricos, sociológicos e culturais, que sustentam as ações discriminatórias contra a mulher, e como o Direito se posicionou perante elas, ao longo dos diferentes períodos históricos até os dias de hoje. Mesmo se reconhecendo os avanços legislativos nessa área, o Brasil ainda figura entre os primeiros lugares em matéria de discriminação das mulheres. Este fato pode ser

constatado não somente através de dados demonstrados e analisados pela literatura acadêmico-científica, como por denúncias estampadas em periódicos. Tal conjuntura demanda questionamentos, já que a igualdade de direitos entre homens e mulheres, insculpida na Constituição Federal Brasileira, é posta em xeque quando se analisa a realidade do mercado de trabalho nacional. Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar a discriminação da mulher na relação de emprego e investigar se o tratamento dispensado pelo ordenamento jurídico brasileiro está apto a extirpar as desigualdades entre os sexos. A abordagem teórico-metodológica utilizada caracteriza-se como um estudo descritivo/analítico, amparado em um amplo leque de fontes documentais e bibliográficas complementadas por informações e dados captados via Internet. Na análise da evolução do Direito do Trabalho da Mulher, foi utilizado o método histórico; na análise das normas, que regulamentam o trabalho da mulher, foram necessárias a dogmática e a hermenêutica jurídica. Como se trata de um estudo acerca da discriminação da mulher no emprego, foram abordados, no Capítulo 1, os significados de igualdade, não discriminação, discriminação e discriminação positiva (ação afirmativa). No Capítulo 2, discutiu-se questões relativas à discriminação da mulher, a partir de um enfoque calcado nas relações de gênero. Abordou-se, outrossim, as principais formas de discriminação da mulher no mercado de trabalho. No Capítulo 3, foram analisados dispositivos da Organização das Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e da União Européia. No Capítulo 4, analisou-se o tratamento dispensado pelo ordenamento jurídico pátrio, com o fito de identificar-se se existe uma correspondência entre as normas em vigor e o princípio de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O estudo realizou uma "garimpagem" das normas vigentes, filtrando-as pelas normas constitucionais e internacionais. Pretendeu-se, com isso: a) analisar se os dispositivos insertos na CLT estão de acordo com o princípio de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e b) identificar os avanços da legislação acerca do tema e c) quais os desafios a serem enfrentados. Conclui-se que houve avanços significativos na legislação, como a revogação de normas que, com o propósito de proteger, acabavam prejudicando as mulheres, e a inserção de outras visando coibir atitudes flagrantemente discriminatórias (como a proibição do empregador de exigir teste de gravidez para fins admissionais).

Palavras-chave: Discriminalização da mulher; proteção; direito do trabalho.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200470433002010119P7>
Acesso em: 04mar. 2013.

16- Título: Cursinho pré-vestibular alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior.

Autor: João Galvão Bacchetto.

Resumo:

Este trabalho aborda os cursinhos pré-vestibulares alternativos existentes no Município de São Paulo na década de 1990. Essas organizações surgiram no momento em que o Ensino Médio mais que dobrou sua matrícula, incorporando a camada social mais pobre da população. Procurando garantir o ingresso desses alunos no Ensino Superior, tais pré-vestibulares, além de oferecer o curso a preços populares, passaram a lutar por políticas de ação afirmativa que garantissem a igualdade no acesso, em especial para os alunos da rede pública e estudantes afrodescendentes. A pressão exercida já produziu alguns resultados, como a isenção de taxa em alguns exames seletivos e um maior debate sobre a desigualdade no acesso das universidades públicas. Observou-se em especial as alterações no vestibular da USP, já que esta concentra o maior número de vagas públicas daquele Município.

Palavras-chave: Cursinho; vestibular; ensino superior; igualdade; direito a...

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200390533002010001P6>

Acesso em 04 mar. 2013.

17- Título: A ação afirmativa no direito Norte-Americano.

Autor: Paulo Lucena de Menezes.

Resumo:

O presente estudo versa sobre a ação afirmativa (affirmative action) no regime jurídico norte-americano. Em um primeiro plano, após ser apresentado o conceito de ação afirmativa predominante no meio jurídico, são feitas algumas considerações introdutórias a respeito das principais características do ordenamento jurídico e da organização judiciária dos Estados Unidos, de forma a proporcionar uma melhor compreensão do tópico. Na sequência, o princípio da igualdade jurídica veiculada pela Décima-Quarta Emenda Constitucional norte-americana (equal protection clause) é analisado desde sua origem, enfatizando-se, principalmente, as orientações judiciais firmadas pela Suprema Corte. Com base nessa visão geral, é analisada a evolução histórica da ação afirmativa, tanto na esfera do Poder Executivo como do Poder Judiciário. Por fim, após ser destacada a influência que a experiência norte-americana exerceu sobre os sistemas jurídicos de outros países, tais como o Canadá e a África do Sul, são tecidos alguns comentários sobre as tendências e as dificuldades que envolvem o futuro da ação afirmativa nos Estados Unidos. Complementarmente, foram incluídas algumas notas introdutórias, como adendo ao estudo, sobre o desenvolvimento do tópico no cenário brasileiro.

Palavras-chave: Ação; direito; norte-americano.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200020233002010119P7>

Acesso em: 04 mar. 2013.

18-Título: Proposta de ações afirmativas no Brasil: a acesso da população negra ao ensino superior.

Autor: Sabrina Moehlecke

Resumo:

A presente pesquisa tem como objetivo realizar um mapeamento da discussão de propostas de ações afirmativas voltadas para a população negra no Brasil. Ainda que incipiente, esse debate já suscita diversas polêmicas e leva a questões sobre o que são essas ações, onde existem, o que propõem e por que. A informação corrente no país traz como principal referência a experiência norte-americana, hoje com quase 40 anos, e identifica as ações, fundamentalmente, com o sistema de cotas, como é o caso de alguns projetos de lei que visam a melhoria do acesso da população negra ao ensino superior. Entretanto, à medida que políticas desse tipo vão sendo mais amplamente discutidas e propostas, torna-se necessário um debate mais detalhado definindo seus limites e possibilidades. Através da análise do processo de denúncia, reconhecimento e, principalmente, das formas de combate ao racismo, observa-se que as particularidades da realidade social, política, econômica e racial brasileiras são apreendidas na formulação de ações afirmativas que vão assumindo significados específicos

Palavras-chave: Educação; população negra; e ensino superior.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200048033002010001P6>

Acesso em 04 mar. 2013.

TESES – USP

1- Título: Classe, raça e ação afirmativa: a política de inclusão social numa universidade pública de Pernambuco.

Autor: Francisco Jatobá de Andrade.

Resumo:

O presente trabalho busca analisar a política de cotas na Universidade de Pernambuco, procurando observar seus possíveis impactos na composição racial dos ingressantes nos cursos de graduação da referida instituição. O desenvolvimento desta pesquisa recorreu a seis bancos de dados, referentes aos exames vestibulares entre os anos de 2005 a 2010, os quais foram estudados por meio de uma abordagem quantitativa. Analisamos os efeitos na distribuição racial por cursos específicos, considerando o background social dos vestibulandos, desagregando-os em grupos comparativos por raça e origem escolar (beneficiários ou não da reserva de vagas), bem como outras categorias relevantes. Sistematizamos nossa observação a partir de três aspectos, os quais, segundo propomos, relacionam-se com a elaboração da política de cotas: a trajetória histórica e institucional da universidade; o mercado de ensino profissional superior na região; o contexto de mobilização político-social, especificamente no tocante à temática racial. Esses três pontos são analisados em consonância a uma orientação teórica que busca fundamentar as especificidades da realidade pernambucana no que diz respeito às relações raciais no estado e na composição de um quadro reprodutor de desigualdade durável. Concluímos, por meio da análise dos dados, que a concatenação dessas dinâmicas e especificidades repercute tanto na forma quanto nos efeitos da política de cotas da Universidade de Pernambuco, visto que, de maneira geral, tem levado a uma maior inclusão de estudantes negros advindos de escola pública, ao mesmo tempo em que ficam evidentes as estratégias empregadas pelos estudantes não-negros na reprodução do controle dos nichos ocupacionais mais prestigiosos.

Palavras-chave: Classe; cotas; desigualdade; Pernambuco; raça.

Fonte: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-09112012-122850/pt-br.php> Acesso em 25 abr. 2013.

2-Título: Políticas públicas de inclusão social na América Latina: ações afirmativas no Brasil e México.

Autor: Milton Linhares.

Resumo:

A presente tese de doutorado propõe-se a viabilizar um estudo comparativo entre as políticas públicas voltadas à inclusão social, particularmente, aquelas denominadas de ações afirmativas em dois países da América Latina: Brasil e México. Por meio de metodologia comparativa e adotando-se uma metodologia de cunho interdisciplinar, bem como de abordagem dos processos históricos desses países, e análise das bases de construção de suas sociedades, delimitando-se, especificamente, a presente pesquisa dessas políticas nos países Brasil e México. A investigação foca-se na situação de grupos discriminados por questões de raça e/ou etnia; e que, como consequência disso, situam-se à margem do direito social, fundamental para o pleno exercício da cidadania – a educação. Analisa-se a questão conceitual, teórica e empírica da implantação das políticas públicas de inclusão social sob a modalidade de ações afirmativas, caracterizando sua finalidade, elementos e conteúdos. Apresenta-se um breve histórico da implantação dessas

políticas no contexto norte-americano, onde, aliás, essas políticas têm seu nascedouro. Analisa-se comparativamente a validade e a pertinência da adoção dessas políticas e a necessidade de maior permuta internacional, que tenha por objetivo a integração e o estudo comparativo das políticas públicas de ações afirmativas. O trabalho indica e propõe questões que devem ser levadas em conta na intervenção do Estado para garantir, de maneira substancial, o princípio da igualdade de oportunidades. Defende-se a tese do multiculturalismo e da justiça distributiva como fundamento das políticas públicas de ações afirmativas nos países analisados.

Palavras-chave: Políticas públicas; ações afirmativas; igualdade.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20102433002010134P6>

Acesso em 04 mar. 2013.

3- Título: Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil.

Autor: Sylvia da Silveira Nunes.

Resumo:

O racismo é um tema pouco abordado na psicologia, no entanto, tratase de um problema social sério. Pesquisas têm observado, em vários países, a frequência cada vez maior da forma sutil de preconceito em contraposição à diminuição da forma mais explícita. Nesse sentido, nosso objetivo foi compreender melhor essa nova fisionomia do racismo o preconceito sutil. Uma parte do estudo foi realizada no Brasil e outra, na Espanha. Dentre os vários grupos humanos possíveis de ser alvo de práticas racistas, enfocamos o racismo contra negros no Brasil e contra gitanos na Espanha. Embora existam diferenças na história de cada grupo, é comum entre eles o fato de estar há séculos em território brasileiro e espanhol, respectivamente, e persistirem as práticas discriminatórias contra eles. A presente pesquisa combinou métodos quantitativo (escalas de preconceito sutil e flagrante de Pettigrew e Meertens) e qualitativo (entrevistas). No Brasil, 235 alunos responderam ao questionário e 71 estudantes, na Espanha. Destes, 15 foram entrevistados na pesquisa realizada no Brasil e 4, na Espanha. Para a análise dos dados quantitativos, foram feitas provas estatísticas. Para as entrevistas, foram formuladas categorias de análise. Os dados dos questionários apontaram: (1) maior facilidade dos espanhóis em declarar o racismo; (2) os homens mostraram maior preconceito do que as mulheres, tanto no Brasil quanto na Espanha; (3) houve maior expressão de preconceito sutil do que de preconceito flagrante, nas amostras dos dois países; (4) aproximadamente 75% da amostra brasileira se identifica como branca, mas apenas cerca de um terço tem ascendência branca. Ou seja, grande parte dos participantes são mestiços, mas se identificam como brancos. As entrevistas trouxeram mais elementos para a compreensão do racismo, apontando algumas questões da dinâmica do preconceito racial, tais como o problema da sutileza na discriminação; as brincadeiras racistas; a culpabilização da vítima; a responsabilização do negro para a mudança de sua situação e, com isso, a recusa às propostas de ação afirmativa; a falsa neutralidade na abordagem do tema racial; e, finalmente, a não percepção da racialização presente. As falas não racistas foram poucas e não chegaram a compor uma categoria em separado. Porém, foi possível também estudar a admissão do próprio racismo atitude essa que aponta um caminho para a superação do preconceito racial. Concluímos, enfim, que a presente tese trouxe contribuições para a reflexão do racismo sutil. Sugerimos outras pesquisas e intervenções a fim de que a reflexão sobre esse problema social favoreça a superação do preconceito nas relações humanas.

Palavras-chaves: Racismo.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20103033002010038P7>
Acesso em 04 mar. 2013

4-Título: Concepção de ser humano e direito à redistribuição: o caso da ação afirmativa.

Autor: Daniela Ribeiro Ikawa.

Resumo:

Tendo em vista que constituições estabelecem marcos jurídicos, políticos e morais para uma sociedade, será estudada neste trabalho uma questão constitucional específica - a possibilidade de adotar ações afirmativas de cunho racial em universidades brasileiras -, sob dois marcos: primeiro, sob um marco jurídico-moral, a partir de um princípio norteador adotado em um grande número de constituições, inclusive na Constituição Brasileira - o princípio da dignidade humana - ; e segundo, sob um marco jurídico-político, a partir da análise de argumentos comumente levantados contra essas ações afirmativas no Brasil. Apresenta-se a tese de que existe um direito individual constitucional à redistribuição no caso de ações afirmativas de cunho racial em universidades. Esse direito será delineado pela densificação do princípio da dignidade por outros princípios constitucionais, por um conceito normativo de ser humano e por questões de fato.

Palavras-chave: Não informou.

FONTE: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20064233002010119P7>
Acesso em 04 mar. 2013.

5-Título: Reserva de vagas para a população negra e o acesso ao ensino superior: uma análise comparativa dos limites constitucionais existentes no Brasil e nos Estados Unidos da América.

Autor: Paulo Lucena de Menezes.

Resumo:

Questo studio riguarda la riserva di posti per la popolazione negra nell'accesso all'insegnamento universitario. La scelta del tema deriva dall'importanza che l'argomento ha assunto in Brasile, nel recente passato. Effettivamente, questa modalità di 'azione affermativa' (affirmative action) ha finito con l'essere il modello predominante in diversi progetti di legge presentati al Congresso Nazionale, oltre a far parte dei dibattiti relativi alla riforma universitaria nel paese. Aggiungasi che essa è stata congegnata, in forma abbastanza coraggiosa, come una delle azioni governative previste nel Programma Nazionale dei Diritti Umani. Allo stesso tempo, diverse università brasiliane hanno iniziato, nell'ultimo decennio, una serie di esperienze di questo tipo, avvalendosi di criteri e metodi distinti, il che ha generato aspre polemiche dottrinali e innumerevoli azioni giudiziarie, delle quali una in corso al cospetto del Supremo Tribunale Federale. Lo studio inizia con la definizione della 'azione affermativa' e si sviluppa con l'analisi dell'esperienza nordamericana nella sfera universitaria. Continuando, viene fatto un breve riferimento all'evoluzione dell'azione affermativa in Brasile, genericamente, per poi continuare con l'esame specifico delle politiche esistenti rivolte all'accesso della popolazione negra all'insegnamento superiore. Infine, il tema è analizzato sotto il prisma delle norme costituzionali, concludendosi che questa condotta è in sintonia con l'ordinamento giuridico brasiliano, ma incontra limiti alla sua effettivazione, specificamente nella norma che assicura la garanzia del livello di qualità dell'insegnamento

Palavras-chave: Não informou.

FONTE: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200614833002010119P7>
Acesso em 04 mar. 2013.

6-Título: Fronteira da igualdade no ensino superior: excelência e justiça racial.

Autor: Sabrina Moehlecke.

Resumo:

Políticas de igualdade racial como a ação afirmativa, ao exigirem direitos coletivos e a identificação racial dos grupos beneficiados, perturbam não apenas a noção moderna de igualdade e justiça, segundo a qual a distribuição de bens e posições sociais seria baseada no indivíduo e em seus méritos e talentos naturais, mas também a ideologia brasileira da mestiçagem e da democracia racial, constitutiva de nossa identidade e unidade nacionais, onde não haveria espaço para divisões ou diferenciações de raça. Analisa-se, então, como têm sido recebidas as experiências de ação afirmativa implementadas no Brasil, especialmente no ensino superior, local da excelência e meritocracia. Observa-se seu desenvolvimento nos Estados Unidos, reconstituindo-se seu contexto histórico, as formas assumidas e avaliando-se alguns dos resultados alcançados, através do estudo de caso da Universidade da Califórnia. A seguir, apresenta-se as principais teorias norte-americanas e brasileiras sobre políticas de ação afirmativa, confrontando-as às percepções sobre o tema entre estudantes entrevistados na cidade de São Paulo. Percebe-se existir, para além das explicações sobre identidade nacional e racismo velado, múltiplos fatores a influenciar e motivar os estudantes no apoio ou rejeição a tais políticas.

Palavras-chave: Justiça racial.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2004105533002010001P6>

Acesso em 04 mar. 2013.

7-Título: Racismo e anti-racismo na perspectiva de estudantes universitários de São Paulo.

Autor: Paula Cristina da Silva Barreto.

Resumo:

Esse trabalho analisa os discursos sobre "raça", racismo e anti-racismo no Brasil. Com base em uma pesquisa empírica realizada entre estudantes de uma universidade pública de São Paulo, examina as definições do racismo que tem sido popularizadas na sociedade, e o modo como a sua presença é percebida no cotidiano e nas trajetórias individuais. Além disso, tratadas explanações para a desigualdade racializada e, especificamente, para exclusão dos "negros" de espaços socialmente valorizados, como as universidades públicas brasileiras, examinando o impacto destas sobre as preferências individuais em termos de políticas anti-racistas. O trabalho discute, ainda, as inter'retações divergentes para as posições em relação às políticas anti-racistas e, especificamente, à ação afirmativa presentes no debate público norte-americano e brasileiro em torno do assunto.

Palavras-chave: Racismo; anti-racismo; ensino superior; discurso; educação.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200339133002010028P1>

Acesso em 04 mar. 2013.

1- Título: O significado das cotas para estudantes negros do Instituto Federal de Santa Catarina: Campus São José.

Autor: Mariangela Mattos Avila.

Resumo:

Por meio desta dissertação problematiza-se o significado do ingresso através de cotas, para os estudantes negros do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus São José nos cursos superiores de Licenciatura e Sistema de Telecomunicações. Foi utilizado o questionário como instrumento de pesquisa para analisar o perfil socioeconômico desses estudantes, registrar suas opiniões sobre discriminação racial na sociedade brasileira e no IFSC - Campus São José e identificar qual a compreensão dos estudantes pesquisados sobre ações afirmativas e o programa de cotas nesse estabelecimento de ensino. Com o objetivo de obter um melhor entendimento sobre a relação entre o acesso à educação e o sistema de cotas, abordou-se o processo de escravidão no Brasil, como se deu a construção do mito da democracia racial, bem como as desigualdades educacionais existentes entre negros e brancos no ensino superior. Contextualiza-se as ações afirmativas nos Estados Unidos e no Brasil e os aspectos que distinguem a conquista de políticas de reparação, nestes dois países. A política de cotas no ensino superior tem provocado uma acirrada discussão na sociedade brasileira, sendo os argumentos contrários e favoráveis tratados na presente dissertação e, nesse contexto social e histórico, relata-se como foi implementada a política de cotas para negros no Instituto Federal de Santa Catarina. A pesquisa revelou a importância do programa de ações afirmativas para os estudantes negros que ingressaram pelo sistema de cotas, possibilitando o acesso ao direito de ingresso no ensino superior, ampliando as oportunidades educacional, de mobilidade social e, sobretudo, a reversão de um processo histórico de discriminação.

Palavras-chave: Mito; democracia; programa de ação afirmativa; cotas raciais; ensino superior.

Fonte: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000875395> Acesso em 27 abr. 2013.

2- Título: A permanência e o êxito dos alunos cotistas dos cursos superiores do campo de São José do Instituto Federal de Santa Catarina (2009-2010).

Autor: Adriane Stroisch

Resumo:

Com esta pesquisa objetivou-se a análise das ações institucionais de permanência e êxito aos alunos ingressos nos cursos superiores do Campus São José do Instituto Federal de Santa Catarina - IF-SC, no período de 2009 a 2010, por meio de reserva de vagas, tendo em vista a política de inclusão adotada a partir de 2009 pelo IF-SC. Buscou-se verificar as ações institucionais realizadas de acompanhamento e favorecimento da permanência e do êxito desses alunos, assim como o índice de permanência e o êxito no percurso formativo dos alunos cotistas e não cotistas, e as causas de evasão. Para amparar este estudo utilizou-se a literatura na área das ações afirmativas, das políticas públicas de inclusão na educação e das políticas para a educação profissional. A pesquisa assumiu os pressupostos da investigação qualitativa e fez uso de entrevistas semi-estruturadas como instrumento metodológico principal para a coleta de dados. Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo. Entrevistaram-se os coordenadores dos cursos e membros da equipe pedagógica, assim como os alunos evadidos. Aplicou-se um questionário nos alunos com a finalidade de obter a opinião deles acerca das ações institucionais. Não se descartou, porém, os dados quantitativos obtidos por meio da aplicação do questionário, e de documentos institucionais. Observou-se com os resultados que, apesar de ações e programas

terem sido implementados, nenhuma ação específica foi realizada para os alunos cotistas, e essas ações não se mostraram eficazes e suficientes para garantir a permanência e o êxito dos alunos, tendo em vista o alto índice de evasão e reprovação nos cursos. Percebeu-se que tanto as evasões quanto as reprovações concentram-se mais nas duas primeiras fases dos cursos. As causas determinantes da evasão encontradas incluíram questões relacionadas ao curso, aspectos institucionais, atividade profissional, desempenho acadêmico, dentre outras, demonstrando dessa forma que vários são os fatores que influenciam na evasão, porém, percebeu-se que, em muitos casos, a Instituição pode contribuir tanto para a evasão quanto para a permanência do aluno. A percepção dos alunos quanto à atuação institucional e as sugestões por eles dadas vão desde o incremento das ações de apoio acadêmico a questões relacionadas ao curso e aos professores. Com este estudo constatou-se que a diversidade entre os alunos, suas características e particularidades devem ser consideradas no processo de ensino-aprendizagem, e que a instituição precisa responder às demandas pedagógicas e sociais dos seus alunos para que ao democratizar o acesso, também democratize o sucesso dos que nela ingressam.

Palavras-chave: Educação, políticas públicas, programa de ação afirmativa, inclusão.

Fonte: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000875325> Acesso em 27 abr. 2013.

3- Título: Quem é o negro no Brasil? Uma análise discursiva de artigos que falam sobre a adoção de cotas em universidades públicas.

Autor: Fabi Jesus.

Resumo:

Ao declarar que "Brasileiro tem o preconceito de não ter preconceito", Florestan Fernandes sintetiza a ideia de que a ideologia da chamada democracia racial recobre a realidade das relações sociais no Brasil: esta pesquisa irá, pois, tendo em vista o contexto histórico-social no qual se principiou o debate acerca da questão da identidade nacional, verificar se as teorias raciológicas, deterministas e positivistas desenvolvidas naquele momento ainda são colocadas em circulação na sociedade nacional. O objeto de análise são as "Políticas de Ação Afirmativa" que defendem a adoção de cotas para "negros" em universidades públicas. O corpus é constituído de artigos da seção "Tendências e Debates" da Folha de S. Paulo sobre esse assunto, publicados entre os anos de 2001 e 2006. O quadro teórico e epistemológico no qual embaso minha pesquisa é o da Análise do Discurso. A pesquisa visa compreender de que modo o "negro" é significado nas referidas Políticas de Ação Afirmativa, afetando o lugar historicamente ocupado no conjunto da sociedade nacional e promovendo novas formas de civilidade. Pretendo com isso contribuir com as discussões do Projeto Temático CAEL (Processo Fapesp No. 2004/07734-0), mostrando de que modo certos mecanismos de segregação continuam vigentes nas discussões sobre a "democracia racial" e as políticas públicas formuladas para promovê-la.

Palavras-chave: Análise do discurso, democracia racial, políticas públicas de ação afirmativa, identidade nacional.

Fonte: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000466275&opt=1> Acesso em 27 abr. 2013.

4- Título: Análise do desempenho dos alunos da Unicamp do vestibular a conclusão utilizando o U – estatísticas.

Autor: Rafael Pimentel Maia

Resumo:

O objetivo deste trabalho é propor novas metodologias para avaliar o desempenho dos alunos da UNICAMP, do ingresso à conclusão do curso. O conjunto de dados disponível foi obtido a partir dos questionários Sócio-Culturais aplicados pela Comissão Permanente de Vestibulares (COMVEST) na inscrição do vestibular e informações acadêmicas fornecidas pela Diretoria Acadêmica (DAC) da UNICAMP. Estes se referem às informações de todos os alunos ingressantes nos anos de 1997 a 2000. São propostas duas metodologias, uma com base na variável denominada "ganho relativo" sugerido por Dachs e Maia (2006) e a segunda utilizando as notas de todas as disciplinas cursadas pelos alunos durante a graduação. Essas novas metodologias baseiam-se em medidas de diversidades propostas por Rao (1982) e na utilização de U-Estatísticas. São propostos testes de homogeneidade para avaliar se existe diferença no desempenho entre alunos de grupos distintos (alunos oriundos de escola pública ou privada, por exemplo). Aspectos teóricos de U-Estatística e medidas de diversidade também são apresentados. Para a primeira metodologia foram feitas duas abordagens: paramétrica e não paramétrica, enquanto que para a segunda, apenas a abordagem não paramétrica foi explorada. Na abordagem paramétrica as estimativas são feitas por máxima verossimilhança e na não paramétrica foi utilizado o método de re-amostragem por jackknife para se obter as estimativas das variâncias. Todas as aplicações utilizaram os dados dos alunos ingressantes.

Palavras-chave: Ação afirmativa, desempenho acadêmico, medidas de diversidade, Estatística não paramétrica.

Fonte: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000436754&opt=1> Acesso em 27 abr. 2013.

5- Título: Cotas raciais ou sociais? Trajetória, percalços e conquistas na implementação de ações afirmativas no ensino superior público (2001-2010).

Autor: Kátia Cristina Norões.

Resumo:

Após dez anos de implementação de ações afirmativas na maioria das IES públicas, essa pesquisa consiste em investigar a tendência das políticas para institucionalização desses programas para acesso aos cursos de graduação públicos, seja por meio de cotas raciais ou por meio de cotas sociais. No primeiro capítulo abordamos o histórico da atuação dos movimentos sociais dos negros, divididas em dois períodos: 1) denúncia e pouca inserção política (até 1980); e 2) proposições e inserção na estrutura do Estado (a partir de 1990). No segundo capítulo analisamos o trâmite de Projetos, Leis e Decretos, que versam sobre ações afirmativas para a população negra nos Poderes Executivo e Legislativo, bem como as ações contrárias aos programas das IES públicas, que foram apresentadas ao STF. O terceiro capítulo trata das experiências com ações afirmativas em IES públicas, no geral, e, em específico, aborda a experiência da UNIFESP. Concluimos que houve maior aceitação do argumento social em contrapartida ao racial, no entanto, possibilitou que grande parte das IES reestruturasse seus mecanismos de ingresso e repensasse o perfil de estudante atendido.

Palavras-chave: Programa de Ação Afirmativa; Ensino Superior; Cotas raciais.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20113894933003017001P2> Acesso em 04 mar. 2013.

6- Título: Política de ação afirmativa e o embate entre representações sobre as relações raciais no Brasil.

Autor: Carolina Cantarino Rodrigues.

Resumo:

Esta dissertação tem por objetivo mapear as representações sobre as relações raciais no Brasil acionadas no embate político em torno da implementação de políticas de ação afirmativa focalizadas na população negra. A configuração deste embate se faz a partir de um âmbito institucional, no qual o Estado, o movimento negro e os intelectuais são os sujeitos políticos presentes. O que se pretende, a partir da análise de três eventos significativos, é mapear os argumentos mobilizados por (e entre) estes sujeitos políticos em seus posicionamentos sobre a seguinte questão: faz sentido, no Brasil, a instauração de políticas públicas voltadas exclusivamente para a população negra do país?

Palavras-chave: Racismo; políticas públicas; relações raciais.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200411233003017016P0>
Acesso em 04 mar. 2013.

7- Título: Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente.

Autor: Vinicius Gaspar Garcia.

Resumo:

Esse trabalho buscou caracterizar a estrutura sócio-ocupacional brasileira nos últimos vinte e cinco anos, destacando particularidades relacionadas à raça e ao gênero dos indivíduos. Partiu-se do contexto histórico de discriminação a que estiveram submetidos os negros, havendo uma perpetuação, ao longo do século XX, da dificuldade no acesso às ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas, especialmente para as mulheres. Dado o cenário de baixo crescimento da economia brasileira desde o início dos anos 80, com taxas médias de variação do PIB em torno de 2,5% anuais, foram observadas diferenças em termos de raça e sexo quando se consideram os rendimentos, os tipos de ocupação e o padrão de vida familiar. Essas variáveis foram estudadas a partir da metodologia desenvolvida pelo prof. Waldir Quadros, no âmbito do CESIT/IE/UNICAMP. Os principais resultados confirmaram um reiterado quadro de desigualdades raciais no mercado de trabalho, estando os homens brancos no topo da pirâmide de rendimentos e as mulheres negras na base dessa estrutura. Ademais, observou-se uma concentração dos brancos nas famílias de média e alta classe média, havendo super-representação dos negros nas faixas de pobreza e indigência.

Palavras-chave: Desigualdade social-Brasil; Mercado de trabalho; raça.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20051982833003017071P0>
Acesso em 04 mar. 2013.

TESES – UNICAMP

1-Título: Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil.

Autor: Kassandra da Silva Muniz.

Resumo:

Nesta pesquisa, defendemos que a noção de raça foi ressignificada positivamente para atender às reivindicações do povo negro, uma vez que no contexto sócio-político atual do Brasil, é impossível dissociar as políticas públicas das políticas de identidades. Neste sentido, a polarização entre brancos e negros constituiu e constitui até hoje a grande estratégia do movimento social negro para adquirir uma força política que até então estava diluída no discurso da miscigenação, e mascarada pelo mito da democracia racial. A “essencialização” da identidade negra foi e ainda é um trunfo lingüístico e político importante para adquirir direitos negligenciados historicamente. A fim de verificar como a linguagem é primordial para se saber quem pode ser beneficiado pela reserva de vagas, modalidade de ação afirmativa privilegiada por esta pesquisa, foram analisados os documentos e resoluções de 4 universidades, a saber UNEB, UFBA, UERJ e UNB. A flutuação lingüística encontrada nestes documentos revelou que também as universidades encontram dificuldades para definir, ou melhor, delimitar as possibilidades de existências negras no Brasil. À indagação de alguns pesquisadores, geralmente contra essas ações, sobre o fato de que temos hoje muito mais pessoas se identificando como negras, uma das respostas a que esta pesquisa chegou é que o processo de identificação é estratégico. Palavras-chaves: essencialização, identificação, intelectuais, negros (as), ações afirmativas, identidade estratégica.

Palavras-chave: Essencialização; identificação; intelectuais; negros.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20093291433003017030P2>

Acesso em 04 mar. 2013.

2- Título: O negro na educação superior: perspectiva das ações afirmativas.

Autor: Edwiges Pereira Rosa Camargo.

Resumo:

Este trabalho analisa a realidade do negro/afrodescendente na sociedade brasileira focalizando a educação considerada uma das principais reivindicações da população desfavorecida. Focaliza, especificamente, a educação superior, constatando a repercussão das ações afirmativas direcionadas exclusivamente ao negro. O trabalho se propôs a desvendar o histórico e o desenvolvimento das ações afirmativas no contexto da sociedade brasileira e a levantar o que pensam os alunos negros e brancos sobre ações afirmativas como política para possibilitar a entrada e permanência do negro na universidade. Recupera também as lutas por emancipação a partir do regime escravocrata, fatos que a história oficial silencia.

Palavras-chave: Universidade; educação; negro; ação afirmativa; movimento negro.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20052469333003017001P2>

Acesso em 04 mar. 2013.

3-Título: Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho.

Autor: Vinicius Gaspar Garcia.

Resumo:

Este estudo tem como objetivo contextualizar e avaliar o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal no Brasil. Parta tanto, primeiramente realiza um panorama acerca da trajetória das pessoas com deficiência na História, mostrando como foi evoluindo o “significado social” deste contingente populacional, tido anteriormente como “inválido” ou “incapaz”. Realiza também uma apresentação sobre as principais legislações nacionais que versam sobre a temática da deficiência, além de estimar, com base nos dados do

último Censo Demográfico, a população com deficiência em idade produtiva que estaria apta a fazer jus da chamada “Lei de Cotas”. Este instrumento de ação afirmativa é avaliado quanto à sua efetividade, concluindo-se que, para além da legislação, é preciso avançar na inclusão escolar das pessoas com deficiência, melhorar as condições gerais de acessibilidade nos municípios e reafirmar paradigmas que não reforcem mitos e estereótipos associados a estas pessoas. Somente assim poderá avançar o ainda restrito acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho formal, no qual estão apenas uma minoria – em torno de 10% - daqueles com diferentes níveis de limitação física, sensorial ou cognitiva.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; mercado de trabalho.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20101633003017071P0>
Acesso em 04 mar. 2013

4- Título: Tapete vermelho para elefante branco: o embate entre as diferenças dos alunos da Universidade.

Autor: Janaina Speglish de Amorin Carrico

Resumo:

Em minha tese de Doutorado, investiguei o convívio entre as diferenças dos alunos da Universidade Estadual de Campinas. Busquei as posições de sujeito que os estudantes assumem na trama das interações no Ensino Superior. Atualmente, grupos que outrora não tinham acesso às universidades brasileiras têm vivenciado novas possibilidades de ingresso. Almeja-se a inclusão de pessoas com deficiência na universidade e a democratização desse nível de ensino. Surgem propostas de ações afirmativas para ingresso de alunos negros e de baixa renda. Para realizar a coleta de dados e fisgar os posicionamentos dos alunos, elaborei atividades interativas com eles. A fim de expressar a complexidade das informações obtidas, apresentei os dados de forma literária (crônicas). Todo o conteúdo da tese foi tecido em um site, no qual apresentei a minha vertigem diante dos resultados obtidos. Portanto, convido a todos para uma leitura em ambiente virtual, no endereço www.vertigem.2it.com.br, uma vez que a versão impressa é apenas um apoio.

Palavras-chave: Ensino superior; diferenças ação afirmativa, educação inclusiva.

Fonte: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000439859> Acesso em 27 abr. 2013.

5- Título: Entre corpos, tempo e sujeitos: ciência e política improvisando identidades.

Autor: Carolina Cantarino Rodrigues.

Resumo:

A proposta da tese é pensar o poder propagador da ciência tal como ele vem arrastando as políticas de identidade no Brasil. Políticas contaminadas por uma cientificidade que valoriza a evidência como argumento político. Mapeamentos genéticos e doenças raciais serão então tomados como dispositivos criadores de evidências científicas, forças de reação e de resistência que são postas politicamente em confronto e oposição, principalmente nos debates sobre políticas de ação afirmativa. Forças centralizadoras de uma miscigenação criada pelos mapeamentos genéticos que, ao mesmo tempo em defendem uma postura anti-racista através da comprovação biológica de que raças não existem, querem corroborar cientificamente uma natureza cordial porque mestiça dos brasileiros, através da criação de verdades sobre o corpo, que lhes permitiria julgar a autenticidade de outras identidades, ter um acesso único e privilegiado ao real e, assim, justificar uma autoridade política. Forças multiplicadoras de uma afrodescendência que deseja

rachar politicamente a homogeneidade da nação miscigenada - porque encobridora das desigualdades sociais e do racismo - mas, que por certa contingência política (do aparelho de Estado) também tem que acionar estrategicamente uma homogeneização – uma identidade negra – que ameaça fixar sujeitos, tempos e corpos e reproduzir estereótipos raciais. Os capítulos da tese acompanham essa movimentação, atentando para uma dialética de libertação e aprisionamento das diferenças. A literatura e a música serão também acionadas enquanto resistências coexistentes a essa política das identidades, em suas criações de outras possibilidades de pensamento entre corpos, tempos e sujeitos.

Palavras-chave: Raça, ciência, política, diferença.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2011133003017039P0> Acesso em 04 mar. 2013.

DISSERTAÇÕES – UNESP

1- Título: O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG Fonte (Araraquara-SP) à luz dos debates sobre racismo e cultura negra.

Autor: Diego da Costa Vitorino.

Resumo:

Pense num cursinho pré-vestibular no Brasil. Este é o contexto escolar analisado nesta pesquisa. Apesar de o cursinho ser algo tão corriqueiro na vida dos estudantes brasileiros que pretendem ingressar nas universidades públicas e privadas neste início de século, existe diferentes propostas pedagógicas de cursinho pré-vestibular sendo desenvolvidas no país. Nesta pesquisa, apresento a proposta político-pedagógica do cursinho para negros e carentes elaborada por professores da ONG FONTE. O principal objetivo da entidade com o projeto de “cursinho” é inserir seus educandos nos bancos do ensino superior brasileiro. A FONTE é uma entidade sem fins lucrativos com sede na cidade de Araraquara, interior de São Paulo, cujos serviços prestados têm como foco a população negra e carente do município. Para desenvolver seus projetos, a entidade conta com inúmeras parcerias. Entre as instituições parceiras podemos citar a prefeitura Municipal de Araraquara, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e o Ministério da Educação, através da SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. A análise da pesquisa parte do escopo teórico da sociologia da educação a fim de compreender o “dilema racial brasileiro” e as mais recentes políticas públicas de educação para a população negra ou “educação anti-racista”. A pesquisa tem como relevância o fato de ressaltar a associação entre o poder público e a sociedade civil no desenvolvimento de políticas de ações afirmativas locais, além de demonstrar a complexidade do trabalho da entidade a partir da discussão sobre o racismo dentro de projetos educacionais como os cursinhos pré-vestibulares.

Palavras-chave: Cultura negra, racismo, população negra.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20095333004030079P2> Acesso em 04 mar. 2013.

2-Título: Cursinhos pré-vestibulares populares e o caso da Unesp: alguns condicionantes à sua criação e transformação.

Autor: Fernanda Furtado Camargo.

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo constatar a tendência à transformação dos cursinhos pré-vestibulares populares em ação afirmativa de governo no âmbito nacional. Tais cursinhos são voltados, em geral, a alunos provenientes de escolas públicas sem condições financeiras para pagar um pré-vestibular privado. Com seu surgimento na década de 1950, ganharam amplitude a partir do final dos anos 1980, período em que tiveram origem, por iniciativa de alunos da UNESP, os cursinhos desta universidade. O objeto empírico desta pesquisa é o programa de cursinhos pré-vestibulares da UNESP, com atenção especial ao CUCA – Curso Unificado do Campus de Araraquara. O CUCA é um projeto de extensão universitária, inicialmente desenvolvido com recursos da própria UNESP e posteriormente financiado por diferentes instituições, incluindo-se prefeituras municipais, empresas privadas e a Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo. A formação dos cursinhos populares deu-se, em grande parte, por iniciativas da sociedade civil, com o objetivo de diminuir a desigualdade no acesso ao ensino superior público e gratuito. Porém, constata-se que nos últimos anos estes cursinhos têm feito parte da agenda governamental, sendo financiados com recursos públicos provenientes de estados, municípios e da união, por meio de “parcerias” com instituições públicas e/ou privadas. Esta nova e crescente configuração no oferecimento de cursinhos populares insere-se nos padrões da política social no contexto do Estado neoliberal. Os cursinhos populares podem ser considerados, hoje, uma política social de governos isolados. Além disso, tendo em vista o forte discurso democratizante que há por trás deles, presume-se haver uma tendência a tornarem-se política social de ação afirmativa, no âmbito nacional, seja por meio de diretrizes advindas da união ou de ações isoladas que poderão atingir todo o país.

Palavras-chave: Cursinho pré-vestibulares populares; política social.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20092333004030079P2>
Acesso em 04 mar. 2013.

3-Título: Serviço social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes.

Autor: Maria Luisa da Costa Fogari.

Resumo:

O presente estudo tem como principal temática atender às reflexões relacionadas ao povo afrodescendente no contexto das políticas públicas em Santa Rita do Passa Quatro - SP, especificamente analisando se os líderes dos Departamentos de: Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social estão atentando para o planejamento, coordenação e execução de ações que levem em consideração as questões étnico/raciais. Contudo, a valorização das políticas públicas no cotidiano da população afrodescendente poderá efetivar-se por meio da prática profissional do assistente social, por ser detentor da prática interventiva, que tem como proposta norteadora a emancipação social. O objetivo geral desse trabalho é analisar como estão se efetivando as ações afirmativas para afrodescendentes por meio das políticas públicas e como os profissionais Assistentes Sociais, do município de Santa Rita do Passa Quatro - SP, avaliam a questão relacionada à identidade negra no atendimento cotidiano do Serviço Social municipal. Segundo a pesquisadora Nilma Gomes (1993), a identidade negra é compreendida “[...] como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” Busca-se, ainda, estudar especificamente quais os projetos sociais destinados à comunidade negra e se existem programas sociais e interferências municipais desempenhadas pelo Serviço Social. A técnica da coleta de dados com caráter qualitativo se constitui de observação e aplicação de formulário e, posteriormente, de entrevista semi-

estruturada. A amostra é constituída intencionalmente pelo grupo afro santarritense. São cinco pessoas afrodescendentes entrevistadas, duas assistentes sociais, e os responsáveis pelos Departamentos de Saúde, Esporte e Cultura, da Educação e de Serviço Social. Diante da realidade social averiguada na coleta de dados, as entrevistas revelam que não existem políticas públicas inclusivas para afrodescendentes. Portanto, conclui-se que os assistentes sociais deverão promover ações alternativas, tanto em nível público, quanto privado, que contribua para a implementação de políticas de promoção da igualdade racial, mediante o contexto histórico sobre a situação dos afrodescendentes. Nesse sentido, as mudanças nas políticas de Assistência Social são determinantes, tendo como foco central a implementação dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, pois o objetivo central desse órgão é garantir a universalização dos direitos sociais, desempenhados pelas equipes multidisciplinares. Desse modo deve-se adotar, formular e lutar pela implementação de políticas reparatórias visando à superação das desigualdades raciais.

Palavras-chave: Serviço social; políticas públicas; afrodescendentes.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2010433004072067P2> Acesso em 04 mar. 2013.

4- Título: Criança negra e educação: um estudo etnográfico na escola.

Autor: Letícia Passos de Melo.

Resumo:

Para se estudar as relações raciais no Brasil é imprescindível reconhecer a construção social e histórica das etnias que formaram, e formam, a nação brasileira. Ter por objetivo conhecer a visão que a escola, a família, as crianças e a própria criança negra tem em ser negra é adentrar um espaço constituído numa sociedade na qual os dizeres sobre o negro são permeados por ideologias e saberes desprovidos de uma visão histórica do problema. Atualmente, a implantação das Ações Afirmativas no Brasil despertou discussões ao redor da polêmica de se reconhecer, ou não, a condição desigual a que se vê submetido o negro brasileiro. A escola, como um espaço da vida cotidiana, está permeada por conceitos e pré-conceitos, podendo tornar-se um espaço de manutenção do racismo. Tendo por orientação teórica a Psicologia Sócio-Histórica, essa pesquisa teve por objetivo conhecer a visão que se tem da criança negra no espaço escolar. Foram realizadas observações livres registradas em um diário de campo, segundo uma metodologia etnográfica, tendo por foco uma turma de 1ª. série do Ensino Fundamental de uma escola pública da Cidade de Londrina, estado do Paraná. A pesquisa compreendeu, também, um levantamento das principais leis que respaldam o anti-racismo no Brasil tendo por foco a educação. O que se pôde verificar, a partir das observações livres, foi um discurso que culpabiliza o negro por sua condição, corroborando a idéia de mito da democracia racial, assim como a busca por atingir um ideal estético branco devido ao mesmo estar associado a um ideal de caráter e beleza; apesar das mais recentes leis que procuram reverter aspectos negativos relacionados à condição negra. Sendo assim, uma luta anti-racista deve contemplar não somente a instauração de leis, mas sim, refletir sobre de que forma a subjetividade está se constituindo num espaço cercado pelo discurso a-histórico, não crítico, racista e discriminatório.

Palavras-chave: Criança negra; escola; racismo; anti-racismo.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20071333004048021P6> Acesso em 04 mar. 2013.

5-Título: Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de luta do movimento negro atual.

Autor: Leonardo Borges da Cruz.

Resumo:

O movimento negro atualmente tem recebido uma atenção diferente, por parte de intelectuais. As recentes conquistas para a população negra no Brasil são compreendidas, por alguns, como fruto de uma dádiva das elites brasileiras. Esta tese seria sustentada pela idéia de que o movimento negro não tem força suficiente para impor as ações afirmativas no Brasil. Ele seria desordenado, carente de um elemento norteador. Uma prova dessa ineficiência seria a ausência de um movimento negro de massa. Contestando tal tese, esta dissertação de mestrado retoma alguns debates sobre o movimento contestatório dos(as) negros(as) no Brasil. Para tanto, a abordagem diacrônica será utilizada, possibilitando o entendimento da trajetória realizada por esta militância desde o início do século XX. Perceberemos, por meio da aproximação entre o pensamento sociológico e antropológico sobre o tema, que a militância negra anti-racista vem abandonando aqueles pressupostos do racismo, presentes no início do período republicano brasileiro. Em seu lugar, um conjunto de estratégias que visam a conquista da igualdade através do reconhecimento das diferenças entre negros(as) e não-negros(as) é observado. Assim, o Conselho Municipal do Negro de Marília-SP e o Grupo de Educadores Negros de Marília-SP serão estudados como representativos do movimento negro atual. Observamos ainda que a militância negra tem proposto ações afirmativas para negros (as). Isto se tornou possível a partir do momento em que esta militância alterou sua percepção de cultura nacional, de híbrida, para plural. Assim, a perspectiva de luta universalista tem sido substituída pela perspectiva diferencialista. As práticas culturalistas têm perdido espaço entre a militância negra, mesmo porque esta perspectiva de luta não logrou frutos muito positivos aos negros (a), no entendimento de militantes negros (as). O retorno - “simbólico” quase sempre - à África e a intelectualização do movimento negro são obras recentes e que caracterizam esta metamorfose na estruturação do movimento negro brasileiro. Do ponto de vista das estratégias, a educação permanece ainda como elemento central, mas seu significado para o movimento negro é outro.

Palavras-chave: Movimento negro; perspectiva de luta; cultura nacional.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20067733004110042P8>
acesso em 04 mar. 2013.

TESES – UNESP

1- Título: O sistema de cotas para negros na universidade federal do maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afromaranhense.

Autor: Antônio de Assis Cruz Nunes.

Resumo:

O presente estudo trata sobre as cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão. Desta forma, o objetivo geral é investigar como a Universidade Federal do Maranhão desenvolve o sistema de cotas para negros. Como objetivos específicos, foram: identificar as concepções sobre políticas de ação afirmativa e sistema de cotas para negros por parte dos gestores selecionados; apreender o sentido político do sistema de cotas pela UFMA; averiguar se a ideologia da meritocracia tem ressonância nos resultados dos rendimentos acadêmicos dos estudantes selecionados na pesquisa. A organização da pesquisa está estruturada da seguinte forma: no primeiro momento, fizemos um histórico das políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos da América e no Brasil. O motivo da seleção dos EUA em descrever o referido histórico se deve ao

fato que as experiências de ações afirmativas para negros no Brasil tomam como referência fática as experiências norte-americanas. Em seguida, descrevemos sobre o sistema de cotas para negros no Brasil. Para isso, mostramos como se desenvolveram e se desenvolvem as cotas em algumas universidades públicas brasileiras (federais e estaduais); e logo após, desenvolvemos uma fundamentação jurídica acerca da legalidade das cotas étnico raciais; no segundo momento, desenvolvemos a parte empírica da pesquisa, na qual primeiramente fizemos uma retrospectiva histórica sobre a Universidade Federal do Maranhão, cujo objetivo foi de situá-la no contexto de um lugar que sofre as influências e influencia as ações sociais do mundo moderno. Em continuidade, fizemos também um histórico do sistema de cotas na UFMA. Como derivação do histórico, desenvolvemos nossas análises e interpretações das entrevistas dos diferentes gestores da UFMA sobre o sistema de cotas para negros. E por fim, fizemos uma discussão da meritocracia com os resultados dos rendimentos dos estudantes que entraram pelo sistema de cotas, negro e escola pública, e universal. A pesquisa selecionou como sujeitos os gestores que estão diretamente ligados ao sistema de cotas da UFMA. Foram: Reitores, Pro-Reitores de Ensino, Coordenadores dos Cursos de Direito, Medicina e Pedagogia. Além dos referidos sujeitos, selecionamos uma amostra dos históricos acadêmicos dos estudantes dos cursos acima descritos. O interesse dos históricos foi de mostrar ou evidenciar que o sistema de cotas para negros não desqualifica o rendimento dos estudantes como muitas pessoas acreditam. A Pesquisa evidenciou que não há uma distorção ou um abismo nos rendimentos acadêmicos entre as três categorias de cotas, a saber: universal, negro e escola pública. Também ficou evidenciado que a UFMA não tem tido uma política de acompanhamento e avaliação do sistema de cotas para negros.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Sistema de cotas; negro (a); vestibular.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20112633004110040P5>
Acesso em 04 mar. 2013.

2- Título: Ações afirmativas e inclusão de negros por "Cotas raciais" nos serviços públicos do Paraná.

Autor: Marcilene Garcia de Souza.

Resumo:

O estudo enfatiza a Lei Nº 14.274 - 24/12/2003, que institui a reserva de 10% das vagas para afrodescendentes em todos os concursos públicos do Estado do Paraná. Busca-se à luz de teorias sobre “relações raciais” no Brasil e no Paraná, de “políticas públicas”, “ações afirmativas”, analisar as experiências e estratégias formais e informais vigentes neste processo e o significado da presença de negros (pretos e pardos) nos serviços públicos do Paraná. As questões norteadoras foram: as características das relações raciais no Paraná; conjuntura social e política que possibilitou a aprovação da Lei; papel do Movimento Social Negro local na construção e aplicação da referida Lei; forma de gerir este programa nos diversos órgãos onde aconteceram concursos de 2004 a 2009; e apreensão dos beneficiados (cotistas). Consideram-se, ainda, indicadores sobre a presença de negros em diversos órgãos públicos do Paraná, assim como em empresas de economia mista do Estado. A partir de uma análise “qualitativa”, os resultados revelam a possibilidade que – dada a complexidade das relações raciais no Brasil –, ações potencialmente inovadoras, como é o caso da Lei 14.274 de 2003, tenham sido orientadas por percepções e valores tradicionais, isto é, gestadas a partir da ideia, por exemplo, de “democracia racial” e da invisibilidade da população negra no Estado e pouco tenham alterado a sub-representação de negros nos diversos espaços.

Fonte:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2010/souza_mg_dr_arafcl.pdf Acesso em 27 abr. 2013.

Palavras-chave: Ações afirmativas; negros; discriminação; concursos públicos.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20102233004030017P7>

Acesso em 04 mar. 2013.

3- Título: Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009).

Autor: Bas'ilele Malomalo

Resumo:

Esta pesquisa faz parte dos estudos das relações raciais que têm discutido a questão da integração social do negro no Brasil. Pretende renovar estes estudos numa perspectiva de busca de relações entre a política de ações afirmativas e o desenvolvimento da população negra. Para tanto, fundamentando-se na teoria de campos de Bourdieu que sugere o estabelecimento de um diálogo teórico e metodológico entre as abordagens alternativas do desenvolvimento e do multiculturalismo. No primeiro caso, privilegia-se as teorias do desenvolvimento humano do PNUD, do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, do desenvolvimento econômico comunitário de Daniel Champagne, da nova sociologia econômica de Benoît Lévesque, de Louis Favreau e de Jean- Marc Fontan. No segundo caso, volta-se para a teoria do multiculturalismo emancipatório de Boaventura de Sousa Santos. Desse encontro é que se constrói o referencial teórico-metodológico dessa investigação denominado de desenvolvimento econômico multicultural. Este é, também, um instrumento de avaliação, forjado do diálogo feito com a teoria de “avaliação da quinta geração” de Jean-Marc Fontan e Elaine Lachance, que no contexto do Canadá, faz parte das práticas científicas do desenvolvimento econômico comunitário e da nova sociologia econômica. É igualmente esse instrumento teórico-metodológico que nos permite intervir de forma crítica e construtiva no debate atual sobre as políticas públicas de ações afirmativas em curso no país, considerando-se os períodos dos dois mandatos de FHC (1995-2002) e de Lula (2002-2009), como momentos de sua emergência e consolidação no espaço público. A avaliação feita elegeu, pelo menos, uma entre tantas outras ações afirmativas implementadas pelo Estado, pelo setor privado e pela sociedade civil para salvaguardar a complexidade do tema. Buscou-se identificar os avanços e limitações que cada projeto/programa pesquisado comporta. Dentro das análises feitas, o que se verificou é que existe uma relação entre as ações afirmativas e a temática do desenvolvimento emancipatório. Tal vínculo, do ponto de vista teórico, muitas vezes, se apresenta de maneira implícita ou explícita; além disso, nos exige debater, hoje, as políticas de ações afirmativas, não meramente, como uma questão de cotas, pelo contrário, como um debate democrático republicado que tem a ver com o novo projeto do desenvolvimento da nação.

Palavras-chave: Multiculturalismo, ações afirmativas, desenvolvimento, população negra, avaliação.

Fonte:

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2010/malomalo_b_dr_arafcl.pdf Acesso em 27 abr. 2013.

4- Título: Cotas: uma políticas de inclusão.

Autor: Regina Luzia Marcondes Arruda Lima.

Resumo:

O presente trabalho de pesquisa busca reflexões sobre a política de inclusão para o acesso ao Ensino Superior. Partimos de uma análise de toda a história da educação brasileira, que sempre se mostrou excludente. Foi durante muitos anos, uma educação voltada para a elite, seguindo modelos impostos pelas classes que detinham o poder. As pessoas que não faziam parte desses modelos foram excluídas por vários anos dos ambientes escolares. A partir da segunda metade do século XX, as inclusões começaram a ser discutidas e uma nova postura começa a brotar nas escolas brasileiras. Dentre essas inclusões, o regime de cotas para o ingresso ao Ensino Superior, que é o objeto de estudo desta pesquisa. Escolhemos a cidade de Franca, situada a nordeste no Estado de São Paulo, onde analisamos os alunos cotistas da Faculdade de Direito de Franca, do Centro Universitário Uni-FACEF, que são entidades municipais autárquicas e, portanto, regidos pela Lei Municipal nº 6287, de 10 de novembro de 2004, que estabelece cotas para afrodescentes, para portadores de necessidades especiais e estudantes egressos de escolas públicas. Analisamos também os alunos cotistas da Universidade de Franca, que são atendidos pelo ProUni, programa do governo federal, que concede bolsas integrais ou com 50% para alunos egressos de escola pública. Como instrumento de coleta, para as entrevistas, utilizamos questionários, que serviram para uma análise qualitativa. Os alunos das Instituições Municipais têm dificuldade em se manter na faculdade, uma vez que a legislação garante somente o acesso à Universidade, e muitos alunos, não conseguem arcar com o custo das mensalidades. Os alunos assistidos pelo ProUni, são incisivos em afirmar que sem a bolsa concedida pelo programa, não poderiam cursar a Universidade. Os dados levantados mostraram que o programa de inclusão ocasionou muitas discussões e inquietações no campo educacional, como a questão racial, que desencadeia muitas polêmicas, porém, acreditamos que apesar de esse processo apresentar muitas dificuldades em sua implementação, já está conseguindo colher alguns frutos, como os casos dos alunos assistidos pelo ProUni.

Palavras-chave: Educação; Pro-Uni.

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20082133004072067P2>

Acesso em 04 mar. 2013